



Cidadania e inclusão social

2005



1) Prioridade para os mais pobres

A criação, em 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a integração de dois Ministérios e de uma Secretaria Executiva ligada à Presidência da República, não significou apenas um esforço de racionalização das políticas sociais, mas também implicou significativo investimento na integração das políticas de proteção social do País e de promoção da inclusão social, envolvendo três grandes áreas: transferência de renda, segurança alimentar e nutricional e assistência social. Esse esforço foi empreendido com base no objetivo central de preservar e valorizar as famílias como centro irradiador da cidadania, tecendo ao seu redor uma rede de proteção social e de segurança alimentar.

Buscou-se ainda incluir a sociedade civil como parceira efetiva do Estado brasileiro na definição e na avaliação das políticas de proteção social. Conseguiu-se efetivar parcerias com diferentes instâncias do Estado e organizações da sociedade, fortalecendo o pacto federativo. Destaca-se um papel proeminente na mobilização da sociedade civil e de outras esferas governamentais para a realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar, o fortalecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a multiplicação de conselhos estaduais e municipais.

O Governo Federal, por meio da mobilização de cerca de 30 mil profissionais da área de assistência social em todos os Estados da Federação, promoveu um amplo debate sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja implantação também visa a uma clara definição das atribuições das prefeituras, dos governos estaduais, do Distrito Federal e do Governo Federal, fortalecendo as relações federativas na construção de ações integradas de assistência e desenvolvimento social. Pela primeira vez, o Governo Federal cumpriu seu papel de formulador e coordenador da Política Nacional de Assistência Social, em sintonia com pautas históricas das Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais de Assistência Social, dialogando com as instâncias da área, como o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), o Fórum Nacional de Secretarias Estaduais de Assistência Social (FONSEAS), os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o qual recuperou a competência de ser o órgão deliberativo– fórum de debate e de acompanhamento da Política Nacional de Assistência Social.

Ainda em direção ao fortalecimento do pacto federativo, pela primeira vez no Brasil os níveis federal, estadual e municipal firmaram termos de cooperação, articulando seus programas de transferência de renda em torno do Bolsa Família, por meio de um inédito processo de

construção de uma matriz integrada de combate à pobreza e à desigualdade.

O Governo estabeleceu mais de 100 parcerias com organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, empresas públicas e privadas e associações em diferentes programas. Como exemplo, a construção de cerca de 36 mil cisternas no Semi-Árido nordestino, viabilizada por meio de parceria decisiva entre o MDS e a sociedade civil, especialmente por intermédio das 800 entidades que formam a Articulação do Semi-Árido (ASA).

O Governo também enfrentou o desafio de integrar diversas áreas e órgãos federais envolvidos no tema da segurança alimentar e nutricional, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério da Educação (MEC) e a CONAB, que têm atuado de forma coordenada.

Destaca-se o esforço no sentido de racionalizar e modernizar a gestão dos programas federais de transferência de renda. A criação do Bolsa Família, em outubro de 2003, por meio da unificação dos programas então existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação –, representou um enorme avanço nessa direção, viabilizando a migração progressiva do registro dos beneficiários desses programas para o Cadastro Único de Programas do Governo Federal. Merece relevo também as perspectivas de integração gradual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) com o Programa Bolsa Família, iniciativa que permitirá a rápida expansão da cobertura do PETI e o avanço em direção à erradicação do trabalho infantil.

Na luta contra eventuais desvios e irregularidades, o Governo vem atuando em duas frentes: a do Estado e a da sociedade civil. No primeiro caso, realizando convênios de cooperação técnica com os procuradores dos Ministérios Públicos Estaduais, Federais, Militares e do Trabalho e Emprego para fiscalizar as irregularidades na aplicação dos programas de transferência de renda do Governo Federal. No segundo, delegando aos Conselhos Municipais de Assistência Social e aos Comitês Gestores o poder temporário – a partir de janeiro de 2005, com a posse dos novos prefeitos, terá início a constituição dos Comitês de Controle Social do Bolsa Família – de fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados às famílias pelo Programa.

a) Programa Fome Zero

O Programa Fome Zero é o eixo condutor dos programas e das ações de desenvolvimento social do Governo Federal. Essa política visa implementar programas emancipatórios para romper o círculo vicioso da fome, da miséria e da exclusão social. Visa garantir a todos os brasileiros que

não possuem renda suficiente para uma alimentação digna o direito a três refeições por dia. Essa iniciativa objetiva contribuir para a inclusão social das 11,2 milhões de famílias brasileiras que vivem abaixo da linha da pobreza. Para enfrentar o problema da fome, é necessário mobilizar os três níveis de Governo, a sociedade civil e a comunidade internacional.

O Fome Zero desenvolve-se em três linhas devidamente articuladas. Primeira, pelos programas voltados para a aquisição e para o acesso a alimentos de qualidade, dentro da orientação da segurança alimentar e nutricional, que é prioridade pública do Governo Federal. Entre eles, destacam-se o Programa de Aquisição da Agricultura Familiar, que inclui o programa de compra e distribuição de leite nos Estados do Nordeste e no norte de Minas, no apoio à produção da Agricultura Familiar e na distribuição de alimentos para a população carente. Há ainda a implantação de restaurantes populares, hortas comunitárias, bancos de alimentos e projetos de educação alimentar feitos em parcerias com empresas e organizações civis.

Uma segunda linha é a transferência de renda com condicionalidades, com destaque para o Bolsa Família, para os esforços de aprimoramento continuado do Cadastro Único e para a continuidade do pagamento de benefícios para os remanescentes de programas antigos – Bolsa Escola, Vale Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação – enquanto os beneficiários não estão todos incluídos no Bolsa Família.

Uma terceira linha de atuação do Fome Zero é a promoção de políticas de assistência por meio da articulação de ações emergenciais com outras emancipatórias, fazendo as pessoas se tornarem também sujeitos da sua história. Nessa linha, destacam-se os programas de geração de emprego e renda, inclusão produtiva, cooperativismo, estímulo aos arranjos locais, ao desenvolvimento regional, alinhados com programas de apoio às famílias.

Dentre as ações de segurança alimentar e nutricional que fazem parte do Fome Zero, destacam-se as iniciativas descritas a seguir:

a.1) Distribuição de cestas de alimentos

Esta ação consiste na entrega de cestas de alimentos para grupos vulneráveis e em situação de insegurança alimentar e nutricional, por meio de parceria com a CONAB. Os principais beneficiários são comunidades indígenas, comunidades quilombolas, acampados da reforma agrária, comunidades atingidas por barragens, comunidades vítimas de calamidade pública (secas, enchentes, etc.).

Até novembro de 2004, foram entregues aproximadamente 709,7 mil cestas de alimentos (17,3 mil toneladas), atendendo a 280,9 mil famílias. Segundo dados da CONAB, cerca de 30% dos alimentos que compõem as cestas são provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares, utilizados em substituição a alimentos que seriam adquiridos por meio de leilões e/ou acrescidos aos quantitativos inicialmente definidos.

Em 2004, 5,8 mil famílias remanescentes de quilombos receberam 242 toneladas de gêneros alimentícios. Também as famílias acampadas que aguardam programa de reforma agrária, cerca de 220 mil, foram beneficiadas com a distribuição de 15 mil toneladas de alimentos. Indígenas e atingidos por barragens receberam 612 toneladas e 497 toneladas, respectivamente. Além dessas populações, foram beneficiadas também 31,5 mil famílias vítimas de calamidades, como enchentes. No total, 692 toneladas de alimentos foram entregues por meio da política de manutenção de estoques estratégicos de alimentos, que atualmente conta com 70 mil cestas.

Em 2005, estão previstos R\$ 46 milhões em cestas de alimentos a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar (totalizando 1,2 milhão de cestas) por meio de parceiras com a CONAB, o INCRA, a FUNAI, a FUNASA e Fundação Cultural Palmares.

a.2) Restaurantes Populares

O Restaurante Popular é um programa prioritário para os grandes centros urbanos e as regiões metropolitanas. Seu objetivo é apoiar a implantação e a modernização de restaurantes geridos pelo setor público, visando à ampliação de oferta de refeições prontas saudáveis e com preços acessíveis, reduzindo assim o número de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Em 2004, foram formalizados 27 convênios para a instalação de 32 unidades de restaurantes populares em 25 Municípios distribuídos em 14 Estados brasileiros. Os recursos financeiros estão sendo disponibilizados para a construção, a ampliação e a modernização de instalações de acordo com os projetos técnicos formulados pelos proponentes e aprovados pelo MDS. A conclusão das obras e das instalações que permitirão o início das suas atividades, isto é, o atendimento de cerca de 40 mil usuários por dia ocorrerá durante todo o ano de 2005. O Programa de restaurantes populares possibilitou, no exercício de 2004, a cooperação entre o MDS e Municípios situados em regiões metropolitanas para implantar o programa Compra Direta Local. Assim, os Restaurantes Populares poderão ser abastecidos com a produção da Agricultura Familiar e de assentados da Reforma Agrária, gerando posto de trabalho no seu entorno de influência socioeconômica.



a.3) Combate ao desperdício: Banco de Alimentos

O Banco de Alimentos é um importante instrumento de luta contra o desperdício e de combate à fome que ultrapassa o caráter meramente assistencial. O objetivo dessa iniciativa é apoiar a instalação e a modernização de bancos de alimentos municipais. Busca-se arrecadar alimentos provenientes de doações, por meio da articulação do maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos. Após a análise, a seleção, a classificação e a embalagem, esses alimentos são distribuídos gratuitamente para entidades assistenciais, tais como entidades filantrópicas, principalmente creches e escolas, de acordo com suas necessidades de consumo. As entidades assistenciais encarregam-se de distribuir os alimentos arrecadados à população.

Em 2004, foram celebrados 19 convênios para a instalação de igual número de unidades de Bancos de Alimentos, quatro deles assegurando a modernização e a ampliação de Bancos já existentes e em funcionamento (Guarulhos, Varginha, Campinas e Chapecó). Foi estabelecida também parceria, por meio de convênio com a CONAB, para estender a capacidade de implantação de Bancos de Alimentos na rede operacional de abastecimento alimentar pública. Os resultados dessa construção institucional devem ocorrer em 2005 (unidades da própria CONAB nos Estados e unidades da CEASA). Para promover a capacitação técnica das equipes gestoras dos Bancos de Alimentos, o MDS firmou convênio com a Fundação Artur Bernardes, que deve envolver também os recursos tecnológicos e institucionais da EMBRAPA. Tais iniciativas, realizadas em 2004, devem alcançar em torno de 2 mil entidades assistenciais associadas e parcerias de uma rede de Bancos de Alimentos que atuam no preparo de refeições, principalmente em cidades com mais de 100 mil habitantes.

Destaca-se ainda a tramitação do Estatuto do Bom Samaritano na Câmara dos Deputados, que incentiva e regulamenta a doação de alimentos perecíveis. Em parceria com Estados e Municípios, o Programa Fome Zero continuará a investir em 2005 na implantação de Bancos de Alimentos. Nessa ação, estão previstos investimentos na ordem de R\$ 4,725 milhões.

a.4) Educação alimentar – promoção de hábitos alimentares saudáveis

A iniciativa prevê a utilização de estratégias de educação, capacitação e comunicação para a promoção da alimentação saudável, viabilizadas por ações intersetoriais. Para tal, foram distribuídos 3 milhões de cartilhas voltadas para a educação alimentar e para o consumo e

capacitados mobilizadores em educação alimentar e nutricional aptos a disseminar as informações a 55 mil pessoas de suas comunidades. Além disso, foram produzidas 54 milhões de cartilhas educativas com os personagens de Monteiro Lobato para entrega aos escolares do ensino fundamental da rede pública, acompanhadas de manuais do professor para o desenvolvimento de atividades de educação alimentar em sala de aula. Além disso, foi elaborada, em parceria com o Ministério da Saúde, tabela nutricional com 198 alimentos da dieta alimentar básica no âmbito do Projeto Taco – Tabela de Composição de Alimentos – e finalizado diagnóstico de hábitos alimentares de sete capitais.

Destaca-se o Projeto Cozinha Brasil – Alimentação Inteligente –, desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional de Serviço Social da Indústria (SESI), que consiste na oferta de cursos em caminhões equipados com cozinhas pedagógicas. O Cozinha Brasil foi lançado em julho de 2004, com a entrega de caminhões para os Estados do Espírito Santo, de Minas Gerais, de Pernambuco, de São Paulo e do Piauí, resultando em dez mil pessoas capacitadas. Em outubro, foram entregues mais dez caminhões. A meta final do projeto é implementar quarenta unidades móveis em todo o País.

Em 2005, o Governo Federal irá consolidar as parcerias firmadas em 2004 com importantes instituições, como a Fundação Roberto Marinho, o SESI, o núcleo de estudos SALUS Paulista, a Pastoral da Criança, universidades públicas, entre outras. O Governo Federal irá investir, em 2005, cerca de R\$ 6 milhões em projetos que levarão importantes informações aos brasileiros sobre a qualidade da alimentação, contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, requisitos básicos para a segurança alimentar e nutricional. A cobertura do programa para este ano será de aproximadamente 285 mil pessoas.

a.5) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)

O Programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696/03, com a finalidade de incentivar a Agricultura Familiar, por meio da compra da produção da Agricultura Familiar, até o limite de R\$ 2,5 mil por agricultor, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. Esse Programa gera ingresso de dinheiro novo na economia regional, dinamizando-a, melhora a distribuição de renda, proporciona a valorização cidadã dos trabalhadores rurais e representa uma decisão inédita no âmbito governamental de apoiar concretamente os pequenos produtores na comercialização de seus produtos, etapa mais difícil da cadeia agrícola.



O Programa de Aquisição de Alimentos é composto por várias modalidades de compra: Compra Antecipada, Compra Direta, Compra Antecipada Especial, Compra Direta Local e o Programa do Leite.

Em 2004, em parceria com a CONAB, foram atendidas aproximadamente 50 mil famílias de agricultores familiares nas modalidades Compra Direta, Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial. Além dessas ações, o Programa do Leite atendeu, 13,2 mil famílias e a Compra Direta Local, executada pelos Estados e pelos Municípios, atendeu 17,3 mil famílias.

O Programa do Leite, que vem contribuindo para a dinamização das economias regionais e a reestruturação das bacias leiteiras dos estados nordestinos e do norte de Minas Gerais, beneficiou diretamente 620 mil famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional com a distribuição diária de um litro de leite.

Por meio de convênios com Municípios e Estados, implantou-se a Compra Direta Local de diversos tipos de produtos agropecuários destinados ao consumo institucional (merenda escolar, hospitais, creches, orfanatos, asilos). Cabe destacar ainda que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) faz a aferição da qualidade dos produtos destinados ao Programa Fome Zero.

Com o objetivo de garantir a comercialização da produção dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária, serão investidos, em 2005, R\$ 198,1 milhões no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o que permitirá o benefício direto a 100 mil pequenos produtores e a distribuição diária de 700 mil litros de leite para famílias carentes. Além disso, proporcionará o aumento da renda do agricultor pela melhoria do preço recebido, como já vem ocorrendo desde o lançamento do Programa, em julho de 2003.

a.6) Acesso à água para consumo doméstico

A construção de cisternas nos Municípios pertencentes ao Semi-Árido brasileiro é fundamental para garantir as condições de sobrevivência e se constitui em base para a aplicação de políticas emancipatórias das famílias nessa região. A ação atende famílias de baixa renda, residentes na área rural de Municípios do Semi-Árido que não disponham de fonte de água ou de meio de armazená-la de forma adequada para o suprimento das suas necessidades básicas e que sejam enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família.

As cisternas são resultado da participação da sociedade por meio das doações provenientes do



Fome Zero. Vários parceiros têm contribuído na execução desse trabalho. Em 2004, foram construídas cerca de 36 mil cisternas por meio de convênio do Governo Federal, via MDS, com a Articulação do Semi-Árido (ASA) e mais de 5 mil cisternas por meio de convênio com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). Em 2004, houve um aumento de 244% no número de cisternas construídas em relação ao ano anterior, pois foram construídas 41 mil cisternas, contra 11,9 mil em 2003.

Outra iniciativa para suprir a carência de recursos hídricos para as populações do Semi-Árido é o cadastramento de poços de água subterrânea, que está sendo concluído por meio de convênio com o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM), visando fornecer subsídios para o planejamento integrado das ações de Governo quanto à minimização dos efeitos da escassez de água.

Além disso, iniciou-se também um projeto para recuperar poços paralisados e instalar Sistemas Simplificados de Abastecimento (SSA). Esses sistemas são constituídos de poços de captação, equipamentos para bombeamento e infra-estrutura para disponibilização de água. A instalação dos dez SSA até outubro de 2004, possibilitou o desenvolvimento de tecnologia social capaz de transferir para a comunidade conhecimentos necessários à manutenção dos poços revitalizados. Esse procedimento representa um prolongamento da vida útil das obras e orienta a população para que ela própria solucione os problemas mais recorrentes nas interrupções de funcionamento dos poços.

O Programa Construção de Cisternas do Fome Zero irá financiar em 2005 a construção de mais 50 mil unidades, beneficiando mais 250 mil pessoas que vivem em regiões do Semi-Árido nordestino, do norte de Minas e do Espírito Santo. Serão investidos R\$ 68,7 milhões e gerados 5 mil empregos diretos e igual número de empregos indiretos.

b) Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família objetiva a inclusão social das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza por meio da transferência de renda e da promoção do acesso aos direitos sociais básicos de saúde e educação. Para se ter uma idéia, segundo o IBGE (PNAD, 2001), no Brasil há cerca de 11,2 milhões de famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 100.

O Programa paga um benefício mensal de R\$ 50 às famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 50, adicionado de uma parcela variável de R\$ 15, R\$ 30 ou R\$ 45, conforme o número de crianças e adolescentes de até 15 anos, gestantes e nutrízes em cada família. As famílias situadas na faixa de



renda *per capita* mensal de R\$ 51 a R\$ 100 recebem o benefício variável, também no limite de R\$ 45.

Na perspectiva da inclusão social dos beneficiários, o Bolsa Família articula-se a outras ações complementares, tornando seu público-alvo prioritário de iniciativas sociais nos três níveis de Governo, estimulando a emancipação sustentável das famílias.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são definidas como contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo núcleo familiar para que possam receber o benefício mensal. É de responsabilidade das famílias atendidas matricular e manter crianças e adolescentes em idade escolar nas redes de ensino e buscar os postos de saúde da rede pública para acompanhamento das gestantes, das nutrizes e das crianças (pré-natal, vacinação e desenvolvimento das crianças, etc.).

O acompanhamento das condicionalidades para o recebimento do benefício do Programa, mais do que um caráter punitivo de suspensão de benefícios, está relacionado ao monitoramento do acesso das famílias aos direitos sociais básicos de educação e saúde, bem como à identificação das causas familiares e sociais do seu eventual não cumprimento. Ele é um instrumento importante para a identificação das famílias que se encontram em maior grau de vulnerabilidade e risco social, sendo, portanto, um indicador para a orientação das políticas sociais.

O cumprimento da agenda de condicionalidades representa, a médio e longo prazos, o aumento da autonomia das famílias e a ampliação das condições para melhores oportunidades de geração de renda. O alcance desse propósito requer uma abordagem intersetorial, na qual o acompanhamento das famílias incluídas no Programa seja feito de forma articulada por equipes das áreas de assistência social, de educação, de saúde e de outras áreas que no Município respondam pela inserção social e pela emancipação das famílias em situação de pobreza.

As atribuições de acompanhamento do cumprimento das condicionalidades pelas famílias são compartilhadas pelo Estado em seus três níveis (nacional, estadual e municipal), juntamente com a sociedade e com as próprias famílias. O Governo Federal avançou bastante nessa direção, por meio da construção de mecanismo de gestão intersetorial para o acompanhamento das condicionalidades.

O Governo, por meio da Portaria Interministerial MDS/MEC nº 3.789, de 2004, regulamentou as atribuições institucionais e as normas para cumprimento das condicionalidades relativas à frequência e à evasão escolar. A atribuição do Número de Identificação Social (NIS) às crianças e aos adolescentes registrados pelo Censo Escolar permitirá grandes progressos, tanto na



identificação correta das crianças e dos adolescentes quanto na possibilidade de controle universal da frequência, permitindo uma análise detalhada da evasão escolar e dos impactos do Bolsa Família. Além disso, foi disponibilizado um aplicativo na Internet que permite aos gestores municipais o acesso *on-line* para informar a frequência escolar e gerar relatórios para o acompanhamento das crianças e adolescentes.

Por meio da Portaria Interministerial MDS/MS nº 2.509, de 2004, o Governo regulamentou as atribuições institucionais e as normas para cumprimento das condicionalidades da área de saúde. Os gestores monitorarão o direito de acesso das gestantes, das nutrizes e das crianças menores de sete anos de idade às ações e aos serviços de saúde ofertados pelo SUS e previstos como condicionalidades do Programa por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Para garantir a inclusão das comunidades quilombolas no Programa Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabeleceu parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e com o Ministério da Cultura por meio da Fundação Cultural Palmares. Está sendo desenvolvido projeto-piloto no Maranhão que consiste, inicialmente, na capacitação de pessoas da própria comunidade, que serão responsáveis pelo cadastramento de 154 comunidades quilombolas de seis Municípios maranhenses.

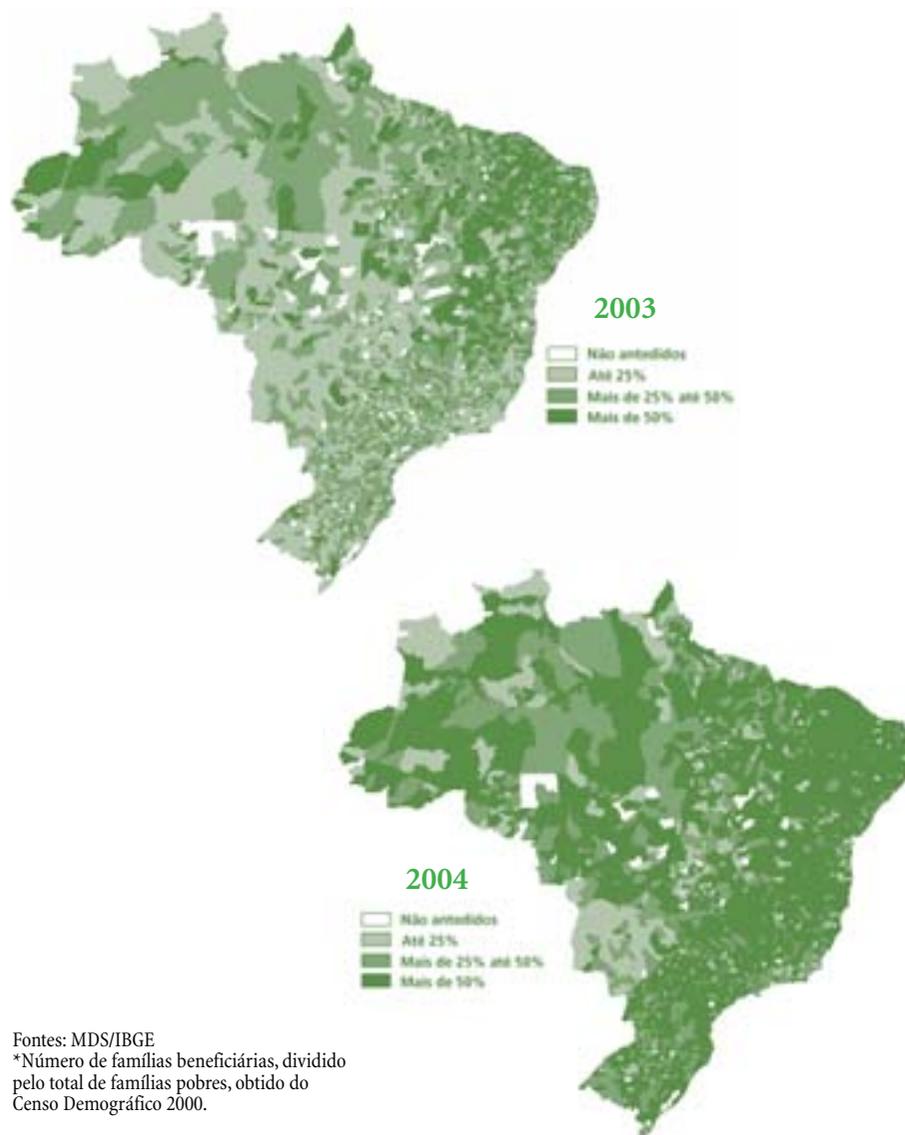
Além dessas ações no âmbito federal, outras iniciativas em relação ao desenvolvimento de ações complementares têm sido adotadas nas cooperações com Estados e Municípios, o que tem proporcionado acesso à infra-estrutura de água, energia e habitação para famílias das regiões mais pobres dos Estados do Ceará, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, dentre outros, bem como oportunidades de alfabetização, capacitação e participação em ações visando à geração de ocupação e renda em outras capitais e Municípios brasileiros.

b.1) Desempenho do Programa Bolsa Família

Em seu primeiro ano de existência, o Programa apresentou expressivos resultados em termos de expansão do atendimento, ultrapassando, em dezembro de 2004, a meta estabelecida pelo Governo de 6,5 milhões. Isso significa que o Programa chega a 60% das famílias pobres do País, o que representa um incremento de 55% em relação a 3,6 milhões de famílias atendidas em 2003. As figuras abaixo mostram a rápida expansão do Programa em 2003 e 2004.



COBERTURA* DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - (%) MUNICÍPIOS BRASILEIROS



Fontes: MDS/IBGE

*Número de famílias beneficiárias, dividido pelo total de famílias pobres, obtido do Censo Demográfico 2000.

O Programa Bolsa Família também contribuiu para reduzir as desigualdades regionais do País. No primeiro semestre de 2004, foi promovida a inclusão de 914 mil famílias nas grandes cidades brasileiras, que até então estavam sub-representadas no atendimento. Em cada dez famílias atendidas pelo Programa, seis estão nas regiões Norte e Nordeste. O Programa está presente em 1.791 Municípios do Nordeste e em 442 do Norte. Ao todo, 3,9 milhões de famílias nessas áreas recebem o benefício. O valor repassado de R\$ 346,2 milhões é equivalente a 30,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Nordeste e 18,4% no Norte. A tabela a seguir compara os montantes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e das transferências de renda.

TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS PARA OS MUNICÍPIOS E
TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO GOVERNO FEDERAL

REGIÃO	FPM (A)	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (B)	TOTAL DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA (C)	PTR/ FPM (C/A)	PTR/ TRANSF. CONST. (C/B)
Centro-oeste	124.278.431,92	207.163.899,50	25.099.760,00	20,2	12,1
Nordeste	605.995.291,62	973.308.109,54	296.458.859,00	48,9	30,5
Norte	152.043.102,58	269.699.148,03	49.743.777,00	32,7	18,4
Sudeste	536.807.479,71	1.135.571.095,03	133.488.626,00	24,9	11,8
Sul	298.219.646,17	496.129.880,93	54.080.779,00	18,1	10,9
TOTAL	1.717.343.952,00	3.081.872.133,03	558.871.801,00	32,5	18,1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - dez/2004

Os nove Estados nordestinos concentram 46,9% da população pobre do Brasil, e 64,5% dessas famílias já estão sendo beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Somente na Bahia, o Programa alcança 854 mil lares, em 417 Municípios. É o Estado com o maior número de beneficiados pelo Bolsa Família, provocando um importante impacto nas economias locais.

O Bolsa Família também vem crescendo nas capitais e nas regiões metropolitanas. Em 2004, a estratégia de expansão do Programa priorizou o atendimento nesses territórios, atingindo uma cobertura de 56,5% das famílias pobres na maioria deles, ou seja, 1 milhão e 641 mil famílias que não tinham acesso aos programas federais de transferência de renda ingressaram no Bolsa Família. A meta para os próximos dois anos é totalizar 8,7 milhões de famílias em dezembro de 2005, chegando ao final de 2006 com cobertura total da população pobre.

b.2) Aperfeiçoamento do Cadastro Único

Com a unificação dos programas de transferência de renda, houve uma mudança na concepção do Cadastro Único. O Cadastro Único tornou-se um instrumento potencial para identificar e localizar as famílias pobres e, assim, viabilizar o planejamento de políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais de forma coordenada. Os dados socioeconômicos básicos contidos no Cadastro permitem o monitoramento e avaliações sobre os efeitos dos programas nas condições de vida das populações beneficiárias dos programas sociais, que se estruturam a partir do Cadastro Único.

O I Seminário Nacional do Cadastro Único, que contou com a participação dos gestores



estaduais e municipais, tratou de uma ampla gama de temas, desde a metodologia de cadastramento até os recursos de tecnologia da informação necessários para viabilizar a gestão do cadastro e o acompanhamento do processo de cadastramento descentralizado nos 5.562 Municípios. No período, houve ainda a introdução de uma nova versão de sistema para permitir a atualização de dados. Além disso, estão em andamento melhorias como a inclusão de recursos que possibilitem as alterações cadastrais e que facilitarão a operacionalização, atendendo, desse modo, às reivindicações de técnicos municipais e estaduais.

O compartilhamento do Cadastro Único com Estados e Municípios, que era de uso exclusivo do Governo Federal, foi fundamental para caracterizar essa nova concepção. Além disso, a divulgação do perfil socioeconômico do Cadastro por Município, Estado e Região e dos nomes dos beneficiários do PBF via Internet fortaleceu o controle social do cadastramento. Elaborou-se, ainda, uma proposta de indicador de qualidade do Cadastro Único por Município, de modo que o Governo Federal e a sociedade possam avaliar a qualidade do trabalho de cada prefeitura no cadastramento das famílias pobres. Esse indicador está disponível para consulta pública e será validado no II Seminário do Cadastro Único.

No ano de 2004, foram capacitados mais de 8 mil gestores de 2.595 Municípios de todas as Unidades da Federação. Seguindo as novas diretrizes para um trabalho intersetorial, foram criadas 19 coordenações intersetoriais estaduais e, aproximadamente, 2.220 coordenações municipais intersetoriais do Cadastro Único. Foram ainda celebrados 18 termos de compromissos para cessão da base de dados do Cadastro Único para os respectivos Estados.

Em dezembro de 2004, o cadastramento no Cadastro Único alcançou 10,3 milhões de famílias, representando um acréscimo de 2,1 milhões de famílias, o que significa 92% da meta para cadastramento de famílias que atualmente vivem com meio salário mínimo per capita mensal. Neste ano, houve uma efetiva auditoria e controle dos dados inseridos no Cadastro Único, com alterações e correções de milhares de cadastros com inconsistências e duplicidades.

b.3) Gestão do Programa e parcerias

O Programa Bolsa Família é executado por meio de uma estreita parceria entre os entes federados. A integração dos programas de transferência de renda da União, dos Estados e dos Municípios é fundamental para a expansão da cobertura da população-alvo e o aumento do valor repassado a cada família. Além disso, os termos de cooperação firmados entre as três esferas de Governo permitem direcionar políticas e programas complementares aos beneficiários do Bolsa Família.

Estão em andamento termos de cooperação com os Estados do Amazonas, de Goiás, de Roraima, do Rio Grande do Sul, do Tocantins, de Alagoas, de Espírito Santo e do Mato Grosso e com os Municípios de Belo Horizonte, Campo Grande e Fortaleza.

b.4) Programa Luz Para Todos

O ano de 2004 marcou o início e a consolidação do Programa Luz para Todos e exigiu o planejamento e a negociação com os Governos Estaduais, concessionárias e cooperativas de eletrificação rural, incluindo a análise técnica e financeira dos programas de obras a serem executadas, o encaminhamento de soluções para adimplimento de diversas empresas e a liberação dos recursos iniciais necessários à realização do Programa.

Em 9 de junho de 2004, foram assinados os primeiros 36 contratos com concessionárias e cooperativas de eletrificação rural no valor total de R\$ 2,5 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão do Governo Federal, dando início à liberação dos recursos para execução de obras. Até o final do ano, foram assinados 58 contratos com os agentes do setor, sendo 49 com concessionárias de energia elétrica e nove com cooperativas rurais. Outros 25 contratos estavam em fase de elaboração e de assinatura, totalizando 83 contratos. Até o final de 2004, foram feitas 69.999 ligações e estavam em andamento obras para a realização de mais 118.654 novas ligações.

Durante 2004, foram instalados em todos os Estados abrangidos pelo Programa os Comitês Gestores Estaduais, responsáveis por receber as demandas da sociedade, definir prioridades, acompanhar o cumprimento de metas e garantir a execução do Programa. O Programa Luz para Todos foi lançado em 11 de novembro de 2003 com o objetivo de antecipar de 2015 para 2008 a universalização ao acesso à energia elétrica, especialmente no meio rural, onde vivem 10 milhões dos 12 milhões de brasileiros que não têm acesso ao serviço.

Em 2005, está previsto o atendimento a 694,5 mil domicílios, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão em equipamentos e materiais elétricos, e geração de 150 mil empregos diretos e indiretos. Durante o ano, 2.406 Municípios serão integralmente atendidos, o que corresponde a 43% dos Municípios brasileiros. O Programa será concluído no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

No Acre, no Amazonas, no Amapá, em Roraima, em Alagoas, em Sergipe, no Pernambuco, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Piauí, no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Goiás, no Mato Grosso do Sul, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, todos os assentamentos rurais já implantados serão atendidos em 2005. O mesmo



ocorrerá com 80% das comunidades remanescentes de quilombos. Também está previsto o atendimento de todos os assentamentos de populações atingidas por barragens.

2) Assistência Social

a) Implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

O novo modelo de gestão de assistência social, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi deliberado na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, com o objetivo de consolidá-la como política pública e como alternativa para o enfrentamento do desafio da inclusão social no Brasil.

O SUAS foi concebido num processo de construção coletiva, decorrente de amplo debate nacional, que culminou na elaboração de um novo conteúdo para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e publicada no *Diário Oficial da União* em 28 de outubro de 2004. É um modelo de gestão descentralizada e participativa que visa à regulação e à organização, em todo o território nacional, das ações da política de assistência social, de acordo com a complexidade dos serviços, fundamentadas na centralidade da família e na participação social.

Atualmente, a implementação do SUAS implica a adoção de ações que convergem para garantia de um processo de transição que não prejudique os usuários da assistência social. Isso significa a incorporação dos atuais serviços, programas, projetos e benefícios dessa política social, promovendo seu reordenamento legal nos níveis de Proteção Social Básica e Especial, aprimorando a gestão e a transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Assistência Social, por meio do SUASWeb, e propiciando seu controle, monitoramento e avaliação à luz da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Em 2005, a principal proposta é consolidar o SUAS, estabelecendo atribuições específicas e de co-financiamento para que cada esfera de Governo contribua com um sistema de gestão cada vez mais fortalecido e sustentável, incluindo o assessoramento e a articulação nos Estados brasileiros para o desencadeamento das ações de acordo com o proposto na PNAS, enfatizando o papel das referidas esferas no processo descentralizado e participativo de atuação nessa área.

A seguir serão apresentados os principais serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS que foram financiados no ano de 2004 com recursos orçamentários da ordem de R\$ 8,4 bilhões



do Fundo Nacional de Assistência Social.

b) Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Programa de Atendimento Integral à Família é um serviço socioassistencial dirigido ao atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, desenvolvido por meio dos equipamentos sociais denominados Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), as chamadas Casas da Família, inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que na lógica do SUAS se enquadra no nível de complexidade da Proteção Social Básica. O CRAS é uma unidade pública estatal responsável por executar os serviços caracterizados por esse nível de complexidade, bem como por organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais no âmbito local, o que permite maior unidade e visibilidade a essa política pública não apenas nos Municípios, mas também nas demais esferas de Governo. Nessa unidade são prestados serviços de apoio socioassistencial, acompanhamento, encaminhamento à rede de proteção social local, orientação e apoio sociofamiliar, atividades que promovam e fortaleçam vínculos familiares e comunitários, atendendo, em média, de 200 a 300 famílias e referenciando cerca de 5 mil famílias em cada território.

Em 2004, a expansão da implementação dos CRAS foi de 80,56% em comparação a 2003, com destaque para a extensão a 38 equipamentos em comunidades quilombolas, 59 em comunidades indígenas e outras regiões, conforme os critérios pactuados com a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e deliberados pelo CNAS. O funcionamento de 901 unidades do CRAS em 650 Municípios possibilitou o atendimento a 256 mil famílias, aproximadamente 1,3 milhões de pessoas. Para tanto, o Governo Federal comprometeu R\$ 58,0 milhões.

Para 2005, dispondo de uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 103,3 milhões, uma das prioridades é alcançar 1.200 CRAS – Casas da Família – em funcionamento, como ação prioritária à consolidação do SUAS, prestando atendimento direto às famílias e potencializando a rede de serviços socioassistenciais para atendimento aos indivíduos com base na organização do território.

c) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), integrado na lógica do SUAS como uma das ações do nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, consiste na implementação de duas ações articuladas tanto entre si, quanto aos demais serviços da rede de proteção social básica e especial: concessão de bolsas mensais e financiamento de jornada ampliada, atividade



socioeducativa desenvolvida em horário complementar ao da escola para reduzir a possibilidade de inserção da criança e do adolescente em atividades laborais e de exposição a riscos.

Em 2004 o programa atendeu 930,8 mil crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 16 anos, que se encontram em situação de trabalho, em 2.785 Municípios, superando em 133,25% a meta física de atendimento proposta na Lei de Diretrizes Orçamentárias para aquele ano. Estes números representam a inclusão de praticamente 117 mil crianças e adolescentes e mais 169 municípios em 2004. Foram priorizados os Estados com maior índice percentual de crianças e adolescentes no trabalho e com menor cobertura do programa.

Para a implementação da jornada ampliada, o Governo Federal executou recursos orçamentários da ordem de R\$ 188,6 milhões e financeiros da ordem de R\$ 178,6 milhões. A concessão da bolsa do PETI é realizada de modo articulado com o Bolsa Família e foi viabilizada por meio da execução orçamentária de R\$ 262,2 milhões.

Cabe destacar que também figura como avanço no processo de avaliação das prioridades a relevância do atendimento a crianças e adolescentes inseridos no serviço doméstico, o que se viabilizou em mais de mil Municípios, a partir da abertura para remanejamentos que propiciassem o atendimento a esse público, anteriormente sem visibilidade.

Para aprimorar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi realizada a atualização do Plano Estratégico de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil Doméstico e publicada a análise situacional do PETI, em parceria com a sociedade civil, OIT e UNICEF.

Para o ano de 2005, com base na previsão orçamentária de R\$ 539,7 milhões, serão atendidas aproximadamente 1 milhão de crianças e adolescentes, visando à concretização de ações decisivas para a erradicação do trabalho infantil até 2006, tais como a equiparação dos valores das bolsas para zona urbana e rural; o levantamento preliminar das famílias das 930 mil crianças e adolescentes inseridas no PETI, visando sua identificação e elaboração de seu perfil de forma a propiciar o monitoramento do processo de migração das famílias para o Cadastro Único; o pagamento de todas as bolsas do PETI via cartão magnético, proporcionando autonomia das famílias beneficiadas, previsibilidade e agilidade no recebimento da bolsa; e o fortalecimento das Ações Socioeducativas e de Convivência (Jornada Ampliada), por meio da realização de estudos qualitativos, identificação de experiências exitosas, construção de metodologia de intervenção e divulgação de instrumentos de aprimoramento das ações socioeducativas.



d) Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela)

Os Serviços de Proteção Socioassistencial às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual, ação que integra o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS, é realizado em Centros Referência Especializados, destinando-se ao desenvolvimento de ações de caráter multiprofissional, psicossocial e jurídico junto às crianças, aos adolescentes e suas famílias vitimadas pela violência, com ênfase nas situações de abuso e exploração sexual comercial.

Em 2004, esses serviços atingiram aproximadamente 18 mil crianças e adolescentes em 315 Municípios, com a aplicação de aproximadamente R\$ 28,7 milhões.

Para 2005, está prevista a ampliação da cobertura da ação de promoção da Inclusão Produtiva para 240 grupos, com a aplicação de R\$ 28 milhões. Esse Programa está em processo de reavaliação, buscando-se a repactuação e a explicitação da responsabilidade das três esferas de Governo no seu co-financiamento.

e) Programa de Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude (Agente Jovem)

A ação de capacitação e concessão de bolsa para jovens de 15 a 17 anos, como agente de desenvolvimento social e humano – “Agente Jovem” – inserida na Proteção Social Básica, visa ao desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Proporciona capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. O valor da bolsa mensal equivale a R\$ 65,00 por jovem inserido no atendimento, sendo atualmente concedida a 57 mil jovens em 1.077 Municípios. Para tanto, foram gastos R\$ 55,1 milhões.

Para o ano de 2005 estão previstos R\$ 54,5 milhões para o pagamento de bolsas. Prevê-se também a construção de nova Matriz de Gestão, Monitoramento e Avaliação para o desenvolvimento das ações em co-responsabilidade com as demais esferas de Governo.

f) Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência (PAC)

Os serviços de proteção socioassistencial à infância e à adolescência, integrantes do nível de

Proteção Social Básica do SUAS, consistem no apoio técnico e financeiro dos serviços executados direta e indiretamente pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados ao atendimento de crianças de 0 a 6 anos vulnerabilizadas pela pobreza, bem como suas respectivas famílias. Esse serviço tem por objetivo assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência familiar e social. Sua cobertura em 2004 atingiu 1,7 milhões de crianças em 4.501 Municípios, e foi garantida por meio da aplicação de recursos da ordem de R\$ 262,2 milhões. Para o ano de 2005, a proposta de atendimento é de 1,7 milhões de crianças, utilizando o montante de recursos federais de R\$ 270,2 milhões.

g) Proteção social à pessoa com deficiência

Os serviços de proteção socioassistencial à pessoa com deficiência consistem no apoio técnico e financeiro aos serviços executados direta e indiretamente pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados ao desenvolvimento de ações de proteção social e inclusão das pessoas com deficiência e de suas famílias. Esses serviços objetivam assegurar os direitos sociais das pessoas com deficiência, criando condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação efetiva na sociedade, por meio de ações relativas à prevenção de risco de exclusão, habilitação e reabilitação, equiparação de oportunidades e proteção social.

Em 2004, foram atendidas 151,4 mil pessoas em 1.532 Municípios, tendo o Governo Federal investido recursos da ordem de R\$ 86,1 milhões. Considerando estimativas para 2005, propõe-se ampliar esse atendimento para 166,4 mil pessoas com deficiência, investindo inicialmente R\$ 89,2 milhões. Outra perspectiva é a regulação da Política Nacional de Habilitação e Reabilitação para o SUAS.

Os serviços que compõem essa ação, com a aprovação do novo texto da PNAS/SUAS estão sendo realocados de acordo com os níveis de complexidade, ou seja, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, reavaliando seu impacto, eficiência e efetividade, sendo redesenhados, com base na centralidade na família, na articulação comunitária fundamentada na organização territorial, de forma integrada às atividades dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – Casas da Família, buscando a repactuação e a explicitação da responsabilidade das três esferas de Governo no seu co-financiamento.

No que se refere à concessão de benefícios que compõem o nível de Proteção Social Básica, foram concedidos 1,128 milhão de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) para pessoas com deficiência, o que significou o investimento de R\$ 3,3 bilhões e 370 mil benefícios de renda mensal vitalícia, o que consumiu R\$ 1,2 bilhão. Para o ano de 2005, R\$ 3,7 bilhões serão



aplicados para concessão de 1,1 milhão de benefícios.

Precedido por um bem sucedido processo de consulta pública, o Presidente da República regulamentou, no dia 2 de dezembro de 2004, por meio do Decreto nº 5.296, as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Dessa forma, os direitos da pessoa portadora de deficiência tiveram um significativo avanço com essa regulamentação, dando conseqüência a uma antiga reivindicação dessa importante parcela da sociedade. As ações para a implementação do referido Decreto serão iniciadas em 2005 e poderão ser acompanhadas pelas diversas entidades representativas do setor, assim como pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE).

Em 3 de dezembro de 2004, o Governo iniciou novo procedimento de Consulta Pública, desta vez para regulamentação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) – Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. A exemplo do exitoso processo para regulamentação da acessibilidade das pessoas com deficiência, o Governo garantirá, em 2005, o avanço na conquista dos direitos desta parcela da população, proporcionando a realização do direito fundamental à comunicação e informação das pessoas com deficiência auditiva.

Ainda, no setor de transporte e mobilidade urbana, o Governo Federal lançou, em junho de 2004, o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível, que tem apoiado governos estaduais e municipais na implementação de ações visando garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência e idosos aos sistemas de transporte público, equipamentos urbanos e circulação em áreas públicas, bem como regulamentou as Leis nº 10.048 e 10.098, ambas de 2000, por meio do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que estabelece, entre outros itens, a obrigatoriedade da implementação da acessibilidade, nos sistemas de transportes coletivos para as pessoas com deficiência, no prazo máximo de 10 anos.

h) Programa de Proteção Social à Pessoa Idosa

Os serviços de proteção socioassistencial à pessoa idosa visam ao apoio técnico e financeiro dos serviços executados direta e indiretamente pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados aos serviços de proteção social básica e especial voltados ao atendimento da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade e risco social em conformidade com o PNAS na perspectiva do SUAS, com o Estatuto do Idoso e com a Política Nacional do Idoso, promovendo



o desenvolvimento de atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas, de educação para a cidadania, de caráter preventivo e reabilitador, de promoção do fortalecimento dos vínculos e da convivência familiar e comunitária e proteção integral.

A cobertura de atendimento desses serviços alcançou 335,9 mil pessoas idosas, em 2.289 Municípios, o que equivaleu à aplicação de recursos federais no montante de R\$ 38,8 milhões na execução orçamentária. Considerando estimativas para 2005, propõe-se ampliar esse atendimento para 336,3 mil pessoas idosas, investindo recursos superiores ao ano de 2004.

No que se refere à concessão de Benefícios de Prestação Continuada, que compõem o nível de Proteção Social Básica, foram concedidos 933,2 mil benefícios para pessoas idosas, o que significou o emprego de R\$ 2,5 bilhões em razão da redução da idade para acessar esse direito estabelecido no Estatuto do Idoso, e 181 mil benefícios de renda mensal vitalícia, o que representou R\$ 603,6 milhões. Para o ano de 2005, a projeção é de que cerca de R\$ 3,6 bilhões serão aplicados para concessão de 1,2 milhões de benefícios.

Destacam-se ainda como ações realizadas no ano de 2004 a elaboração do Plano Integrado de Ação Interministerial para supervisão e acompanhamento da execução de ações voltadas ao segmento da pessoa idosa, bem como a implementação do Estatuto do Idoso.

Em 2005 propõe-se a realização de Conferência de Avaliação da Política Nacional do Idoso face ao Estatuto do Idoso, a elaboração de Cadastro de Instituições e Programas de atenção à pessoa idosa em âmbito nacional entre entidades governamentais e não-governamentais; a implantação e acompanhamento do Plano Integrado de Ação Interministerial, com supervisão e acompanhamento da execução do Estatuto do Idoso; e a comemoração do Dia Nacional e Internacional do Idoso.

i) Fortalecimento do Conselho Nacional de Assistência Social como instância deliberativa e de controle social

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é um órgão superior de deliberação colegiada, de composição paritária (sociedade civil e Governo), vinculado diretamente ao Gabinete do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Seu fortalecimento incide diretamente na consolidação da política pública de assistência social

e diz respeito a questões operacionais, de infra-estrutura e articulação política. Do ponto de vista operacional, os trâmites de análise e deliberação de processos relativos a requerimento de registro e certificação de instituições estão sendo intensificados e agilizados. Nesse sentido, tem-se o Projeto Estoque Zero, cuja implementação no segundo semestre de 2004 já regularizou a situação de cerca de 3.478 processos do total de 9.448 que se encontravam no CNAS em julho de 2004. O Regimento Interno, aprovado na última assembléia do Conselho, amplia a participação dos conselheiros e franqueia a palavra ao público em geral presente às reuniões. As eleições dos representantes da sociedade civil no CNAS foram conduzidas pelos próprios conselheiros da sociedade civil, demonstrando o respeito do Governo à autonomia dessa representação e ao processo democrático e participativo.

Enfim, está sendo construída uma nova imagem pública do CNAS, imprimindo maior visibilidade política e maior publicização de temas, normas e questões discutidas e/ou deliberadas pelo Conselho. Uma das mais importantes realizações de 2004 foi a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Conselho Nacional de Assistência Social, a partir de discussão coletiva, como base para a implantação do SUAS. Em 2005, essa discussão deve ser aprofundada com a apreciação do Plano de Transição da Assistência Social para o modelo apregoado pelo SUAS e da proposta de revisão da Norma Operacional Básica (NOB), dos novos critérios de partilha dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social e das discussões e regulações acerca da definição e do conceito de entidade de assistência social, tanto pública quanto privada.

Além disso, nesse ano será realizada a V Conferência Nacional de Assistência Social, fórum de discussão, avaliação e deliberação da política de assistência social.

3) Educação

O aumento de R\$ 3,4 bilhões no orçamento do Ministério da Educação para 2005 garantirá novos investimentos e ampliação de programas prioritários nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos; melhoria do ensino básico; expansão do ensino técnico e reforma do ensino superior. Esses são os quatro eixos estratégicos para uma efetiva melhoria em todo o sistema educacional.

Ler e escrever são condições básicas ao exercício da cidadania. O Programa Brasil Alfabetizado atenderá 2,3 milhões de pessoas em 2005, cerca de 500 mil a mais do que em 2004. Até 2006, o Governo Federal terá alfabetizado dez milhões de pessoas, reduzindo significativamente o índice de analfabetismo no País.



Para superar a crise de financiamento por que passa a educação básica, o Governo Federal iniciou, em 2004, um intenso processo de debate com os Estados, Municípios e sociedade civil que culminou na proposta de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O novo fundo substituirá o atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que destina recursos somente ao ensino fundamental, criando gargalos nas outras etapas da educação básica. Hoje, 97% das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental, mas somente 32% dos jovens de 15 a 17 anos freqüentam o ensino médio.

O FUNDEB atenderá todas as etapas da educação básica, da educação infantil ao ensino médio –, contemplando também as diversidades do mundo da educação, como alunos indígenas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Previsto para vigorar a partir de 2005, o Governo Federal já tem R\$ 1,3 bilhão destinados ao novo fundo.

Ainda em relação ao ensino básico, será reajustado em 20% o valor da merenda escolar da pré-escola e do ensino fundamental em 2005, beneficiando 37 milhões de alunos. Esse é o terceiro reajuste concedido pelo Governo após dez anos de congelamento. A implantação da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica capacitará 400 mil docentes até 2007. Já o Programa Escola de Gestores, que inicia em 2005, qualificará diretores de escolas, democratizando a gestão escolar. Em 2005, também serão ofertadas mais de 17 mil vagas em cursos de graduação a distância para suprir a carência de professores em ciências exatas na rede pública de ensino.

O Governo está implantando uma política de educação profissional em consonância com a demanda produtiva do País. A meta é ampliar o número de alunos matriculados no ensino técnico. Também foram unificados os currículos do ensino médio e profissional. Assim, milhares de jovens poderão concluir o ensino básico com uma profissão. Outra iniciativa é o Programa Escola de Fábrica, que abrirá 500 escolas em empresas e oferecerá formação profissional a jovens de baixa renda, de 15 a 21 anos, a partir de 2005.

Outro eixo prioritário é a construção de uma nova universidade para o Brasil, inclusiva, democrática e de qualidade. A reforma da educação superior tem por objetivo ampliar o acesso, fortalecer a universidade pública e gratuita e estabelecer parâmetros de qualidade para que a universidade cumpra o seu papel de democratização do conhecimento, contribuindo para o crescimento sustentável do Brasil, com inclusão social.

As 55 universidades federais terão um reforço de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 1,4 bilhão para o reajuste de docentes e técnicos administrativos. Para o custeio das universidades são R\$ 260 milhões – 47% a mais do que em 2004. O Governo também já anunciou a realização de três concursos públicos para contratação de seis mil novos professores para as universidades federais até 2006, atendendo antiga demanda das instituições por renovação e qualificação do quadro.

a) Alfabetização e educação de jovens e adultos

O Brasil tem cerca de 33 milhões de analfabetos funcionais – pessoas a partir de 15 anos com menos de quatro anos de escolarização. O enfrentamento dessa dívida social é inerente à construção de uma nação com inclusão e justiça. Com esse objetivo, a alfabetização foi integrada à educação de jovens e adultos para garantir a continuidade do aprendizado. Essa política é realizada por meio de dois programas complementares: Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

a.1) Programa Brasil Alfabetizado

Criado pelo Governo Federal, em 2003, o Brasil Alfabetizado tem oportunizado a escolarização de milhões de jovens e adultos – a partir de 15 anos – que não tiveram acesso à escola na idade adequada. Em 2004 foram beneficiadas 1,9 milhão de pessoas, em mais de quatro mil municípios de todo o País, com investimento de R\$ 162 milhões. Para 2005, estão previstos outros R\$ 218 milhões para alfabetização de 2,3 milhões de jovens e adultos.

O Brasil Alfabetizado repassa recursos para a formação de alfabetizadores e implantação de cursos de alfabetização em parceria com Estados, Municípios, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil. Em 2004, para melhorar o processo de aprendizado, o Ministério da Educação aumentou o período dos cursos de seis para oito meses e introduziu um piso de R\$ 120,00 a ser pago aos alfabetizadores, mais R\$ 7,00 por aluno em sala de aula. As turmas devem ter, no máximo, 25 estudantes.

a.2) Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A alfabetização foi integrada à educação de jovens e adultos com o propósito de garantir a continuidade dos estudos. O Ministério da Educação repassa recursos aos sistemas públicos estaduais e municipais de ensino fundamental para a capacitação de professores, produção de materiais didáticos, implantação de escolas e salas de aulas voltadas para a educação de jovens e adultos. Em 2004 foram atendidos 1,9 milhão de alunos, com um investimento de R\$ 420 milhões. Por meio do



programa, além da ampliação de vagas, os Estados e Municípios oferecem formação continuada para professores da educação de jovens e adultos, visando à melhoria da qualidade de ensino.

b) Melhoria da educação básica

A melhoria da educação básica passa, necessariamente, pela implantação de um novo sistema de financiamento. A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) por meio de proposta de Emenda à Constituição a ser enviada proximamente ao Congresso Nacional, trará repercussões estruturais, pois significa um grande pacto pela educação ao reordenar as relações federativas entre a União, Estados e Municípios. Como etapa preliminar à criação do FUNDEB, o Governo Federal prevê no exercício de 2005 a aplicação de R\$ 1,3 bilhão na melhoria da educação básica.

Mais recursos para atender a todo o ciclo da educação básica permite melhorar a capacitação e a remuneração dos professores, bem como aparelhar e manter em melhores condições as escolas públicas, contribuindo para melhorar a qualidade da educação básica.

c) Educação infantil

c.1) Política Nacional de Educação Infantil

A discussão e o estabelecimento de uma política de educação infantil é fundamental para melhorar o aprendizado e criar bases sólidas para a educação de crianças de zero a seis anos. Em 2003, em parceria com entidades da sociedade civil, foi elaborada a Política Nacional de Educação Infantil, que estabelece as diretrizes, metas e estratégias para ampliação do atendimento de creches e pré-escolas. Em 2004, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), foram realizados seminários regionais com a participação das secretarias municipais e estaduais de educação e outras entidades que atuam na área para discussão e implementação do documento. Hoje, existem 1,2 milhão de crianças matriculadas em creches e 5,1 milhões de crianças na pré-escola em todo o Brasil.

c.2) Formação Continuada dos Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL)

O Ministério da Educação tem priorizado ações para formação de professores que não têm a habilitação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para o exercício



da profissão, no caso, nível médio em magistério. De acordo com dados do Censo Escolar, 10,5% dos professores que atuam em creches de todo o País possuem apenas o ensino fundamental. Os dados apontam, ainda, que 11% dos professores, embora tenham concluído o ensino médio, não se formaram em magistério. Já nas salas de pré-escola, 3,1% dos educadores têm até a 4ª série e 4% não completaram o magistério.

O Programa de Formação Inicial dos Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL), criado em 2004, promoverá cursos de formação a distância para professores de creches e da pré-escola que possuam apenas o ensino fundamental ou que não tenham a formação de nível médio em magistério. O Programa destina recursos a projetos educacionais apresentados por Estados e Municípios para a formação continuada de professores. Em 2004, esta ação atingiu 17.311 professores – um aumento de 10,5% em relação a 2003.

d) Ensino fundamental

d.1) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)

Em 2004, o Governo Federal reajustou em 22,2% o valor mínimo do FUNDEF repassado por aluno/ano do ensino fundamental, beneficiando 32 milhões de estudantes da rede pública em todo o País. Para complementar os recursos de estados com dificuldades financeiras para manter essa etapa do ensino, o Governo também destinou R\$ 559,9 milhões, em 2004, complementando, assim, o valor destinado por aluno em seis Estados – Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí e Alagoas.

d.2) Ampliação do ensino fundamental para nove anos

No exercício de 2004, o Ministério da Educação realizou sete encontros regionais para debater a ampliação do ensino fundamental para nove anos, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e as secretarias estaduais e municipais de Educação. A realização desses eventos consolidou a elaboração do documento “Ensino Fundamental para Nove Anos – Orientações Gerais”, contendo recomendações referentes à regulamentação do ensino fundamental a partir dos seis anos de idade. A prática já é adotada por Estados como Goiás, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte e Minas Gerais com resultados positivos. Dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que 26.530 escolas com 7.373.596 alunos já utilizam o novo currículo.



O ensino de nove anos requer formação adequada e capacitação de professores para não ocorrer uma simples antecipação da primeira série dessa etapa do ensino. Em 2004, foram investidos R\$ 3,2 milhões na formação de professores para atuar no ensino de nove anos, por meio de 154 convênios com prefeituras e secretarias estaduais de educação. Além da formação de educadores, os recursos possibilitaram o fornecimento de material didático específico para 622 mil alunos, 11 mil professores e 3,1 mil escolas. O ensino fundamental de nove anos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE).

d.3) Apoio ao transporte do escolar

Em 2004 foi criado o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) para atender alunos do ensino fundamental público residentes exclusivamente em áreas rurais. O Programa repassa automaticamente aos Estados e Municípios recursos para custeio, manutenção de veículos e contratação de serviços de transporte escolar. O investimento foi de R\$ 244 milhões, atendendo 3,2 milhões de alunos. O PNATE atende a antiga reivindicação dos entes da Federação, que dispunham de veículos escolares, mas não tinham recursos para manter o serviço.

d.4) Livro didático

Com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, o Programa faz a aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos de qualidade para todos os alunos da rede pública de ensino fundamental. Em 2004 foram comprados 111 milhões de livros didáticos, para atender 30,9 milhões de alunos, em cerca de 150 mil escolas, com investimento de R\$ 604 milhões.

d.5) Dinheiro direto na escola

Em 2004, 120 mil escolas públicas de ensino fundamental receberam mais de R\$ 300 milhões, que atenderam 31 milhões de alunos com a compra de equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos, conservação e reparo das instalações. Os recursos também possibilitaram a capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, implementação de projetos pedagógicos e desenvolvimento de atividades educacionais.

d.6) Formação continuada dos professores em exercício no ensino fundamental

Em 2004 foram investidos R\$ 13,5 milhões, garantindo a formação continuada de 48.502

professores, por meio de convênios com Estados e Municípios.

d.7) Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação

Além dos professores, o Governo também está, de forma inédita, investindo na valorização dos funcionários que trabalham nas escolas públicas da educação básica. Após realizar, em 2004, um seminário nacional com gestores e funcionários para discutir eixos dessa política de valorização, 47 convênios, envolvendo Estados e Municípios, foram firmados para capacitar 44.083 funcionários de escola, com investimento de R\$ 6 milhões.

e) Ensino médio

e.1) Apoio emergencial ao ensino médio

Enquanto avançam as negociações para a criação do FUNDEB, o Governo Federal liberou, em caráter emergencial, recurso suplementar de R\$ 185 milhões para minimizar problemas estruturais de oferta do ensino médio em nove Estados do Nordeste e no Pará. O crédito suplementar, liberado em 2004, foi aplicado em custeio e investimentos como pagamento de professores e servidores, compra de móveis e equipamentos para as escolas.

Os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará receberam R\$ 30 milhões cada. Alagoas, R\$ 25 milhões, e Bahia, R\$ 20 milhões. Os demais Estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Pará – receberam R\$ 10 milhões cada. A iniciativa atende à demanda dos Estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com precariedade no sistema público de ensino médio. Os valores foram calculados a partir do número de alunos matriculados na rede pública do ensino médio desses Estados. O Ministério da Educação espera superar em definitivo esse quadro com a aprovação do FUNDEB.

e.2) Currículo do ensino médio

Desde outubro de 2004, o MEC vem promovendo seminários regionais que contam com a participação de equipes técnicas das secretarias estaduais de educação, professores e estudantes da rede pública de ensino. As discussões realizadas nesses seminários vão consolidar a organização curricular do ensino médio, uma vez que a realização desses eventos levou à constatação das dificuldades de apropriação e adoção das orientações contidas nos Parâmetros Curriculares



Nacionais do Ensino Médio pelos profissionais da educação básica e por seus formadores.

e.3) Livro didático para o ensino médio

Pela primeira vez, o Ministério da Educação comprou e distribuiu livros didáticos para alunos da rede pública do ensino médio. O objetivo é contribuir para a melhoria dessa etapa da educação básica nas regiões mais carentes do Brasil. Inicialmente, foram distribuídos 2,7 milhões de livros de português e matemática para 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio de 5.392 escolas públicas do Norte e Nordeste. A partir de 2006, todas as escolas públicas de ensino médio serão integradas ao programa.

f) Programas que atendem a mais de uma etapa da educação básica

f.1) Programa Nacional de Alimentação Escolar

Após uma década sem aumento, o Governo Federal voltou a reajustar os valores da merenda escolar. Em agosto de 2004, o valor da merenda da pré-escola e ensino fundamental passou de R\$ 0,13 para R\$ 0,15 por aluno/dia – um reajuste de 15,38%. Ao todo, foram atendidos 37,8 milhões de alunos de creches, pré-escolas, ensino fundamental e comunidades indígenas, com investimento de R\$ 1,025 bilhão. Importante instrumento de distribuição de renda entre as camadas mais pobres, o PNAE é o maior programa de alimentação escolar do mundo, atendendo 21% da população brasileira, cerca de 38 milhões de estudantes.

Para 2005, o Governo já anunciou mais um reajuste de 20% no valor da merenda escolar da pré-escola e do ensino fundamental, que passará para R\$ 0,18 por aluno/dia.

f.2) Formação Continuada de Professores da Educação Básica

O Governo está implantando a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica em parceria com Estados, Municípios e instituições de ensino superior. Em 2004 foram selecionadas 20 universidades em 13 Estados e Distrito Federal para a implantação dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, que serão responsáveis pelo planejamento de matérias e processos pedagógicos que atendam às necessidades de formação de professores das redes públicas municipais e estaduais. O MEC destinou R\$ 10 milhões em 2004 para a implantação dos Centros de Pesquisa e prevê um investimento de mais R\$ 30



milhões até 2007. O objetivo é capacitar 400 mil professores nas áreas de Alfabetização e Linguagem; Educação Matemática e Científica; Ciências Humanas e Sociais; Artes e Educação Física e Gestão e Avaliação da Educação.

f.3) Escola de Gestores

A democratização e melhoria da gestão escolar são os objetivos do Programa Escola de Gestores, que capacitará mais de 150 mil diretores de escolas de todo o País. A primeira etapa do programa terá início em janeiro de 2005, com a formação de 160 diretores de escolas do Ceará, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. No segundo semestre, outros 4.320 gestores participarão do Programa. A terceira etapa prevê a formação de mais 43.200 diretores a partir do primeiro semestre de 2006. A última etapa formará mais 104.440 gestores de microescolas urbanas e rurais, a partir do segundo semestre de 2006.

f.4) Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho) e Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

Para fortalecer os conselhos escolares de escolas públicas e particulares, o MEC lançou uma coleção com cinco cadernos trazendo explicações sobre o papel do conselho escolar e análises das legislações sobre o tema, para ser distribuída em 44 mil escolas com mais de 250 alunos. Formados por professores, funcionários, pais, alunos, diretores e comunidade, os conselhos têm funções deliberativas, consultivas e são co-responsáveis pela gestão administrativa e pedagógica das escolas. Existem cerca de 60 mil conselhos em escolas públicas e particulares no Brasil.

Também foram realizados, em 2004, 13 encontros para capacitar conselheiros municipais e estimular a criação de novos Conselhos Municipais de Educação. Os conselhos são esferas importantes e democráticas para a formulação e controle de políticas e ações para a melhoria da educação no Brasil. Por meio do Pró-Conselho, também foi implementado o Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (SICME), disponível na página eletrônica do MEC, para que dirigentes e conselheiros alimentem o sistema, via Internet, com informações de seus Municípios.

f.5) Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (SAFE)

Em 2004, o Ministério da Educação iniciou estudos e testes para implantar o Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar (SAFE) em todas as escolas da rede pública do ensino



fundamental e médio. As primeiras experiências estão ocorrendo em oito municípios por meio de cartões magnéticos ou identificação digital. A implantação dessas máquinas tem como critérios o tamanho da escola e o número de alunos matriculados. Para as escolas menores, haverá outros instrumentos para o controle da frequência. O SAFE vai possibilitar que o Governo tenha uma visão precisa da presença e permanência dos alunos nas escolas, favorecendo o planejamento de políticas educacionais.

O novo sistema também servirá de base para orientar a transferência de recursos federais para programas calculados a partir do número de alunos matriculados nas instituições públicas de ensino, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Transporte Escolar e o Bolsa Família – principal programa de transferência de renda do Governo Federal para famílias que vivem em situação de pobreza.

A frequência escolar é uma condição básica para que as famílias cadastradas no Programa recebam o benefício. São as condições do Programa que tornam o Bolsa Família uma ação estruturante e não meramente uma iniciativa assistencialista. Hoje, cerca de 12 milhões de crianças são atendidas pelo Bolsa Família.

f.6) Escola Aberta

Criado em 2004, o Programa tem por objetivo tornar as escolas públicas de 5ª a 8ª série, e de ensino médio, espaços abertos durante os fins de semana para o desenvolvimento de atividades complementares nos campos da educação, trabalho, cultura, esporte e lazer para os alunos e suas comunidades. A iniciativa visa a estreitar o diálogo, a interação e a cooperação entre comunidade e escola, melhorando o relacionamento entre professores, alunos e familiares, levando à redução do índice de evasão e de violência. Em 2004, o Escola Aberta começou a ser implantado em 154 escolas do Espírito Santo, Belo Horizonte e Pernambuco.

Em 2005, o Escola Aberta será estendido a outros sete Estados e chegará a mil escolas, atingindo cerca de um milhão de pessoas. A previsão é atender 1.200 escolas até 2007.

f.7) TV Escola

A TV Escola é um canal de televisão transmitido 17 horas por dia e que oferece uma programação de alto padrão de qualidade, voltada, especialmente, à capacitação, atualização e aperfeiçoamento de professores de ensino fundamental e médio da rede pública. A televisão é

utilizada como um importante instrumento didático que permite a professores e alunos entrarem em sintonia com as possibilidades pedagógicas das tecnologias aplicadas à educação. A TV Escola está presente em 39 mil escolas, distribuídas em mais de cinco mil Municípios.

Em 2004, 35% da grade da TV Escola foi renovada com a aquisição de novos programas, sendo 69% deles produzidos por empresas brasileiras. A medida faz parte de uma iniciativa do Governo Federal de privilegiar a produção audiovisual nacional. O investimento foi de R\$ 14 milhões na transmissão do sinal da TV Escola e na produção de novos programas, incluindo-se o Salto para o Futuro – programa de formação continuada de professores – e o curso Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, em parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD).

Também em 2004, em parceria com universidades públicas brasileiras, foram investidos recursos na modernização da transmissão, passando do padrão analógico para o digital e, assim, ampliando as possibilidades pedagógicas do programa e favorecendo a integração de mídias.

f.8) Educação profissional

A construção de uma política industrial eficiente, o adensamento das cadeias produtivas e a estruturação dos arranjos produtivos locais são fundamentais para o crescimento do Brasil e exigem também investimentos consistentes na educação profissional. As medidas adotadas pelo Governo visam a ampliar o número de matrículas na educação profissional de forma articulada com os Estados, Municípios e iniciativa privada.

f.9) Integração do ensino médio e curso técnico

No exercício de 2004, para facilitar e estimular a formação de jovens no ensino técnico-profissionalizante, o Governo Federal publicou decreto assegurando a integração do ensino médio com o curso técnico, regulamentado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Antes da nova legislação, para os jovens terem uma formação profissional, era preciso cursar o ensino médio e o curso técnico em turnos ou escolas diferentes. Outra alternativa era concluir o ensino médio para depois ingressar na etapa de formação profissional. Agora, todos os alunos de escolas públicas ou privadas vão poder frequentar os ensinos médio e técnico de nível médio ao mesmo tempo, na mesma grade curricular e na mesma escola. A iniciativa permite que milhares de jovens concluam o ensino médio já com uma profissão.



f.10) Escola de Fábrica

Ter uma profissão é um dos principais anseios de todo jovem. Nessa direção, o Governo lançou, em 2004, o Projeto Escola de Fábrica, que objetiva a formação profissional de jovens de baixa renda, de 15 a 21 anos, nas próprias empresas. A meta é abrir 500 escolas no interior de fábricas e empresas de todo o Brasil e formar 10 mil alunos em 2005, assegurando-lhes uma base sólida para inserção no mercado de trabalho.

f.11) Curso Superior em Escola Agrotécnica Federal (EAF)

Em 2004, o MEC editou portaria que autorizou a abertura, em caráter experimental, do primeiro curso superior de Tecnologia em uma Escola Agrotécnica Federal (EAF). O curso será aberto na EAF de Uberlândia, Minas Gerais, e formará tecnólogos em Alimentação de Origem Vegetal e Animal. O curso inicia em 2005 e terá duração de três anos. Originalmente, as EAF só podiam oferecer habilitação em nível técnico, cursos de nível básico e ensino médio. Com a medida, jovens da área rural não precisarão mais sair do campo para frequentar um curso superior. O resultado será um maior acesso a esse nível da educação com garantia de formação profissional e conseqüente melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) passaram, assim a integrar o ensino superior. Os 34 CEFET poderão, a partir dessa reestruturação, oferecer cursos tecnológicos de nível superior. A nova estrutura, estabelecida por dois decretos publicados em 2004, permite que os centros apresentem projetos de acesso a fundos setoriais de pesquisa e de fomento à pós-graduação, destinados somente às instituições de ensino superior.

f.12) Reforma da educação superior

Ao optar pela valorização do ensino superior público e defesa da educação como um direito de todos os brasileiros, o Governo sinaliza o papel estratégico da universidade na construção de um novo projeto de desenvolvimento para o País, que compatibilize crescimento sustentável com justiça social. É essa visão que norteia o processo de reforma da educação superior no Brasil, que está centrado em cinco grandes objetivos: o fortalecimento da universidade pública, o combate à mercantilização do ensino, a melhoria da qualidade, a democratização do acesso e a construção de uma gestão eficiente, participativa e cidadã.

Essa visão está contemplada na versão preliminar do Anteprojeto da Lei de Educação Superior,



resultado de um amplo processo de diálogo com a comunidade acadêmica, entidades da sociedade organizada, lideranças sociais, intelectuais e políticas, técnicos e especialistas em educação. Assim, o Estado cumpre seu papel regulador e indutor de um novo sistema nacional de educação superior, voltado para a consolidação de uma nação soberana, democrática e inclusiva.

g) Fortalecimento do ensino superior federal e gratuito

g.1) Expansão das universidades federais

O Governo trabalha para ampliar a participação do setor público na educação superior. A meta é criar novas universidades públicas, expandir novos pólos e abrir 200 mil novas matrículas em dois anos nas instituições federais. Nessa direção, estão sendo criadas as universidades federais do ABC, Recôncavo Baiano e Grande Dourados. A interiorização do ensino superior é outra ação importante para a democratização do acesso. Também estão em implantação os campus de Volta Redonda (UFF), de Nova Iguaçu (UFRRJ), da Baixada Santista (UNIFESP), de Sorocaba (UFSCa), do Litoral do Paraná (UFPR), de Caruaru (UFPE), de Garanhuns (UFRPE) e da Floresta (UFA), além dos campi de Marabá, Bragança e Castanhal (UFPA). Os investimentos previstos em 2005 para a criação de novos campi e universidades somam cerca de R\$ 85 milhões.

g.2) Valorização profissional

Depois de seis anos sem aumento significativo, os professores da rede federal tiveram reajuste acima da inflação – entre 10% e 34,9% – em 2004. O aumento beneficiou 74 mil professores. O Governo também reduziu a diferença salarial entre ativos e aposentados. Outra conquista importante foi o acordo para a criação do plano de carreira dos servidores técnicos-administrativos das universidades brasileiras, contemplando uma antiga reivindicação dos trabalhadores desse setor. O projeto de lei estabelece um piso salarial de R\$ 701,98, que hoje é de R\$ 452,00, com a incorporação das gratificações. O plano de carreira também estabelece promoções mediante cursos de capacitação e incentivo à qualificação desses profissionais.

A valorização da carreira pública também passa pela realização de concursos. Até 2006, serão contratados seis mil novos docentes para as universidades federais, repondo aposentadorias e qualificando o corpo docente das instituições.



g.3) Mais recursos para o ensino superior federal

O Orçamento Geral da União estabelece um reforço de R\$ 1,7 bilhão para as 55 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Do total, cerca de R\$ 1,4 bilhão será destinado a novas contratações e reajustes de professores e servidores. Para custeio e investimento, são R\$ 260 milhões a mais em relação a 2004 – passando de R\$ 543 milhões, em 2004, para R\$ 803 milhões em 2005 –, um crescimento de 47%. Esse é o maior incremento orçamentário para as universidades federais nos últimos dez anos.

g.4) Qualidade do ensino superior

g.4.1) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

Em 2004 foi criado o SINAES, com o objetivo de avaliar e garantir a qualidade do ensino ofertado por todas as instituições públicas e privadas de ensino superior do Brasil. O sistema é composto pela avaliação das instituições, pela avaliação dos cursos e pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que substituiu o antigo Exame Nacional de Cursos, o Provão. O SINAES permite uma avaliação completa e integrada dos diversos aspectos da educação superior, como gestão, pesquisa, extensão e responsabilidade social.

O sistema utiliza dois instrumentos de forma conciliada para avaliar as instituições: a avaliação externa, na qual uma comissão indicada pelo INEP confere as condições de ensino, a administração, a infra-estrutura, os projetos e atividades desenvolvidas; e a avaliação interna, na qual as instituições fazem uma auto-avaliação apontando seus pontos fortes e fracos. No âmbito dos cursos, a comissão avalia o perfil do corpo docente, a organização didático-pedagógica, as instalações e demais aspectos específicos de cada grade curricular.

Para avaliar o desempenho dos estudantes, o ENADE avalia os conhecimentos gerais e específicos dos alunos do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, diferentemente do Provão, que avaliava somente alunos do último ano. O novo método permite aferir o quanto cada curso agrega ao conhecimento dos seus alunos, o que não era possível na avaliação anterior. Em oito anos, o Provão avaliou 26 áreas do conhecimento enquanto o ENADE, em três anos, avaliará 52 áreas.

Do total de 156.654 alunos de 2.187 cursos de graduação, 90,16% participaram do primeiro ENADE, realizado em novembro de 2004. As áreas avaliadas foram Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição,

Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia.

g.5) Regulamentação de novos cursos superiores

Em 2004 foram editadas medidas legais para regular a expansão da educação superior privada. Com as medidas, o Ministério da Educação passou a priorizar cursos superiores com projetos pedagógicos inovadores e que contribuam para o desenvolvimento social e local das regiões onde serão implantados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), grau de alfabetização e escolaridade da população, emprego formal e número de jovens são alguns dos indicadores considerados para a autorização de novos cursos superiores.

g.6) Democratização do acesso

g.6.1) Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O Governo lançou em 2004 o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudos integrais e parciais (de 50%), em universidades privadas, a estudantes de baixa renda e alunos com deficiência que tenham cursado todo o ensino médio em escola pública ou com bolsa de estudo em escola particular. Ao todo, 1.142 instituições privadas de ensino superior aderiram ao programa, o que possibilitou a oferta de cerca de 100 mil bolsas de estudos para 2005. Parte das vagas está reservada para afrodescendentes e indígenas, em percentual compatível com a participação dessas populações em cada estado, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os critérios de seleção são os resultados dos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o perfil socioeconômico. As bolsas integrais são para estudantes com renda familiar per capita de até um e meio salário mínimo, e as parciais, de 50%, para aqueles com renda familiar de até três salários mínimos por pessoa. Professores da rede pública de ensino básico, sem diploma, poderão participar do programa nos cursos de Licenciatura e Pedagogia, independente da renda familiar. O objetivo é propiciar uma educação de mais qualidade para o País.

O programa de criação de bolsas do Governo reverte impostos não pagos pelas instituições privadas em vagas nas universidades. Atualmente, 85% do sistema privado do ensino superior têm isenção de tributos, total (universidades filantrópicas) ou parcial (universidades sem fins lucrativos). Somente as instituições com fins lucrativos – 15% restantes do sistema privado – pagam os tributos previstos. Em contrapartida, essas instituições que aderiram ao ProUni ficarão isentas do Imposto



de Renda de Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre Lucro Líquido, do PIS e do Cofins. Até 2006, o ProUni ofertará 200 mil vagas em universidades privadas.

g.6.2) Política de cotas em universidades federais

O Projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, em tramitação no Congresso Nacional, prevê a reserva de 50% das vagas em instituições federais de educação superior para alunos que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas. Essas vagas também deverão ser preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e índios igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população, segundo o último censo do IBGE. Atualmente, 15 universidades brasileiras adotam sistemas próprios de cotas, com oito instituições estaduais e sete federais. As vagas dessas universidades contemplam índios, negros, egressos de escolas públicas e pessoas com deficiência. Além do acesso, um acordo de cooperação junto aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) foi firmado em 2004 para sensibilizar as universidades para a implantação de sistemas de cotas, independente do Projeto de Lei.

g.6.3) Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES)

O FIES continuará a financiar alunos que não se enquadram nos critérios de seleção do ProUni. Em 2004 foram 188.664 alunos atendidos, cerca de três mil a mais em relação ao ano anterior, em que foram beneficiados 185.740. Atualmente, 1.370 instituições de ensino superior privadas mantêm alunos pelo FIES. Para 2005 serão destinados R\$ 829 milhões ao Fundo. O recurso vai financiar 50 mil novas vagas para estudantes em instituições privadas, além da manutenção dos 180 mil estudantes que já contam com o financiamento.

g.6.4) Ensino superior a distância

Em 2004, foi criado o Programa de Expansão do Ensino Superior a Distância em Universidades Públicas. Por meio de convênios com 37 universidades de todo o Brasil, foram abertos 19 cursos de licenciatura nas áreas de Matemática, Física, Química, Biologia e Pedagogia, possibilitando a oferta de 17.585 vagas a partir de 2005. Além de contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior, o programa formará docentes para enfrentar a carência de professores de Ciências Exatas na educação básica. Até então, nunca se realizara qualquer ação ou programa específico de apoio à expansão de cursos a distância em universidades públicas.



h) Pós-graduação

h.1) Formação de mestres e doutores no País

Após dez anos sem aumento, as bolsas de mestrado e doutorado disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) tiveram um reajuste de 18% em 2004. O Programa de Formação de Mestres e Doutores no País oferece apoio direto aos estudantes de pós-graduação por meio da concessão de bolsas de estudos de mestrado e doutorado. Além disso, promove a ampliação e consolidação da pós-graduação nacional, pelo financiamento da infra-estrutura de ensino, apoio à pesquisa e projetos de cooperação entre instituições. Em 2004 foram aplicados R\$ 301,8 milhões, atendendo 22.480 bolsistas.

O Governo Federal também implantou um sistema de cruzamento de dados entre a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para verificar duplicidade de benefícios. A iniciativa vai possibilitar a eliminação de fraudes e o controle da corrupção.

h.2) Avaliação de programas de pós-graduação

Dos 1.819 programas de pós-graduação do Brasil, 11% têm padrão de qualidade internacional. Os dados são da CAPES, que avaliou, em 2004, todos os programas de pós-graduação do País. Essa avaliação é realizada a cada três anos. Em relação ao triênio anterior (1997/2000), o número de programas com bom desempenho cresceu 10,9%. Outro avanço foi o decréscimo do número de programas com conceitos péssimo ou ruim. Antes eram 65, agora são 55. As instituições que tiveram cursos com essa classificação poderão recorrer da avaliação, mas se o conceito for mantido, esses cursos serão descredenciados pelo MEC e não terão mais validade. A avaliação da CAPES é fundamental para estabelecer um padrão de qualidade e dotar a sociedade de um eficiente banco de dados sobre a situação da pós-graduação no Brasil.

h.3) Formação de recursos humanos no exterior

Em 2004, os pós-graduandos mantidos pela CAPES no exterior tiveram o valor das bolsas reajustado para compensar a defasagem em relação às moedas que tiveram rápida valorização, como o Euro. O reajuste beneficiou bolsistas residentes na Comunidade Européia, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Suécia. O recurso aplicado na concessão das bolsas e na permanência dos estudantes no exterior foi de R\$ 81 milhões. A ação viabiliza a formação de docentes e pesquisadores que contribuirão para o meio acadêmico e para a produção de pesquisas voltadas ao desenvolvimento do Brasil.



h.4) Respeito às diversidades

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento e valorização da diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade, na necessidade de garantir acesso e participação de todo cidadão a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.

i) Educação especial

i.1) Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade

Em 2004, 23 mil educadores e gestores de dois mil Municípios participaram de cursos de formação. O Programa busca disseminar a educação inclusiva para garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência em escolas regulares da rede pública de ensino. Os profissionais já capacitados atuam como agentes multiplicadores, levando o conhecimento a seus próprios Municípios e aos que estão em sua área de abrangência.

De acordo com o Censo Escolar 2004, o Brasil possui 566.033 alunos com necessidades educacionais especiais. Desses, 57% estão matriculados em escolas da rede pública de ensino. O número de alunos com necessidades especiais em classes regulares também tem aumentado. Hoje, são 194.581 alunos que estão integrados ao sistema regular de ensino. Esses índices apontam o avanço no acesso, a busca do cumprimento da meta de educação para todos e o atendimento à diversidade.

i.2) Formação continuada de professores da educação especial

A formação continuada tem o objetivo de qualificar professores para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos e efetivar o processo de educação inclusiva. Em 2004 foram capacitados 15.638 professores, que receberam formação específica em educação especial.

i.3) Distribuição de kits para alunos com deficiência visual

Em 2004 foram distribuídos 15 mil kits de material didático para alunos com deficiência visual: 7.500 para alunos cegos – composto de mochila, reglete (que possibilita a escrita pelo código braile), soroban (para cálculos matemáticos), ponteira de bengala para reposição, guia para assinatura e papel sulfite. Os outros 7.500 kits foram para alunos com baixa visão e são



compostos de mochila, cadernos com pauta dupla, cadernos sem pauta, lápis 6B, caneta ponta porosa, borracha, pincel atômico, caneta hidrográfica, lupa de apoio. Esses materiais são disponibilizados às secretarias de educação estaduais e do Distrito Federal, que fazem a distribuição aos alunos da rede pública.

i.4) Implantação de Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS)

A implantação de Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) nas capitais brasileiras é feita em parceria com as secretarias estaduais de educação e tem por objetivo formar professores capazes de atender alunos surdos e orientar as famílias. A capacitação oferecida pelos centros favorece o uso e a difusão da língua de sinais, que torna mais fácil o aprendizado de alunos surdos ou com deficiência auditiva. Em 2004 foram implantados seis novos CAS.

i.5) Educação no campo

Uma pesquisa inédita vai mapear a realidade educacional dos mais de seis mil assentamentos do País. Em 2004, os ministérios da Educação e do Desenvolvimento Agrário firmaram acordo para identificar a demanda educacional dos assentados com o objetivo de formular políticas públicas que melhorem o acesso à educação e a qualidade do ensino. A pesquisa teve início em outubro de 2004 e os resultados serão divulgados até março de 2005.

i.6) Educação nas áreas remanescentes de quilombos

No Brasil, estão identificadas, hoje, centenas de áreas remanescentes de quilombos localizadas nas diferentes regiões do Brasil. Com intuito de melhorar a qualidade da educação dessa população, o Ministério da Educação tem apoiado os Municípios com áreas quilombolas para a ampliação da rede física escolar, formação continuada de professores e aquisição de material didático específico para essas comunidades. Em 2004, 11 prefeituras tiveram projetos aprovados no valor de R\$ 1,5 milhão, atendendo 54,5 mil alunos e 495 professores.

As comunidades quilombolas também são atendidas por outras ações, como Dinheiro Direto na Escola, merenda escolar, livro didático e Biblioteca Escolar.



i.7) Educação indígena

Em 2004 foram investidos recursos significativos na formação continuada de três mil professores indígenas que atuam no ensino fundamental sem a formação em nível médio. Os recursos são repassados mediante convênios com os Estados e Municípios. Atualmente existem cerca de seis mil educadores indígenas atuando em escolas no interior das aldeias. Desses, 3.500 já concluíram o nível médio e estão aptos a dar aulas de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. O processo pedagógico dos cursos é adaptado às culturas e ao modo de vida dos diversos grupos étnicos.

Em 2005 também serão firmados convênios com universidades para apoiar a criação do curso de Licenciatura Específica, que forma professores indígenas para o ensino bilíngüe, para o exercício da interculturalidade e para valorização da cultura e da história indígena. A meta é formar quatro mil educadores nos próximos dois anos para atuar no ensino médio.

4) Saúde

A partir da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), importantes avanços têm sido registrados no âmbito da saúde no Brasil, os quais podem ser creditados, certamente, aos esforços voltados ao cumprimento dos princípios e diretrizes que orientam este Sistema. Entretanto, ainda é longo o caminho a percorrer para prover a população brasileira de uma atenção à saúde integral, equânime e de qualidade, capaz de superar as grandes desigualdades ainda prevalentes na área.

A redução das desigualdades em saúde constitui prioridade central do Governo, que a define como condição essencial para a qualidade de vida e bem-estar da população. A definição de prioridades para a redução das desigualdades e para o conjunto da área de saúde está baseada nas contribuições oriundas da participação popular – em especial aquelas expressas nas deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde –, no Plano Plurianual 2004-2007 e no planejamento estratégico conduzido pelo Ministério da Saúde, que resultou na elaboração do Plano Nacional de Saúde (PNS). O PNS – aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em agosto de 2004 – foi construído mediante ampla mobilização social e constitui instrumento de referência para o SUS.

a) As grandes prioridades da saúde

O ano de 2004 caracterizou-se pelo fortalecimento de 16 iniciativas classificadas como prioritárias pelo Governo Federal no âmbito da saúde. Dessas, quatro ganharam destaque por

sua relevância e abrangência: (i) saúde bucal, por meio do projeto Brasil Sorridente; (ii) Farmácia Popular do Brasil; (iii) Qualificação do SUS – QualiSUS –, que inclui o Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU); e (iv) avaliação e controle das ações e dos recursos financeiros transferidos no âmbito do SUS.

a.1) Programa Brasil Sorridente

Este Programa engloba diversas ações do Governo Federal, no âmbito do Ministério da Saúde, e busca melhorar as condições de saúde bucal da população brasileira. Estão em atuação no País 8.951 equipes de saúde bucal, das quais 2.781 foram implantadas em 2004, representando um aumento, em termos de população coberta, de 11,4 milhões de beneficiários, passando de 35,7 milhões, em 2003, para 47,1 milhões, em 2004. Até dezembro de 2004 foram implantados: 100 Centros de Especialidades Odontológicas; 298 consultórios nestes Centros de Especialidades; e 396 consultórios odontológicos para as equipes de saúde bucal da modalidade II (integrada por um cirurgião-dentista, um auxiliar de consultório dentário e um técnico em higiene dental). Acresce-se ainda o repasse de recursos para a implantação de 221 sistemas de fluoretação da água em 128 Municípios.

Até o final de 2005, a previsão é de que estejam implantados 400 Centros de Especialidades Odontológicas e 400 Laboratórios Regionais de Prótese Dentária e que estejam atuando 3.000 novas equipes de saúde bucal no Programa Saúde da Família, cujo trabalho integra as diversas ações que compõem o Programa Brasil Sorridente, nas quais serão investidos, até o final de 2006, aproximadamente, R\$1,3 bilhão. Também estão previstas a distribuição de insumos odontológicos para todas as equipes de saúde bucal; o fornecimento de kits de higiene bucal para 500 mil alunos da rede pública de ensino; e a distribuição de consultórios odontológicos para as equipes de saúde bucal. No que se refere à fluoretação da água, a perspectiva é de que este serviço se estenda a 80% dos Municípios com sistema de abastecimento (atualmente, 60% dos Municípios contam com o serviço).

a.2) Farmácia Popular do Brasil

Esse projeto tem por objetivo ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, beneficiando principalmente as pessoas com dificuldade para realizar o tratamento devido ao alto custo destes produtos. Com o projeto, o Governo Federal vem atuando em diferentes frentes, desde a criação de rede pública de farmácias populares ao incentivo para o desenvolvimento da indústria nacional do setor farmacêutico.



Já foram criadas 27 farmácias populares, sendo 16 em São Paulo/SP, cinco em Salvador/BA, duas no Rio de Janeiro/RJ, uma em Goiânia/GO, uma em Vitória da Conquista/BA, uma em Caxias do Sul/RS e uma em Itabuna/BA, com potencial de atendimento de 200 mil famílias. Nessa rede pública, cada usuário recebe atendimento personalizado, realizado por farmacêuticos e profissionais qualificados para orientar sobre os cuidados com a saúde e o uso correto dos medicamentos. A estrutura das farmácias – cada uma com um elenco de 89 itens de medicamentos – é diferenciada, permitindo a adequada atenção farmacêutica e a realização de ações educativas, por meio da apresentação de vídeos, campanhas sobre a Aids, combate à dengue, entre outras. O projeto tornou disponíveis mais de dois milhões de medicamentos. Dos 10 medicamentos mais procurados nas farmácias populares, seis são indicados para o tratamento de hipertensão, dois para o tratamento de diabetes e dois para o tratamento de úlceras gástricas.

Até junho de 2005, a previsão é instalar 100 farmácias em 56 aglomerados urbanos. Até o final de 2005, prevê-se o funcionamento de 330 unidades. Ainda na oferta de medicamentos na Farmácia Popular, em 2005, dois outros componentes em estudo deverão beneficiar sobremaneira o público comprador, a saber: o subsídio para redução do preço final de 12 tipos de medicamentos utilizados para o tratamento de hipertensão e de diabetes e a redução do ICMS da lista de medicamentos selecionados, resultando na redução de 13% a 18% do preço final de cerca de 2.800 apresentações.

a.3) QualiSUS

O QualiSUS compreende uma série de mudanças que visa proporcionar maior conforto para o usuário do sistema de saúde, com atendimento prestado de acordo com o grau de risco, maior atenção dos profissionais de saúde aos pacientes e menor tempo de permanência no hospital. Os hospitais atendidos pelo QualiSUS receberão equipamentos novos, comprados pelo Governo Federal, e terão suas instalações reformadas. O QualiSUS teve início em 2004, com intervenções nas emergências de seis hospitais do Rio de Janeiro: Hospital Municipal Miguel Couto, Hospital Municipal Souza Aguiar, Hospital Municipal Andaraí, Hospital Municipal Salgado Filho, Hospital Estadual Rocha Faria e Hospital Geral de Bonsucesso. As obras serão concluídas em 2005, ano em que está prevista a implantação do Programa em todas as capitais brasileiras. No âmbito ainda do QualiSUS, em 2004 foi iniciada a implantação dos quatro pilotos do Programa, referentes a urgência/emergência, nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Goiânia, bem como do piloto QualiSUS, inerente ao Sistema, no Estado de Sergipe.



a.4) Serviço de Atendimento Móvel às Urgências (SAMU/192)

Integrante do QualiSUS, é o serviço de atendimento pré-hospitalar do SUS. Esse serviço foi estruturado para prestar assistência às pessoas em situações de urgência real ou presumida, seja por causas clínicas (como infartos do coração ou derrames cerebrais), traumáticas (como fraturas ou ferimentos decorrentes de acidentes) ou psiquiátricas (como no caso de doenças mentais ou uso de drogas). Tais eventos provocam fluxos espontâneos aos prontos socorros, os quais não conseguem oferecer um atendimento de forma qualificada e humanizada.

O SAMU destina-se a melhorar e qualificar o nível de resposta do sistema de saúde nesses casos, e está permitindo a organização e a racionalização da rede pública, visto que, na central de regulação deste Serviço, o médico atende à chamada de socorro e tem autonomia para fazer a triagem do atendimento, decidindo o encaminhamento do paciente segundo informações de vagas em leitos de emergências nos hospitais. A estrutura física requer Centrais de Regulação Médica das Urgências, com fácil acesso ao público, por via telefônica (192), em sistema gratuito, além do envolvimento de outros profissionais não oriundos da área de saúde, como telefonistas, rádio-operadores e condutores de veículos de urgência. No aspecto do transporte das vítimas, o SAMU atende à população com dois tipos de veículos, diferenciados segundo a complexidade dos equipamentos e capacidade de resposta a determinadas urgências.

Em 2004 já foram implantados 80 Serviços de Atendimento Móvel às Urgências, com a distribuição de 702 unidades móveis, beneficiando 64 milhões de pessoas em 379 Municípios. Entre os Municípios contemplados estão: Vitória da Conquista/BA; Fortaleza/CE; Belo Horizonte/MG; Recife/PE; Porto Alegre/RS; Aracaju/SE; São Paulo/SP; Campinas/SP; Betim/MG; Belém/PA; Natal/RN; Maceió/AL; Goiânia/GO; Campina Grande/PB; João Pessoa/PB; Rio Branco/AC; Curitiba/PR e Teresina/PI.

Somente para a primeira etapa do SAMU está previsto um investimento total de R\$ 120,1 milhões em todo o País, empregando 15 mil pessoas em postos de trabalho diretos e indiretos. As medidas irão ampliar o atendimento para cerca de 90 milhões de pessoas, prevendo-se a aquisição total de 1.070 ambulâncias, sete barcos ambulância e dois helicópteros.

O fortalecimento da atenção básica é um componente da estratégia de implantação do QualiSUS, pois reduz a procura dos serviços básicos nos hospitais. A atenção básica envolve um conjunto de ações de caráter individual e coletivo, situado no primeiro nível de atenção do Sistema, voltado para a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o tratamento e a



reabilitação. Para o seu custeio, foi revisado o valor per capita do Piso da Atenção Básica (PAB) Fixo, que passou de um mínimo de R\$10,00 para R\$13,00, representando um aumento de cerca de R\$ 210 milhões ao ano no repasse federal aos Estados e Municípios.

Além disso, até dezembro de 2004, houve um acréscimo de 27,1% no número de equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), comparado com dezembro de 2002, atingindo 21.232 equipes, em 4.664 Municípios, que atendem a uma população de mais de 69 milhões de pessoas. Destaca-se, também, a expansão do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) que alcançou o patamar de 192.735 agentes comunitários, cobrindo uma população ao redor de 98,3 milhões de brasileiros, em 5.122 Municípios.

Em continuidade ao fortalecimento da atenção básica, a expectativa é de que, até dezembro de 2005, estejam em atuação cerca de 25 mil equipes de saúde da família, atendendo a uma população de mais de 86 milhões de pessoas. E o número de agentes comunitários de saúde atuando em todo País será de 210 mil.

b) Ampliação do acesso da população à atenção ambulatorial especializada e hospitalar, aos medicamentos e insumos estratégicos

Quanto à atenção especializada, em 2004, destacam-se, inicialmente, o credenciamento de 87 novos hospitais e de 208 novas equipes de transplante no País, além da capacitação de 280 coordenadores das comissões intra-hospitalares de transplantes. Foram realizados, até dezembro de 2004, 11.316 procedimentos de transplante, representando um incremento de 43% em relação ao total de transplantes efetuados em igual período de 2002.

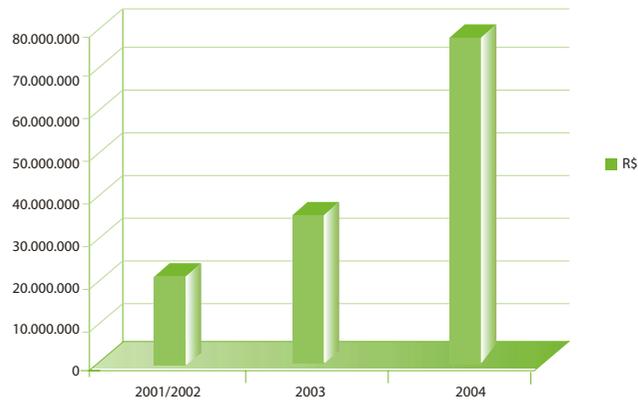
Considerando que o Brasil possui uma rede hospitalar bastante heterogênea do ponto de vista de incorporação tecnológica e complexidade de serviços, existindo grande concentração de recursos e de pessoal em cidades de médio e grande porte, com claro desequilíbrio regional e favorecimento das regiões Sul e Sudeste, o Governo definiu um conjunto de medidas e estratégias para a Reforma do Sistema de Atenção Hospitalar Brasileiro, conferindo especial atenção aos hospitais de pequeno porte. A Política Nacional para os Pequenos Hospitais Brasileiros, que redefine o papel de estabelecimentos de saúde com cinco a 30 leitos, localizados em Municípios de até 30 mil habitantes, incrementa um novo modelo de organização e financiamento para a sua adequada inserção na rede hierarquizada de atenção à saúde e agrega resolubilidade e qualidade entre as ações dos diferentes níveis de complexidade. De um total de

1.649 unidades, atualmente 970, existentes em 894 Municípios – onde vivem 15,2 milhões de habitantes –, atendem todos os critérios de seleção e serão prioritárias nesta Política.

No que se refere à saúde suplementar, das 2.002 operadoras com registro, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) acompanhou 1.526, sob o ponto de vista da situação econômico-financeira e da aplicação dos critérios de constituição de garantias, das normas de contabilidade e estatística e dos parâmetros de capital e patrimônio líquido. Foram objeto de fiscalização, visando a constituição de garantias de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, 969 operadoras; outras 1.583 foram observadas quanto ao cumprimento dos critérios, procedimentos e normas de exigência de escrituração contábil constantes do Plano de Contas Padrão da ANS.

Em 2004 foram realizadas 207 fiscalizações pró-ativas, que tiveram como motivo indícios de anormalidades e recebidas 15.182 denúncias, as quais resultaram em 12.297 processos de apuração. Em 2005, constituirão iniciativas fundamentais o Projeto de Qualificação na Saúde Suplementar, traçando rumos e operacionalizando ações com vistas à construção deste setor como pertencente ao campo da produção da saúde, e o Projeto de Implementação de Padrão Único de Troca de Informações entre Operadoras e Prestadores de Serviços de Saúde, que produzirá a compatibilidade e interoperabilidade entre sistemas e dados para fins de análise estatística, reduzindo redundâncias e duplicação de esforços, além da manutenção dos objetivos estratégicos da ANS para propiciar que toda a população vinculada a planos de saúde fique sob a proteção da Lei, por intermédio do Programa de Incentivo à Adaptação de Contratos e do estabelecimento de novos critérios para análise de preços dos produtos e para a definição dos reajustes.

Na área de ciência e tecnologia, buscou-se ampliar a autonomia brasileira na produção de insumos estratégicos, como medicamentos e hemoderivados. Dando continuidade à promoção do acesso da população a medicamentos, foram implementadas ações importantes que contribuíram para a eficácia da política nacional de assistência farmacêutica. Entre essas, cabe citar o apoio a 19 estabelecimentos públicos produtores de medicamentos, visando a dinamização do parque estatal produtor, o qual produziu cerca de 992,7 milhões de unidades farmacêuticas. Investiu-se, também, na modernização e ampliação da capacidade instalada e de produção dos laboratórios farmacêuticos oficiais, visando o suprimento do SUS e o cumprimento de seu papel como referência de custo e qualidade da produção de medicamentos, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

**INVESTIMENTOS DO GOVERNO FEDERAL PARA MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DOS LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS OFICIAIS - BRASIL, 2001-2004**

Fonte: Ministério da Saúde

Para a aquisição de medicamentos básicos, foi fornecido incentivo financeiro aos 5.560 Municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB variável). Ao lado disso, garantiu-se a 330 mil usuários do SUS o acesso a medicamentos excepcionais, como a ciclosporina para pessoas que receberam transplante. Com relação aos medicamentos estratégicos, foram distribuídas cerca de 1,7 bilhão de unidades de medicamentos, beneficiando mais de 87 milhões de pacientes. A previsão para 2005 é a de que serão atendidas todas as pessoas cobertas por diferentes programas e ações, como o de controle de diabetes, Aids, endemias, tuberculose, asma, hipertensão arterial, hanseníase, tabagismo e lupus, bem como aqueles de atenção à saúde da mulher e à saúde da família. Em 2005, mais de 370 mil pessoas receberão medicamentos de alto custo, entre elas, as que realizaram transplantes, os portadores de insuficiência renal crônica, de osteoporose, de esquizofrenia refratária, de doença de Parkinson, de doença de Alzheimer, de doenças metabólicas etc.

No âmbito da inovação tecnológica, cabe citar a implantação da planta de produção de vacinas virais e contra a influenza no Instituto Butantã; a ampliação da Rede Brasilcord (banco de células de cordão umbilical); a realização da planta de pesquisa clínica com célula tronco em cardiologia e a inauguração das fábricas de preservativos, no Acre, e de medicamentos, no Rio de Janeiro, adquirida junto à indústria privada. A produção de vacinas atingiu, até meados de dezembro de 2004, a marca de 85,1 milhões de doses. São produzidas pela Fiocruz seis tipos de vacinas, em volume que já corresponde a um terço do consumo nacional.

No segundo semestre de 2004 teve início o processo de transferência de tecnologia do

laboratório estatal do Governo de Cuba para produção, em Biomanguinhos/Fiocruz/MS, dos produtos Interferon e Eritropoetina, que permitirá a auto-suficiência brasileira na produção destes dois produtos. Merece destaque a aquisição de fábrica de medicamentos junto à indústria privada, com a qual espera-se atingir, já em 2005, a produção de 3,5 bilhões de unidades farmacêuticas. Tal iniciativa representa importante economia de divisas com a redução de importações. Cabe assinalar, ainda, o aumento dos investimentos do Governo em assistência farmacêutica, conforme quadro a seguir:

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - 2002 A 2005

ÍTEM	RECURSOS				ACRÉSCIMO (%)
	2002	2003	2004	2005	2002 para 2005
Orçamento total do MS	28,293	30,226	36,538	40,543	43,30
Assistência farmacêutica	1,754	1,856	2,432	3,043	73,49
Participação (%)	6,20	6,14	6,66	7,51	-
Crescimento (%)	-	5,82	31,03	25,12	-

Fonte: CGOF/SPO/SE/MS

Notas:

(1) Os programas considerados para assistência farmacêutica são: medicamentos excepcionais, medicamentos estratégicos, medicamentos para DST/Aids, farmácia básica e farmácia popular (a partir de 2005).

(2) Para os anos de 2002 a 2004 os recursos considerados são os valores executados segundo o critério de empenho, para o ano de 2005 considerou-se o orçamento aprovado.

b.1) Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS

A implantação da HEMOBRÁS deve ocorrer a partir de 2005, o que representará uma grande economia de divisas para o País. Hoje, o Brasil investe mais de 120 milhões de dólares por ano na importação de hemoderivados. O investimento previsto na implantação da fábrica para fracionar 400.000 litros de plasma/ano é da ordem de 55 milhões de dólares e torna-se auto-sustentável num prazo estimado de cinco anos após o início do seu funcionamento.

c) Atendimento às necessidades de grupos estratégicos

Na atenção à saúde da mulher, destacam-se a implantação de Comitês de Morte Materna em

80% das capitais brasileiras e o cadastramento de 1,29 milhão de gestantes no Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PHPN) – janeiro-novembro/2004). Até o final de 2005, o Programa deverá atingir a totalidade dos Municípios brasileiros. Houve ainda aumento do valor do procedimento do parto pago pelo SUS (de 45% para o parto normal e de 19% para a Cesariana). Outro destaque é a previsão de capacitação de 6.480 profissionais que atuam em urgências e emergências obstétricas e neonatais.

A redução da mortalidade infantil constituirá, em 2005, uma das prioridades no contexto da atenção à saúde da criança, para o que será incrementado um amplo conjunto de medidas onde, entre outras, destacam-se: capacitação, nas boas práticas da atenção obstétrica e neonatal, da principal maternidade de 50% dos Municípios pólos; implementação da campanha Primeira Semana: Saúde Integral, em 78 Municípios; implantação da Caderneta de Saúde da Criança, com distribuição de 3,5 milhões de cadernetas em todo País; abertura de 10 novos Bancos de Leite e implantação de centros colaboradores estaduais em saúde da criança em 26 Estados e no DF.

Na área de saúde mental, até novembro de 2004 já estavam em funcionamento 588 novos serviços tipo Centro de Atenção Psicossocial (Caps), dos quais 88 foram implantados em 2004. Também já à disposição dos usuários encontram-se 265 novos Serviços de Residência Terapêutica, destes, foram apoiados 124 novos serviços em 2004. Está previsto para 2005 a prestação de apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios para a manutenção e expansão de 510 serviços extra-hospitalares, sendo 200 Centros de Atenção Psicossocial (Caps), 250 serviços de residências terapêuticas e 60 unidades psiquiátricas em hospitais gerais, para o atendimento aos portadores de transtornos mentais e decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

Além disso, o número de leitos em hospitais psiquiátricos foi reduzido em cerca de 2.700 em 2004, tendo sido estabelecido processo de intervenção federal em seis hospitais psiquiátricos nos Estados de MG, PE, PB, RN, RJ e BA. Em 2004, foi implantado também o Programa de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS, que prevê a redução planejada e gradual de leitos psiquiátricos, com recomposição da diária hospitalar para os hospitais que cumprirem as reduções previstas. Esse programa tem sido um importante instrumento de pactuação ente gestores e prestadores de serviços do SUS.

Desde 2003, todos os hospitais psiquiátricos foram avaliados pelo Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar (PNASH/Psiquiatria). Os resultados da avaliação hospitalar servem como importante instrumento de gestão para a melhoria da qualidade da assistência psiquiátrica hospitalar no SUS. Quanto ao auxílio reabilitação psicossocial, lançado em



dezembro de 2003, o número de beneficiários já alcançava, em novembro de 2004, 906 pessoas (incluindo os beneficiários cadastrados em 2003 e os novos inseridos a partir de janeiro de 2004). A previsão é de que ao final de 2005 o atendimento se dê a cerca de dois mil beneficiários.

Na tocante à saúde indígena, destaca-se, em relação a 2002: a redução de 15% no coeficiente de mortalidade infantil; a redução de 41% na incidência de tuberculose pulmonar positiva e a redução de 22% no índice parasitário anual de malária. Acrescem-se, também, a garantia da representatividade indígena no Conselho Nacional de Saúde; a ampliação da cobertura vacinal nas comunidades indígenas; o levantamento epidemiológico para identificação das condições de saúde bucal da população indígena; a implantação do programa de saúde mental em 41% dos Distritos Especiais Indígenas (DSEI), com 20 equipes constituídas e a implantação do programa de saúde bucal em 100% dos DSEI. Além disso, foram formados 582 Agentes Indígenas de Saúde (AIS); capacitados 450 Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena; e capacitados 351 Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), para operação e manutenção dos sistemas implantados. Foram ainda beneficiadas 450 aldeias com sistema de abastecimento de água e 250 aldeias com destino adequado de dejetos.

Em 2005, o Governo Federal continuará dando atenção prioritária para a superação desses problemas e melhoria dos indicadores afetos à população indígena, inclusive ampliando em 22% os recursos aplicados, quando comparados a 2004.

d) Combate às epidemias e endemias

O perfil epidemiológico do Brasil exige uma atuação efetiva tanto no contexto da atenção mais especializada, prestada no âmbito hospitalar e ambulatorial, quanto em relação a endemias e doenças transmissíveis, como a tuberculose e a hanseníase. No tocante à tuberculose, foram capacitados 9.000 técnicos dos Estados e Municípios para o controle da doença. Em relação à hanseníase, foram treinadas 3.394 equipes dos Programas de Agentes Comunitários de Saúde e de Saúde da Família, e o tratamento com poliquimioterapia passou a ser oferecido em mais 1.892 unidades de saúde. Quanto à dengue, houve a redução da transmissão da doença em 92%, quando comparado com 2002, alcançando um patamar de cerca de 100 mil casos/ano.

Por sua vez, o Programa de DST/Aids continuou a registrar importantes resultados na prevenção destas doenças e no tratamento dos portadores de HIV e de Aids. Entre as medidas empreendidas, destaca-se o incentivo a 413 Municípios, com repasses de recursos financeiros – fundo a fundo – destinados às ações de combate à HIV/Aids e outras DST. Foram prestados



atendimentos a 283,7 mil pessoas que demandaram serviços de DST e/ou DST/Aids, com distribuição de anti-retrovirais para 154 mil pessoas vivendo com HIV/Aids.

e) Saneamento básico em saúde

Na importante área de saneamento, o Governo vem realizando um conjunto de medidas destinadas a prevenir e controlar agravos, bem como a contribuir para a qualidade de vida da população. Uma dessas medidas refere-se à implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, que, até novembro de 2004, beneficiou 4.443 famílias.

Foram beneficiadas também, até novembro de 2004, 32.328 famílias por meio de implantação de sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, em municípios de até 30 mil habitantes e em municípios com risco de dengue. Um total de 4.676 famílias foi atendido com obras de implantação e melhoria de drenagem e manejo ambiental para a prevenção e controle da malária. Em municípios de até 30 mil habitantes, 228.936 famílias foram beneficiadas com a implantação, ampliação ou melhoria do sistema de abastecimento de água e 58.842 famílias tiveram o benefício de implantação, ampliação ou melhoria do sistema público de esgotamento sanitário, ambos visando sempre a prevenção e o controle de agravos.

Merece destaque especial a implantação de saneamento básico em 19 quilombos (abrangendo oito Estados), 17 assentamentos rurais (abrangendo 13 Estados) e quatro reservas extrativistas nos Estados do Amapá e Rondônia, perfazendo um gasto total de mais de R\$ 12 milhões.

f) Vigilância sanitária

O Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concentrou esforços na consolidação dos marcos referenciais de garantia da qualidade de produtos e serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária colocados à disposição da sociedade. Como instrumentos de aperfeiçoamento dessa estratégia, destacam-se o processo de pactuação com Estados e Municípios e a inovação dos mecanismos de financiamento da área, que buscam o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS). No ano de 2004, além da pactuação com os 26 Estados e o Distrito Federal, a grande inovação foi o repasse de recursos financeiros a 602 Municípios que pactuaram o desenvolvimento das ações de média e alta complexidade em vigilância sanitária. Tal repasse teve como objetivo contribuir para a estruturação e a melhoria da capacidade de gestão das áreas de vigilância sanitária municipais.

Particularmente em relação a recursos humanos, foram capacitados 40 inspetores do SNVS para a inspeção investigativa de desvio de qualidade de medicamentos na indústria farmacêutica e 100 agentes de vigilância – no âmbito estadual e municipal – em boas práticas de fabricação, no sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle na área de alimentos. Ampliou-se também – de 14 para 20 – o número de universidades que participaram do projeto de monitoramento da propaganda e publicidade de medicamentos e produtos para a saúde.

g) Gestão, participação popular e educação em saúde

Em 2004, foram definidas as diretrizes para a elaboração de plano de cargos, carreiras e salários para o SUS, que deverá ser operacionalizado em 2005. Nesse contexto, destaca-se a realização do concurso público para a admissão de 580 profissionais para a ANVISA, dos quais 460 especialistas e 120 analistas, além da autorização para realização de concurso, em 2005, para provimento de 220 vagas de nível médio. A Agência Nacional de Saúde Suplementar também obteve autorização para realizar concurso público visando a contratação de 188 especialistas, 28 técnicos em regulação de saúde suplementar, 55 analistas administrativos e 39 técnicos administrativos. Há ainda a previsão de realização de concursos públicos para o provimento de 3.490 cargos efetivos (como médicos, enfermeiros e servidores administrativos lotados em hospitais públicos federais no Rio de Janeiro), sendo 1.051 postos de nível superior e médio no Hospital dos Servidores do Estado no Rio de Janeiro. Cabe registrar ainda a constituição de 92 pólos de educação permanente em saúde em 26 Estados, voltados à formulação e execução de ações de educação e formação no âmbito do SUS.

Tratando-se de um sistema altamente descentralizado, o SUS apresenta desafios para os gestores, uma vez que as políticas necessitam de concertamento entre os entes da federação, assim como de mecanismos sistemáticos de avaliação e controle da execução das políticas e de formação de recursos humanos. A complexidade dessa realidade requer uma atuação em três eixos prioritários: a formulação de políticas, a pactuação entre gestores e os mecanismos de monitoramento, avaliação e controle.

A formulação de políticas – primeiro eixo de atuação referido – busca cumprir os compromissos do Governo e as expectativas históricas do Movimento pela Reforma Sanitária, desenhando ações que promovam a inclusão social, a redução das desigualdades entre regiões e grupos populacionais, além de auxiliar as políticas de geração de emprego e renda. Já a pactuação entre gestores demanda um novo processo, atualmente em construção, sobre resultados a serem alcançados tanto do ponto de vista da saúde da população quanto do provimento dos meios para a sua execução, como



financiamento e capacidade gerencial. O terceiro componente essencial do Sistema – monitoramento, avaliação e controle – visa garantir o adequado uso dos recursos públicos e o alcance das metas e resultados sanitários, prioridade de Governo a ser consolidada em 2005.

No que tange à participação social, será implementada a Política Nacional de Gestão Participativa para o SUS (ParticipaSUS) que, entre outras metas, prevê a implantação de infraestrutura em 90% dos Conselhos Municipais de Saúde. Será também implementada a Política Nacional de Ouvidoria no SUS, com a implantação, inclusive, do Sistema Nacional de Ouvidoria do Sistema Único de Saúde. Acresce-se ainda a implantação de Conselhos Gestores nos estabelecimentos de saúde do SUS.

Além dessas prioridades mencionadas anteriormente, neste ano de 2005, o Ministério da Saúde dará especial ênfase também à implementação integrada de estratégias no âmbito da: inovação tecnológica (buscando garantir maior suficiência de insumos para o SUS); da responsabilidade sanitária (envolvendo, entre outras medidas, o monitoramento de ações e recursos financeiros do SUS); e da promoção da atividade física (visando estimular a população a adotar esse hábito fundamental a uma vida saudável e à prevenção de agravos, como é o caso das doenças não-transmissíveis).

Cabe assinalar, finalmente, que o desenvolvimento do elenco das ações programadas para 2005, como as aqui destacadas, possibilitará um avanço significativo rumo à redução das desigualdades em saúde no Brasil, cuja eliminação é, hoje, não apenas uma motivação ímpar para o esforço empreendido, mas um pressuposto básico de todo o trabalho em desenvolvimento. A superação das desigualdades em saúde significa contribuição estratégica à promoção da qualidade de vida e, por conseguinte, a ampliação do nível de satisfação da população brasileira.

5) Políticas afirmativas

a) Mulheres

O Governo Federal reafirma os compromissos de promoção dos direitos das mulheres, por meio da transversalização da temática de gênero nas políticas públicas, visando à prevenção e ao combate a todas as formas de violência que atingem as mulheres brasileiras, bem como a progressiva inclusão social e conquista da cidadania por grandes contingentes de mulheres que vivem nas diferentes regiões do País.

Entre as atividades que contribuíram para o alcance dos objetivos do Governo Federal no último



ano, merecem destaque os programas Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho e Gestão da Política de Gênero, incluídos no PPA 2004-2007. Tais Programas, somados ao já existente Combate à Violência contra a Mulher, expandiram a atuação do Governo, com base nos pressupostos da inclusão social das mulheres.

Com a finalidade de colher subsídios para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foi realizada, em 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que mobilizou, nas suas fases estaduais, municipais e regionais, cerca de 120.000 mulheres, dentre as quais foram eleitas duas mil delegadas para apresentar e debater as suas demandas e as diretrizes do Plano Nacional.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres foi apresentado à sociedade brasileira em dezembro de 2004. O Governo encaminhou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei para coibir a violência doméstica no Brasil. O Projeto propõe a criação de procedimento específico para tratar a violência de gênero no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, ao mesmo tempo em que recomenda a criação das Varas Especiais, atendendo às recomendações do Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW), órgão das Nações Unidas (ONU).

Ainda no âmbito do Programa de Combate à Violência Contra a Mulher, no ano de 2004 foram firmados 63 convênios em todo o País, no valor total de R\$ 6,1 milhões, destinados à ampliação e ao fortalecimento dos serviços de apoio e atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: elaboração do diagnóstico das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; produção de metodologia para capacitação permanente dos profissionais nelas envolvidos; articulação com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública para revisão e atualização do Diagnóstico de Vitimização, no Brasil, visando à construção de indicadores para as políticas públicas na área de gênero; o reaparelhamento de 50 DEAM em diferentes Estados do País; a capacitação dos profissionais destas Delegacias e dos que atuam em Casas-Abrigo, Centros de Referência e Defensorias Públicas.

Também merece registro o lançamento do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural. Dados do IBGE mostram que 40% da população rural não possui qualquer documento e, desse total, 60% são mulheres. No que tange ao Programa de Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, registra-se a implementação de ações de capacitação de mulheres para o trabalho e geração de emprego e renda. O projeto de geração de emprego e renda para as mulheres do Quilombo Kalunga, em Goiás, foi escolhido como projeto piloto em relação à capacitação nas comunidades quilombolas. Para o planejamento e avaliação de políticas



públicas para as mulheres, foram firmados, em, 2004, 53 convênios, no valor total de R\$ 3,7 milhões, com destaque para a parceria estabelecida com o IBGE, que permitirá, em 2005, lançamento do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero e com o Arquivo Nacional, visando o resgate da memória dos movimentos feministas e de mulheres do País.

Além disso, a participação do País no esforço pela promoção da equidade de gênero e defesa dos direitos da mulher foi reconhecida pela comunidade internacional, com a escolha do Brasil para a Presidência da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), organismo vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA).

O ano de 2005 marcará o início da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, com 198 ações dirigidas para as quatro áreas estratégicas de atuação do Governo: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e enfrentamento à violência contra a mulher. O monitoramento dessas ações – que envolve a definição de estratégias, responsabilidades e instrumentos de trabalho – constituirá o foco central da atuação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2005.

b) Promoção da igualdade racial

b.1) Programa Brasil Quilombola

O Programa Brasil Quilombola reúne ações de diversas áreas governamentais, tais como regularização fundiária, desenvolvimento social e segurança alimentar; saúde, infra-estrutura, geração de trabalho e renda, educação e cultura, esportes, participação e controle social e produção do conhecimento.

Em 2004 foi iniciado o processo de regularização fundiária das terras ocupadas por remanescentes de quilombo em 32 comunidades, conforme determina a Constituição Federal.

Foram priorizadas 150 comunidades pelo Programa Fome Zero, para as comunidades em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional foram distribuídas cerca de 95.000 cestas básicas em 2004. No Programa Bolsa Família, estão em processo de cadastramento 266 comunidades no Estado do Maranhão, num total de, aproximadamente, 12.996 famílias. A entrega de parte desses cartões está prevista para iniciar em janeiro de 2005.

Para a execução de projetos básicos que contribuam para viabilizar o desenvolvimento



sustentável, foram priorizadas 54 comunidades quilombolas, identificando-se, dentre estas, 11 comunidades a serem beneficiadas com projetos de geração de renda.

Para garantir o acesso pleno à saúde, o Governo Federal aumentou em 50% o valor atual do repasse para o Programa Saúde da Família. Atingindo 315 Municípios que possuem comunidades de remanescentes de quilombos, o atendimento inclui ainda as equipes de saúde bucal. Esta mudança leva em consideração a dificuldade de acesso da população quilombola aos serviços médicos e também a necessidade de se expandir para lugares nunca antes atendidos as ações do Programa Saúde da Família.

As comunidades quilombolas foram incluídas no Programa Luz para Todos, tendo sido realizada a eletrificação rural em 29 comunidades. Além disso, foram atendidas 13 comunidades com abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares, beneficiando cerca de 4.500 famílias. Estão sendo elaborados, ainda, os projetos de construção de pontes nas comunidades de Kalunga, em Goiás, e Ivaporunduva, em São Paulo.

Foram implementados diversos projetos que possibilitam uma oportunidade de integração econômica das comunidades quilombolas na economia do País, representando uma alternativa de desenvolvimento compatível com as atividades tradicionais dessas comunidades.

Em parceria com a Fundação Roberto Marinho, estão sendo implantadas as estruturas necessárias para que comunidades quilombolas acessem Telecursos, permitindo ampliar ações educacionais e de capacitação. No âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, foi firmado o acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) para erradicar o analfabetismo em comunidades quilombolas, iniciando pelo Estado do Rio de Janeiro. Além disso, foram feitos convênios com 20 Municípios que propuseram ações de formação continuada de professores, produção de materiais didáticos e construção e fornecimento de equipamentos para as escolas situadas em comunidades quilombolas. Foi criado, também, o Projeto Quilomboaxé, visando a divulgação da história e cultura dos quilombos a partir do intercâmbio entre cantoras e cantores da Música Popular Brasileira e os Quilombolas.

A fim de promover o protagonismo e o controle social das políticas públicas implementadas no âmbito do Governo Federal em benefício da população quilombola, foi realizada a capacitação de 70 lideranças quilombolas das 54 comunidades priorizadas no Programa Brasil Quilombola. Também foram capacitadas 46 lideranças quilombolas em Economia Solidária, para implementação de projetos de desenvolvimento sustentável.



b.2) Ações afirmativas

O Governo Federal, além das ações dirigidas às comunidades quilombolas, consolida seu compromisso com a promoção da igualdade racial por meio de ações afirmativas e do incentivo a ações de proteção e garantia de direitos dos afro-brasileiros. Destaca-se a criação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPPIR), em maio de 2004, que agrega atualmente 40 Governos Municipais e 7 Governos Estaduais, e busca estabelecer e ampliar a disseminação nos diversos entes federados da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída pelo Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003.

Na área de cultura e comunicação, foram criados dois projetos: 1) o Projeto A Cor da Cultura, tem por base a Lei nº 10.639 (obrigatoriedade da inserção da história e cultura afro-brasileira no ensino médio e fundamental), e produzirá subsídios audiovisuais que deverão veicular nos meios de comunicação e serão ofertados a instituições de ensino da rede público ou privada; 2) a Campanha Diversidade, com o objetivo de promover o debate e valorização da multiplicidade étnico-racial do Brasil, ampliando a discussão para a área de trabalho e emprego. Entre as ações educacionais, destaca-se a obrigatoriedade de inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede de ensino, estabelecida pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

No que diz respeito à inclusão no ensino superior e carreira acadêmica, temos: a) a inclusão dos afro-brasileiros, na sua proporção em relação à população das respectivas Unidades da Federação, como público-alvo do Programa Universidade para Todos (PROUNI); b) o apoio financeiro à Universidade de Brasília, que visa a concessão de bolsas e elaboração e distribuição de material didático para os alunos do Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu Culturas Negras no Atlântico; c) o apoio financeiro à Universidade Federal do Maranhão, para a realização do III Congresso Nacional de Pesquisadores Negros e a realização, em 27 Unidades da Federação, de Seminários Técnicos pela Promoção da Igualdade Racial.

O ano de 2005 foi instituído como Ano da Promoção da Igualdade Racial. Essa medida qualificará sobremaneira o esforço já desencadeado pelo Governo Federal, garantindo o estímulo para realização de ações governamentais que busquem a promoção da igualdade racial em todas as áreas da política pública.

Será realizada a Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em junho de 2005, precedida de Conferências Estaduais e de Consultas Indígenas e Quilombola. Sua organização está a cargo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), órgão colegiado

de caráter consultivo, constituído por representantes da sociedade civil e do Governo Federal (Decreto nº 4.885, de 20 de novembro de 2003).

O Governo Federal buscará, ainda, a ampliação das relações internacionais com desenvolvimento de ações, tais como: estabelecimento de acordos com países africanos (a exemplo do projeto com Moçambique), com a CPLP e a União Africana; fortalecimento de relações com a América Latina, tendo como principal foco a realização no Brasil da Conferência Regional Santiago + 5 (Monitoramento do Plano de Ação da Conferência de Durban realizada em 2001); intensificação da relação com o Haiti por meio de fortalecimento de laços de solidariedade (por exemplo: realização de um show com arrecadação de materiais escolares; encontro entre artistas brasileiros e haitianos, e publicações de autores brasileiros e haitianos).

b.3) Povos indígenas

Existem no Brasil 615 terras indígenas, com uma população indígena reconhecida de aproximadamente 410 mil índios, de 215 etnias, falando cerca de 170 línguas. Até o fim de 2004, 444 dessas terras indígenas já tinham seus limites definidos. A política indigenista tem merecido especial atenção do Governo, não só por se constituir num importante compromisso de campanha, mas também devido ao reconhecimento do papel fundamental dos povos indígenas na conformação da identidade nacional.

Em 2004 deve ser destacado o ato homologatório de 23 terras indígenas, correspondendo uma área de pouco mais de 6 milhões de hectares, a maioria situada na Amazônia, e a remoção de aproximadamente 1.200 ocupantes não-índios de diversas terras indígenas, beneficiando uma população em torno 20 mil índios. Esse reconhecimento compreendeu áreas de relevante significado histórico, resultante de um longo processo de luta e de resistência por parte das populações envolvidas, a exemplo da Terra Indígena Panambizinho/MS. Por intermédio do Programa Nacional de Reassentamento de Ocupantes Não-Indígenas em Terras Indígenas, ocorrem ações cooperadas entre o INCRA e a FUNAI para levantamento e cadastramento de ocupantes, avaliação de benfeitorias e reassentamento de não-índios. Todo esse complexo processo ocorreu de forma pacífica e inteiramente negociada.

Ainda na direção da proteção das terras indígenas, gestão territorial e ambiental, o Governo promoveu o fechamento do garimpo da Reserva Roosevelt, área de violentos conflitos, bem assim viabilizou a venda regular de diamantes que se encontravam em poder dos índios e acelerou os estudos para uma nova lei que regulamentará, de maneira adequada e segura, a

exploração mineral em terras indígenas. Hoje, a Reserva Roosevelt conta com permanente monitoramento da Polícia Federal, não havendo mais exploração indevida de diamantes por garimpeiros, índios ou contrabandistas internacionais. Trezentas máquinas de garimpo foram desativadas pela Polícia Federal, com a cooperação dos próprios índios.

A conformação da Mesa Permanente de Negociação, a realização da Conferência Nacional dos Povos Indígenas e a formulação de proposta para o Novo Estatuto do Índio constituem importantes etapas a serem alcançadas ao longo de 2005, com vistas à consolidação da política indigenista.

6) Direitos Humanos

No ano de 2004, o Governo Federal intensificou sua atuação em favor da proteção e da promoção dos Direitos Humanos, por meio da articulação com órgãos governamentais em nível federal, estadual e municipal e com a sociedade civil. Dessa forma, ações de articulação, mobilização e indução foram os principais eixos da gestão transversal dos Direitos Humanos na pauta do Governo e da sociedade civil, de maneira a tornar possível a construção uma nação mais justa e solidária.

A realização da IX Conferência Nacional dos Direitos Humanos, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2004, foi uma etapa importante desse processo, na qual foi discutida a criação do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos (SNDH) e as estratégias para sua implementação.

No âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, houve um aumento bastante considerável no número de operações realizadas pelo Grupo Fiscalização Móvel e, conseqüentemente, no número de trabalhadores libertados, que tiveram quitados os seus direitos trabalhistas. Em 2004 houve a libertação de 2.745 trabalhadores por meio da realização de 71 operações pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, tendo sido fiscalizadas 267 fazendas. Além disso, efetivou-se a extensão dos trabalhadores libertados da condição de escravos ao benefício de Seguro Desemprego e foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de Emenda Constitucional que prevê a expropriação das terras onde forem identificados trabalhadores submetidos à condição de escravo.

A implementação do Plano Presidente Amigo da Criança possibilitou a ampliação do leque de parcerias estratégicas para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. No ano de 2004, foram implantados 10 módulos do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA).

A capacitação de 4.470 profissionais ligados à promoção e defesa dos direitos de crianças e

adolescentes e a implantação da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (REDESAP), com 40 organizações cobrindo todo o território nacional, também contribuíram para fortalecer o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

A articulação política e o aprofundamento do diálogo com a sociedade civil permitiram também avançar no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. A consolidação do Disque-Denúncia Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes (0800 99 0500) permitiu ampliar as parcerias com o Ministério Público Federal e com as organizações da sociedade. Foi iniciada a capacitação de 25.000 motoristas que trabalham nas rotas de exploração sexual e de 5.000 profissionais das redes de atendimento, prevenção, defesa e proteção, somada ao apoio a projetos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes em diversas Unidades da Federação, por meio do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (PAIR).

A implantação do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SINASE) está sendo levada adiante com base em planos estaduais de atendimento socioeducativo e em parcerias com órgãos governamentais e organizações da sociedade. Durante o ano de 2004, o Governo Federal prestou apoio técnico e financeiro aos Estados no processo de reordenamento do atendimento socioeducativo por meio da construção e reforma de unidades de internação, da implantação de medidas socioeducativas em meio aberto e do reordenamento do projeto pedagógico da medida de internação, além da implantação do SIPIA em alguns Estados e unidades de atendimento aos adolescentes.

No campo da Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foram implantados e fortalecidos cinco Conselhos Estaduais e três Municipais de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 2004, o Brasil comemorou o Ano Ibero-Americano das Pessoas com Deficiência, com destaque para a II Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações de Pessoas com Deficiência e suas Famílias e para o II Encontro Nacional de Conselhos de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

No âmbito do Programa Nacional de Acessibilidade, a definição do marco legal, mediante a edição do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, permitiu o estabelecimento de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nos espaços, edificações e transportes públicos, na comunicação e na informação, bem como nas ajudas técnicas e no atendimento prioritário. Nesse sentido, foram assinados acordos de cooperação técnica com a INFRAERO, para acessibilidade nos aeroportos,



com a ANATEL, para o aprimoramento do atendimento das pessoas portadoras de deficiência no âmbito da telefonia e transmissão de sons e imagens com acessibilidade.

As ações voltadas para a assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas continuaram sendo implementadas e fortalecidas em 2004. No campo da proteção, foram mantidos os 17 serviços estaduais e o Programa Federal, que atende aos demais Estados, o que possibilitou proteção efetiva a 850 pessoas. No campo do atendimento a vítimas, foram mantidos 15 centros de atendimento, que atendem a uma média de 200 pessoas por mês.

A Promulgação da Lei nº 10.875, de 1º de junho de 2004, ampliou a capacidade de atuação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos para permitir a concessão de indenizações a todos os casos de morte e desaparecimento político ocorridos no período de 1964 a 1988, e não apenas aos casos de pessoas mortas em dependência policial ou similar, como previa a legislação anteriormente em vigor. Em 2004 foram aprovados 47 processos reconhecendo a responsabilidade do Estado pela morte ou desaparecimento de pessoas por motivação política durante a ditadura militar.

No campo da promoção dos Direitos Humanos, a implementação do programa Direitos Humanos, Direitos de Todos permitiu o apoio a serviços de orientação jurídica gratuita, mediação de conflitos e fornecimento de documentação civil básica, beneficiando mais de 200.000 pessoas em comunidades remanescentes de quilombos, indígenas, assentamentos rurais de reforma agrária, municípios de aliciamento de mão-de-obra para trabalho escravo e bairros periféricos de grandes cidades.

As ações voltadas para a educação em Direitos Humanos e a elaboração do Plano Nacional de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento permitiram o estabelecimento de parcerias com mais de 60 instituições públicas e privadas. Além disso, o lançamento do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, da cartilha “Diversidade Religiosa e Direitos Humanos” e do Programa Brasil sem Homofobia possibilitaram a ampliação do escopo de atuação do Governo Federal.

Em 2005, o Governo vai dar continuidade aos esforços para a construção, implantação, e fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), para a mobilização e sensibilização em todo o território nacional no que se refere ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, e para a implementação do Plano Nacional para o Registro de Nascimento, buscando garantir a todo cidadão o direito de ser registrado,



principalmente às crianças no ano de seu nascimento.

O Governo trabalhará de forma integrada para a implementação do Decreto nº 5.296, que permitiu o estabelecimento de normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Além disso, em 2005, pretende-se transformar todos os 65 aeroportos brasileiros, administrados pela INFRAERO, acessíveis às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

O Governo vai intensificar sua atuação para a erradicação do trabalho escravo, buscando focalizar na prevenção a essa grave violação dos Direitos Humanos, principalmente por meio da capacitação de lideranças, da implantação de serviços de orientação jurídica e da realização de campanhas para a sensibilização dos trabalhadores sobre seus direitos e formas de evitar o envolvimento com exploradores de mão-de-obra escrava.

Além disso, até abril de 2005, serão analisados todos os processos de pedido de indenização de familiares de mortos e desaparecidos políticos. A partir daí, será iniciado o trabalho de elaboração de um relatório final sobre o reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas mortes e desaparecimentos de pessoas por motivação política durante a ditadura militar. Em 2005 terá início também a elaboração do projeto de um centro de referência sobre violação de Direitos Humanos durante a ditadura militar, que vai reunir documentos e informações sobre esse período da história do Brasil.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos deverá participar da coordenação para a mobilização nacional em torno do referendo sobre venda de armas no Brasil, a ser realizado em outubro, que vai decidir sobre a venda de armas no País. A idéia é trabalhar a conscientização das pessoas para que o Brasil saia vitorioso neste referendo.

7) Previdência Social

Ao longo de 2004, o Governo deu seqüência à implementação do programa apresentado por ocasião da Eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que previa: 1) a necessidade de uma reforma constitucional no âmbito da previdência do funcionalismo público, com o objetivo de gerar mais equidade e sustentabilidade; 2) mudanças gerenciais no regime geral de previdência social, melhorando a qualidade de gestão, o fluxo de financiamento e o grau de cobertura social; e 3) o fortalecimento institucional da previdência complementar, com estabilização e aperfeiçoamento da estrutura de supervisão, bem como a expansão de cobertura do sistema.



a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

a.1) Arrecadação – recordes históricos

Os avanços gerenciais na área de arrecadação, notadamente com a realização de ações de cobrança de divergências entre valores declarados e recolhidos pelos contribuintes, e de monitoramento contínuo das maiores empresas, bem como a mudança do teto previdenciário e a retomada do crescimento econômico, permitiram obter, em 2004, um volume de receitas com seguidos recordes históricos, tanto de receita corrente quanto de recuperação de créditos. Dados preliminares apontam que a arrecadação líquida deverá apresentar em 2004 um crescimento nominal de 17,28%, e real de 10,85%, totalizando R\$ 94,08 bilhões, contra R\$ 80,22 bilhões verificados em 2003. Prevê-se uma variação nominal de 16,36% na despesa com pagamento de benefícios previdenciários.

a.2) Recuperação de créditos

Foram recuperados administrativamente, em 2004, R\$ 4,5 bilhões, superando em 4,6% o desafio inicial de R\$ 4,3 bilhões, o que representa um crescimento real de 10,29%, e nominal de 17,25%, em relação a 2003. Este resultado decorre principalmente do acompanhamento permanente dos débitos parcelados. Ainda em 2004 foram realizados projetos importantes, capazes de direcionar as ações de cobrança para uma recuperação mais efetiva dos créditos. Destacam-se o estudo sobre o perfil dos débitos administrativos e sobre técnicas de cobrança, além do desenvolvimento e disponibilização de ferramenta de gerenciamento e cobrança dos débitos.

Vale ressaltar que os efeitos positivos de tais projetos só acontecerão no decorrer do ano de 2005, em virtude de os mesmos terem sido concluídos no final de 2004.

No âmbito judicial, alcançou-se o montante de R\$ 3,64 bilhões, totalizando R\$ 8,14 bilhões em créditos recuperados.

Para 2005, espera-se implementar, finalmente, a cobrança automática dos valores declarados em GFIP (Guia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social) e não recolhidos.

Com vistas a melhorar a qualidade dos dados informados, buscar-se-á o aperfeiçoamento do processo de coleta das informações, por meio da determinação da obrigatoriedade da entrega da GFIP pela Internet, acesso direto aos dados originais declarados, substituição dos formulários de

retificação em papel por instrumento informatizado e unificação dos códigos de recolhimento.

O monitoramento de grandes contribuintes será otimizado com vistas a acompanhar os diferentes processos que envolvem a arrecadação de grandes empresas, apontando-se automaticamente os comportamentos atípicos e merecedores de atenção de forma tempestiva.

Pretende-se instituir Delegacias de Julgamento, vinculadas diretamente à Secretaria da Receita Previdenciária, buscando-se independência entre o órgão que lança os créditos e o que os julga, o que trará mais transparência e segurança.

Também serão desenvolvidos esforços para o incremento no índice de adimplência dos créditos e parcelamentos, por meio de monitoramento segmentado, aperfeiçoamento dos sistemas de controle e de concessão de parcelamentos, revisão de procedimentos nas unidades descentralizadas e capacitação dos servidores.

a.3) Fiscalização

No exercício de 2004, as ações de Auditoria Fiscal registraram o resultado de R\$ 19,5 bilhões, com 85.284 ações realizadas. Esse valor, proveniente de notificações fiscais de lançamento de débito, autuações, confissões de débitos e recolhimentos realizados durante a auditoria, significa um crescimento de 17% em relação a 2003, quando o resultado apurado foi de R\$ 16,7 bilhões.

A Auditoria Fiscal em contribuintes do segmento de serviços foi responsável pelo levantamento de R\$ 6 bilhões em créditos, seguido pelo de indústria, com R\$ 4,9 bilhões. Juntos, os dois segmentos representam mais da metade do resultado de 2004. O segmento de Auditoria Fiscal em órgãos e entidades da Administração Pública foi responsável pelo resultado de R\$ 4,3 bilhões em créditos, com 5.590 ações realizadas. O segmento do agronegócio, destacado em virtude de marcante comprometimento em sonegação de contribuições, teve levantamento de R\$ 1,37 bilhão.

Foram encerradas, no ano de 2004, 19 auditorias especiais em grandes empresas e grupos econômicos, atingindo o significativo resultado de R\$ 1,07 bilhão.

Vale destacar ainda que, em 2004, iniciaram-se as Auditorias Fiscais em Regimes Próprios de Previdência Social, em articulação com a Secretaria de Previdência Social. Neste segmento foram iniciadas 91 ações, das quais 80 encerradas ainda em 2004.



Na área de fiscalização, adotar-se-á um modelo de gerenciamento estratégico, baseado em indicadores de desempenho, e de uma política contínua de admissão e capacitação profissional, tanto do Auditor Fiscal da Previdência Social como do servidor administrativo, aumentando significativamente a presença fiscal, por meio do combate à evasão e da prevenção à decadência, gerando incremento real à receita previdenciária.

As diretrizes estratégicas visam nortear as linhas de ação, buscando prover os gestores de elementos para equilibrar a distribuição do contingente fiscal, de acordo com a estratégia e plano de metas adotados, quais sejam: combate à inadimplência, combate à sonegação e cobertura dos grandes contribuintes.

Os objetivos estratégicos constituem esforços para atingir as diretrizes, quais sejam: triplicar, em cinco anos, o número de auditorias fiscais com foco em inadimplência e sonegação, redução do interstício sem cobertura fiscal para os grandes contribuintes e redução no tempo de consecução das diligências. Para tanto, pretende-se capacitar o quadro de Auditores Fiscais em atividades específicas de auditoria aplicada e no exame da escrituração contábil.

a.4) Gestão da receita previdenciária

No entanto, os esforços de melhoria na gestão da receita ainda estão por se aprofundar diante da recente criação, por meio da Medida Provisória nº 222, de 4 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Previdenciária. A criação deste órgão específico significa uma importante evolução nas ações de melhoria da arrecadação, eficiência nas ações de fiscalização, combate à corrupção e à sonegação na área da previdência, estando tal esforço alinhado com as melhores práticas internacionais que separam claramente as atividades de concessão de benefícios das de arrecadação e fiscalização.

A Secretaria da Receita Previdenciária tem como premissas básicas a gestão profissionalizada com vistas a incrementar os resultados efetivos necessários à Previdência Social, com direcionamento às ações de recuperação de créditos, gerenciamento de riscos, combate à corrupção, à sonegação, à inadimplência e à elisão fiscal e administração segmentada dos contribuintes.

A segmentação tem por objetivo estabelecer procedimentos diferenciados por categoria econômica, por faixas de faturamento e de totais de massa salarial, por volume de créditos a recuperar e outros critérios de diferenciação. Com base nas classificações, formular-se-ão estratégias específicas para cada segmento, buscando maior efetividade nas ações em todas as áreas.

a.5) Informações estratégicas e gerenciamento de riscos

As atividades de informações estratégicas visarão subsidiar as demais áreas da receita previdenciária na construção de mecanismos de busca de dados sonegados, centrando esforços no combate à corrupção e à sonegação.

Na área de riscos, buscar-se-á a institucionalização gradativa da cultura do seu gerenciamento e do controle interno, visando apoiar a gestão no processo de tomada de decisões e prestação de contas, fortalecer a base ética, a credibilidade e a imagem da área da receita previdenciária.

a.6) Cobertura e inclusão previdenciária

Em dezembro de 2004 o INSS mantinha cerca de 23,1 milhões de benefícios de pagamento mensal, sendo: 13,8 milhões (59%) destinados a pessoas da área urbana; 6,9 milhões (30%) para pessoas da área rural; e 2,3 milhões (11%) de benefícios assistenciais. No total, considerando o aumento da quantidade e o valor médio dos benefícios pagos, foram gastos com o pagamento dos benefícios 126,7 bilhões de reais.

Somente no ano de 2004 foram concedidos 4 milhões de novos benefícios, o que representa um dispêndio de R\$ 4,2 bilhões para o respectivo pagamento, sendo: 31% com auxílio-doença; 19% com aposentadoria por tempo de contribuição e 11% com salário-maternidade às contribuintes individuais, facultativas, domésticas, trabalhadoras avulsas e seguradas especial, que representam 61 % dos gastos com benefícios concedidos em 2004.

Os principais benefícios da Previdência Social tiveram aumento real, com exceção do salário-maternidade, em virtude da mudança nas regras do pagamento desse benefício – de acordo com a Lei nº 10.710, de 5 de agosto de 2003, cabe à empresa efetuar o pagamento do salário-maternidade à respectiva empregada gestante, mediante compensação, quando do recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social.

Entre as medidas visando ao aumento da cobertura do sistema previdenciário adotadas em 2004, destacam-se a Lei nº 10.839, de 5 de fevereiro de 2004, que aumentou o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, de 5 para 10 anos, bem como estabeleceu que o direito de a previdência social anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos seus beneficiários decai em 10 anos; a Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004 (conversão da Medida



Provisória nº 182, de 29 de abril de 2004), que majorou o valor da cota do salário-família para R\$ 20,00 e R\$ 14,09, por faixa salarial, e o Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2004, que instituiu sistemática de inclusão previdenciária, possibilitando que pequenos empreendedores, trabalhadores por conta-própria e segurados facultativos, entre os quais as donas de casa, possam pagar as contribuições à Previdência Social com alíquota reduzida de 20% para 11%.

Cabe mencionar, ainda, que 2004 registrou recorde de inscrições de contribuintes individuais no INSS, superando-se a marca de 1,5 milhão de novos contribuintes.

Outros avanços importantes são: a possibilidade de empréstimos consignados para aposentados e pensionistas (Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003), com o estabelecimento de linhas de crédito especiais para o segmento, o que é uma forma de inclusão social ao criar mecanismos de acesso a bens e serviços diversos, provendo bem-estar a essas famílias, e a fixação do INPC como indexador para correção dos salários-de-contribuição considerados no cálculo do valor do salário-de-benefício (Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004).

É importante também mencionar o esforço do equacionamento do passivo criado por governos anteriores com referência aos índices de correção, particularmente à não aplicação do Índice de Reajuste do Salário-Mínimo (IRSM) de fevereiro de 1994 nos cálculos de aposentadorias e pensões concedidas entre março de 1994 e fevereiro de 1997. O esforço de construir uma solução negociada com os diversos segmentos abrangidos para este passivo, de R\$ 12,3 bilhões, constituiu-se em uma das relevantes ações do Governo ao longo de 2004, que culminou com a edição da Medida Provisória nº 201, de 23 de julho de 2004 (convertida na Lei nº 10.999, de 15 de dezembro de 2004), na qual foram estabelecidas as condições para realização do acordo do INSS com os aposentados e pensionistas que faziam jus a essa revisão.

Destaca-se também o avanço no diálogo com os Ministérios do Trabalho e Emprego e da Saúde, que permitiu iniciar um processo de debate e formulação de uma nova política de saúde e segurança do trabalhador em 2004 e 2005, com efeitos importantes para o resultado da ação governamental. Vale ressaltar: (1) a implementação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que possibilita o enriquecimento do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) por passar a armazenar informações relativas a saúde e a segurança do trabalhador; (2) a elaboração e aprovação da metodologia de flexibilização das alíquotas do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT) que possibilitará que empresas boas paguem até 50% menos, conforme Resolução 1.236, de 2004, do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

Vale destacar que o fato mais relevante relativo à gestão democrática e descentralizada da Previdência Social em 2004 foi a instalação dos Conselhos de Previdência Social (CPS) junto às gerências-executivas e superintendências do INSS. Foram instalados ao todo 77 conselhos no decorrer do ano. Esse é um processo que aumenta os canais de participação de empregados, empregadores e aposentados na gestão da Previdência Social e permite que problemas relacionados a uma determinada localidade sejam resolvidos de uma forma mais imediata pela Previdência Social.

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), experiência mais madura de gestão quadripartite da Previdência Social, teve papel fundamental na apreciação ou proposição de medidas importantes, como a proposta para flexibilização das alíquotas do Seguro Acidente do Trabalho, a nova metodologia de cálculo da cobertura previdenciária e apoio às forças-tarefas destinadas a combater os crimes previdenciários.

Em 2005, os desafios passam por temas relevantes como a expansão da cobertura previdenciária, com ênfase em quatro eixos: medidas de inclusão focalizada em grupos específicos, intensificação da disseminação de informação, aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e fiscalização e melhorias gerenciais; a implantação da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, em articulação com os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego. Destaque-se o desafio da implantação das regras que flexibilizam as alíquotas do Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT), de acordo com o investimento em prevenção de acidentes por parte das empresas, e a regulamentação/implementação do mecanismo de desoneração da folha salarial para financiamento da Previdência Social, prevista na Reforma Tributária (EC nº 42, de 19 de dezembro de 2003).

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

A aprovação da Reforma Previdenciária (EC 41, de 19 de dezembro de 2003) cumpriu uma etapa importante na agenda do País, com ela o Governo abriu um amplo debate sobre a necessidade de se fazer a Reforma da Previdência.

Para alcançar o objetivo de mais justiça e sustentabilidade do sistema algumas medidas foram implementadas: adotou-se o princípio do cálculo do benefício com base nos salários-de-contribuição efetivamente registrados ao longo da trajetória contributiva do servidor; o não incentivo para aposentadorias precoces; o estímulo à permanência dos servidores em atividade; a diminuição de supersalários; a contribuição sobre os proventos de inativos e pensionistas e a possibilidade de criação de sistemas complementares para servidores, a exemplo da previdência



complementar dos trabalhadores do setor privado. Além disso, a Reforma da Previdência pauta-se pelo absoluto respeito aos direitos adquiridos, bem como pelas regras de transição para os servidores atualmente ativos.

Ao longo do ano de 2004, o esforço foi regulamentar a reforma com a Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, com a Orientação Normativa nº 3, de 13 de agosto de 2004, da Secretaria de Previdência Social, bem como o apoio a Estados e Municípios para a realização dos seminários para discussão dos ajustes necessários nas suas respectivas legislações locais.

Dentre os importantes avanços conquistados destaca-se, ainda, a institucionalização da fiscalização dos regimes próprios, com a aprovação da Resolução nº 3.244, de 29 de outubro de 2004, do Conselho Monetário Nacional, que estabeleceu novas diretrizes para os seus investimentos e facilitou a supervisão do Governo Federal, por meio do Ministério da Previdência Social.

Para 2005, será necessário regulamentar a instituição da unidade gestora única, que irá permitir que o Poder Executivo, por intermédio de uma única entidade gestora, possa gerenciar todas as aposentadorias e pensões dos servidores públicos de todos os Poderes, eliminando um problema comum hoje existente que é a interpretação da legislação para concessão do benefício no setor público, o que representará uma significativa economia na despesa previdenciária de todos os entes da federação. Além disso, a instituição do cadastro nacional dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas também irá contribuir para efetiva implementação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

c) Previdência Complementar

Na área da Previdência Complementar, dentre as ações mais importantes desenvolvidas no ano de 2004, destaca-se a modernização e o aperfeiçoamento contínuo da regulamentação da nova legislação dos Fundos de Pensão, necessária ao melhor funcionamento do sistema. Dentre os temas trabalhados estão a previdência associativa (Instituidor), o novo regime tributário, o aprimoramento das regras de investimentos, as regras de boa governança e os controles internos.

Quanto à previdência associativa, permitiu-se o acesso a planos de benefícios previdenciários a mais 600 mil trabalhadores de diferentes segmentos do mercado de trabalho, como comerciários, médicos, engenheiros, profissionais da cultura, advogados, policiais, professores, administradores, dentistas etc., consolidando-se, assim, a regulamentação e implementação da figura do Instituidor.

A edição da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, proporcionou o adequado tratamento tributário para os Fundos de Pensão, favorecendo o trabalhador na formação de sua poupança previdenciária e atendendo a uma reivindicação histórica de extinção da incidência do Imposto de Renda sobre os ganhos e rendimentos das aplicações dos fundos de pensão, cobrando-se o imposto apenas na fase de recebimento do benefício previdenciário.

O Governo concluiu a formatação de novo aparato de regulação e fiscalização dos Fundos de Pensão, conforme determinado pelo art. 5º da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que resultou na publicação da Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004, que criou a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), autarquia com autonomia administrativa e financeira, para funcionar como órgão fiscalizador do sistema. Nessa esteira a Secretaria de Previdência Complementar passou a denominar-se Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, que atuará como órgão responsável pela proposição das políticas e diretrizes do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar e, também, como órgão de apoio ao Conselho Nacional de Previdência Complementar e ao Ministro de Estado da Previdência Social, na função de supervisão das atividades da PREVIC.

8) Cultura

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Cultura (MinC), consolida em 2004 novo foco às ações culturais, que passaram a exercer importante papel na agenda governamental, particularmente no que diz respeito à inserção social, à geração de emprego e renda e à afirmação soberana do País no mundo globalizado. A cultura deslocou-se para o centro do novo projeto de desenvolvimento.

A economia da cultura foi reconhecida de forma inédita como foco de políticas, e como uma das que mais crescem no mundo, acima do crescimento médio mundial. Além de geradora de empregos, passou a ser compreendida como agente indispensável à formação da cidadania das populações excluídas ou à margem dos benefícios decorrentes do processo de desenvolvimento do País. A acessibilidade aos bens culturais e o acesso dos artistas aos meios econômicos de distribuição vigentes são imprescindíveis à construção da auto-estima do indivíduo e da própria sociedade.

Dentre vários instrumentos motores deste deslocamento do valor da cultura, destacamos os projetos apoiados pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), e os apoiados pelas Leis de Incentivo à Cultura, sejam elas: Lei Rouanet, de 13 de dezembro de 1991, e Lei do Audiovisual, de

20 de julho de 1993, que tiveram captação de recursos, no terceiro trimestre de 2004, superior a 16% do montante de 2003 no mesmo período. Sob esse prisma, e visando incrementar as políticas da área voltadas para a sociedade, o Ministério da Cultura contará, em 2005, com um orçamento maior, o que fortalecerá a centralidade da Cultura na agenda do desenvolvimento nacional.

O estímulo à diversidade e a ampliação da acessibilidade do cidadão aos bens culturais são os objetivos balizadores das ações do MinC para os próximos anos. Todos os esforços se concentram em incrementar a produção cultural brasileira em todas as suas expressões, garantindo o acesso popular aos resultados desse investimento.

Nesse aspecto, a abrangência das ações do órgão será preservada e reforçada quanto à transparência dos investimentos dos recursos públicos em projetos culturais selecionados por intermédio de editais amplamente divulgados – de acordo com os critérios do mérito, da abrangência, da preservação cultural e do resultado social.

O ano de 2005 terá como foco a consolidação da nova agenda da política cultural brasileira nas suas dimensões simbólica, política (promoção da cidadania) e econômica (emprego e renda). Para isso, pretende-se aprovar o novo arcabouço legal que viabilizará esta nova dinâmica. A nova proposta da Lei Rouanet (de fomento) será encaminhada ao Congresso Nacional para deliberação. Espera-se, assim, imprimir na letra da Lei anseios históricos de setores culturais relevantes, promover a democratização da produção e do acesso a bens culturais, e tornar os processos de indução e fomento à cultura mais transparentes à sociedade civil.

a) Principais Ações:

a.1) Audiovisual

O Brasil, apesar de constar entre os dez maiores mercados do mundo nesta área, é o único País, dentre esses, que não detém norma jurídica que abranja todos os segmentos audiovisuais. Dessa forma, torna-se de necessária a regulamentação desse segmento. A proposta de criação da ANCINAV, alvo de debates em 2004, objetiva reforçar a produção brasileira e promover o desenvolvimento do setor por meio de modernas linhas de fomento, da democratização do acesso à produção e da proteção das empresas nacionais.

No que concerne às ações de fomento à distribuição e comercialização de obras cinematográficas e videofonográficas no País e no exterior e fomento a projetos culturais na área



do audiovisual, foram fomentados, diretamente, 10 projetos, e produziu-se 80 obras no exterior, merecendo destaque as ações resultantes de parcerias firmadas com a rede pública de televisão. Na produção de documentários e de filmes infanto-juvenis, foram apoiados 186 projetos no transcorrer de 2004, que chegarão ao público em 2005, fruto do financiamento por convênios.

Destaca-se o reconhecimento do conteúdo para televisão como foco estratégico de políticas, passando a investir diretamente em horas de programação para a televisão pública nacional. Ações como o DOC-TV (fomento ao documentário), o curta-criança e o curta-criança animação (programação infantil) vêm justamente estreitar a parceria cinema-televisão.

Foi estabelecida também linha de financiamento, por meio do BNDES, para ampliação, modernização, reforma, atualização e desenvolvimento do parque exibidor brasileiro. Com isto, os empreendedores do setor terão condições especiais e inéditas para promover a plena expansão de salas de exibição.

O fomento à produção cinematográfica e videofonográfica foi também empreendido por meio de editais públicos, dos quais resultaram 74 projetos implicando em uma ampla geração de empregos diretos. Convém ressaltar que esses editais são orientados para públicos estratégicos e para regiões do País ainda sem tradição nesse segmento. Tal esforço resultou no crescimento substancial do público de cinema, em particular, do cinema brasileiro.

Para 2005, pretende-se manter a mesma linha de atuação, com a disponibilização de recursos da ordem de quase R\$ 20 milhões para fomento de novas produções, que representam crescimento de 54% em relação a 2004.

a.2) Inclusão pela cultura

O Programa Cultura, Identidade e Cidadania fortaleceu, em 2004, iniciativas de inclusão social pela cultura, especialmente por meio de projetos desenvolvidos em comunidades que se encontram em situação de pobreza ou de vulnerabilidade social.

Sob essa ótica foram criados os Pontos de Cultura, com o objetivo de estimular iniciativas já existentes, mediante apoio financeiro direto e doação de kits de cultura digital – compostos por equipamentos de informática multimídia, câmeras e uma pequena ilha de edição – permitindo que cada Ponto esteja apto a realizar sua própria produção e, ainda, transmiti-la pela rede Internet banda larga, neles instalada. Em 2004 foram selecionados 262 projetos que redundarão



em benefício a 1,7 milhão de pessoas em comunidades carentes. Em 2005, pretende-se constituir cerca de 600 pontos com a aplicação de R\$ 37 milhões.

O maior mérito desta iniciativa é atender diversos segmentos culturais música, – teatro, dança, artesanato – e alcançar diferentes públicos: povos indígenas, juventude rural, sem-teto, grupos de favelas, comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Pretende-se, em 2005, conceder aproximadamente 30.000 bolsas por intermédio do Programa Primeiro Emprego, favorecendo a juventude de favelas e de regiões de baixa renda, fortalecendo assim, iniciativas de inclusão social por meio da arte e da cultura e induzindo o surgimento de novas formas de geração de emprego e de renda baseadas na atividade cultural. Essa iniciativa visa a contemplar a diversidade cultural e, para que isso ocorra, os editais serão confeccionados por área de criação, por público-alvo ou por região, e amplamente divulgados em campanha nacional. Vale ressaltar que a produção artística realizada nos Pontos de Cultura ganhará espaço público por meio da programação da TV Educativa (TVE).

a.3) Memória e patrimônio cultural

Os recursos destinados à recuperação e preservação de sítios históricos e à conscientização da população brasileira quanto à importância da preservação de nossa memória têm crescido, ano a ano, passando do patamar de R\$ 82,5 milhões, em 2004, para R\$ 92,5 milhões, em 2005.

As grandes realizações nesse setor concentram-se em três programas de Governo, denominados Monumenta, Brasil Patrimônio Cultural, e Museu, Memória e Cidadania.

O Monumenta tem atuado em conjunto com organismos internacionais. Destacam-se a recuperação de sítios urbanos em 26 Municípios, a capacitação de 310 profissionais da construção civil em atividades de restauro e a execução de diversos programas educativos direcionados às populações das cidades beneficiadas.

Outras realizações importantes são as ações emergenciais de recuperação de 22 edifícios históricos que promoveu restauros em cidades tradicionais, como São Luís/MA, Recife/PE, Serro/MG, João Pessoa/PB, Sabará/MG, Goiás Velho/GO, dentre outras. Além dessas ações emergenciais, o IPHAN desenvolveu outros 144 projetos de preservação em diversas localidades do território nacional.

O Programa Monumenta tem atuado também na área de Patrimônio Imaterial, como por



exemplo, na formulação, estruturação e implantação de políticas públicas de inventário; no registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; além da conclusão dos quatro primeiros registros de bens culturais imateriais.

Na área museológica, são desenvolvidas atividades de custeio, de modernização e de recuperação dos museus públicos e de seus acervos e de capacitação dos profissionais que trabalham na área. Neste sentido, merecem destaque as obras de restauro e recuperação do Museu Histórico Nacional, do Museu Nacional de Belas Artes e do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

Com vistas à criação de um espaço de interlocução e articulação da política museológica, estão sendo desenvolvidos, em parceria com Universidades, projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Esse aspecto foi fundamental para a criação do Sistema Brasileiro de Museus, instituído pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, que tem por finalidade a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a comunicação, a valorização, a preservação, a pesquisa, o gerenciamento e a fruição qualificada do patrimônio cultural, de modo a transformá-lo num dispositivo estratégico de desenvolvimento e inclusão social, tornando-o cada vez mais representativo da diversidade cultural brasileira.

a.4) Difusão e acesso cultural

A acessibilidade ao bem cultural é premissa básica para todo e qualquer investimento público em cultura. Desta forma, o Governo Federal tem priorizado a ampliação do público para as diversas expressões artísticas do País. Entende-se que o crescimento do acesso popular só é possível por meio do barateamento dos custos de produção e da ampliação do alcance dos eventos artísticos a localidades dentro e fora do circuito comercial tradicional. Iniciativas nesse sentido têm efeito imediato na expansão do mercado de trabalho e na estabilidade profissional dos agentes da cultura.

No âmbito da música, vale destacar a reedição do Projeto Pixinguinha, que contemplou 131 artistas, 92 espetáculos e levou o público de 42.212 pessoas aos teatros das cinco regiões brasileiras.

No apoio a orquestras e bandas de música, foram lançados editais para seleção de grupos musicais para serem beneficiados com instrumentos adquiridos com recursos públicos. Foram selecionadas 24 orquestras e 54 bandas, contemplando, pelo menos, 1.600 músicos e aprendizes de música.

Merece destaque o projeto Caravana de Circulação Regional, que levou 143 produções de teatro



e dança a diferentes pontos da Amazônia, Nordeste, Brasil Central, Sudeste e Sul do País. Os grupos contemplados contribuíram para o estímulo da prática dessas artes em comunidades distantes dos grandes centros.

Convém, ainda, ressaltar a realização de 12 festivais Arte sem Barreiras, destinados aos portadores de deficiência, que reuniram 74.250 pessoas deste segmento social no desenvolvimento de experiências de conteúdo estético e artístico direcionadas para a valorização da percepção e da expressão individual.

O brasileiro produz cultura em todos os cantos. O desafio é fazê-la circular; assim, em 2005, será dada continuidade aos projetos Caravanas de Artes Cênicas e Pinxiguiinha, ampliando sua abrangência e incorporando novas cidades.

As Câmaras Setoriais de Música, de Artes Visuais, de Artes Cênicas e do Livro e Leitura entram em plena atividade de formulação política. As Câmaras serão, cada vez mais, instâncias estratégicas para a criação de políticas públicas setoriais, com envolvimento de setores representativos da sociedade e das cadeias produtivas. Também prevista para 2005, a implementação do Sistema Nacional de Informações Culturais e do Sistema Nacional de Cultura contribuirá de forma decisiva para este processo de sistematização da produção, gestão e fortalecimento do setor cultural.

a.5) Livro, leitura e biblioteca – redução da carga tributária

Na área do livro e da leitura, a aprovação da lei de isenção fiscal para obras literárias trará benefícios decorrentes da redução dos custos relacionados à sua produção, e seu conseqüente barateamento. O apoio à realização de feiras regionais do livro tem sido marcante nos investimentos do MinC, por se tratar de um poderoso veículo de divulgação e de estímulo ao hábito da leitura.

a.6) Identidade e diversidade cultural

O Governo Federal tem atuado de forma permanente no intuito de estimular as expressões das raízes culturais brasileiras e de divulgá-las em âmbito nacional. Muitas parcerias com órgãos públicos e privados surgiram na intenção de fortalecer iniciativas, particularmente as voltadas para a ampliação do conhecimento da nação a respeito das muitas facetas da nossa cultura.

No intuito de promoção e intercâmbio entre regiões e grupos culturais diversos, podem ser elencados: o projeto Rede Cultural da Terra, desenvolvido em parceria com os Ministérios da Reforma Agrária e do Meio Ambiente e com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que consiste na construção de uma rede de atividades culturais nas áreas objeto de reforma agrária e de Agricultura Familiar; e o projeto Rede Cultural dos Estudantes, voltado para o intercâmbio cultural entre universidades brasileiras, que visa a fomentar espaços para o desenvolvimento de diversas linguagens artísticas. Vale destacar a realização da Caravana Universitária de Cultura e Arte Paschoal Carlos Magno, em parceria com a União Nacional do Estudante (UNE), que mobilizou a comunidade universitária de 16 cidades brasileiras, envolvendo cerca de 15 mil pessoas.

No que diz respeito à Cultura Afro-Brasileira, o Governo tem atuado no resgate da identidade e da dignidade das comunidades afro-descendentes – particularmente as quilombolas – e no estímulo à inventividade das tendências culturais próprias da cultura negra, com ações de intercâmbio, de preservação, de pesquisa e de fomento à cultura afro-brasileira.

No que concerne às comunidades tradicionais, convém salientar o desenvolvimento do diagnóstico sócio-cultural da Comunidade de Kalunga, que contribuiu para a definição das políticas públicas apresentadas pelo programa Brasil Quilombola. Um esforço de parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem garantido, em uma primeira etapa, a segurança alimentar de 150 comunidades quilombolas de todo o País. Ainda neste contexto, 100 comunidades negras rurais receberam certidões de auto-reconhecimento de sua condição, o que permitirá o estabelecimento de convênios para execução de ações que visem ao seu etnodesenvolvimento e assessoria jurídica. Também foi implementado o Primeiro Concurso Nacional para produção de livros e vídeos sobre a história, cultura e literatura afro-brasileira, com o objetivo primordial de estimular a percepção da relevância da presença negra na formação da cultura nacional. A Fundação Cultural Palmares, em parceria com o IPHAN, lançará, em 2005, programa de reconhecimento e de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial afro-brasileiro.

O ano de 2005 será o Ano do Brasil na França. Serão apresentadas centenas de eventos, fortalecendo os laços de amizade e aprimorando o intercâmbio cultural entre os dois países. A cultura brasileira irá potencializar sua inserção global, selando uma nítida tendência de valorização da imagem do Brasil no exterior, com externalidades positivas para outros setores econômicos.

A participação brasileira na Convenção da UNESCO pela defesa da diversidade cultural do planeta, será consolidada em 2005 com a implementação de uma agenda nacional e internacional de fomento e de apoio às expressões culturais. O MinC continuará sua política de



estímulo às manifestações de grupos culturais e sociais diversos e reforçará, ainda, sua atuação nos temas transversais do Governo, particularmente relacionados com a juventude, minorias, inclusão digital, difusão do software livre etc. Trata-se de um ano marcante, no qual a Cultura consolidará seu papel estratégico no processo de desenvolvimento em curso no Brasil.

9) Esporte

a) Conferência Nacional do Esporte

Pela primeira vez, o Brasil debateu com profundidade e abrangência as questões do esporte e do lazer. Envolvendo setores da comunidade esportiva, movimentos sociais e sociedade civil em 873 municípios, foi realizada a 1ª Conferência Nacional do Esporte, que mobilizou 83 mil pessoas em todo o País. A etapa nacional, em Brasília, contou com a participação de 1.375 pessoas, distribuídas entre delegados eleitos em 176 conferências municipais e estaduais e representantes do Governo Federal, Câmara dos Deputados, Senado Federal, entidades nacionais de administração do esporte e a sociedade civil.

Já estão em curso os esforços do grupo de trabalho que dará formato definitivo em 2005 à Política Nacional de Esporte e Lazer, criando e estruturando o Sistema Nacional do Esporte, conforme decisão da Conferência, constante da “Carta de Brasília”, de 20 de junho de 2004.

b) Segundo Tempo

Por meio de atividades esportivas no contra-turno escolar, o programa Segundo Tempo colabora com a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual dos alunos matriculados no ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de educação do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social.

Ao criar um turno a mais na escola, com reforço alimentar, reforço escolar e material esportivo, sem novos investimentos em infra-estrutura, viabilizamos o ensino integral a um custo médio de R\$ 25,00 por criança/mês. Quando alcançar a meta de 1 milhão de crianças atendidas, o Segundo Tempo será o maior programa social-esportivo do mundo. Prevê-se que essa meta será alcançada já no primeiro semestre de 2005.

Esse Programa, que é elogiado por organismos internacionais, atrai parceiros entre empresários, clubes sociais e esportivos, organizações não-governamentais e do sistema “S”. A opção de



viabilizar a utilização de espaços físicos já existentes e que se encontram ociosos já permitiu a implantação de 3.627 núcleos em 686 Municípios de todos os Estados e do Distrito Federal.

A qualificação de monitores, orientada na realidade em que atuam, é feita pela Universidade de Brasília. Essa ação leva, aos professores e estagiários de educação física, as condições de aprimoramento e aperfeiçoamento do conhecimento específico a ser utilizado no trabalho junto aos Núcleos de Esporte Educacional. Em 2004, 851 professores participaram de cursos de especialização e 1.998 estagiários freqüentaram cursos de extensão. No total, já são 2.849 monitores formados. Objetivando o desenvolvimento da capacitação continuada, em 2005, serão capacitados cerca de 5 mil professores e monitores.

c) Esporte e lazer da cidade

Ao reconhecer e tratar o esporte e o lazer como direitos sociais, a política do Governo Federal não se limita ao esporte recreativo, expandindo-se para outros campos onde a vivência de oficinas culturais, brinquedotecas, salas de leitura, projeções e debates de filmes, peças teatrais, somam-se àquelas outras voltadas aos jogos populares e de salão, danças regionais, contemporâneas, clássicas, artes marciais, capoeira e ginástica.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade visa, predominantemente, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquela em situação de vulnerabilidade social, reforçadora da condição de injustiça e exclusão social a que está submetida.

O Programa está organizado em ações inter-relacionadas e agrupado em dois conjuntos. O primeiro deles voltado para o projeto social desportivo e de lazer da cidade. O segundo, para o projeto de desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer. No primeiro conjunto de ações, em 2004, foi dada atenção especial a duas delas: a de funcionamento dos Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, que beneficiaram mais de 350 mil pessoas, e a promoção de 372 eventos de esporte recreativo e de lazer, beneficiando 19.450 pessoas.

Em 2005, as atividades do Programa serão intensificadas, e será criada uma ação específica para a terceira idade, baseada na atividade física, com monitores capacitados e, em alguns casos, com reforço alimentar, nos moldes do Segundo Tempo. Serão feitas parcerias com prefeituras, organizações não-governamentais e do sistema "S" e empresas públicas e privadas. O Ministério do Esporte vai remunerar os monitores e assegurar o reforço alimentar.



d) Inserção social – geração de emprego e renda

O Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, mais conhecido pela denominação de sua ação – Pintando a Liberdade – ressocializa e profissionaliza os internos do sistema penitenciário, beneficia adolescentes em conflito com a lei, absorve a mão-de-obra de pessoas que residem em comunidade carentes na fabricação de materiais esportivos, promovendo a inclusão social dessas pessoas e proporcionando-lhes uma renda mensal.

Esse Programa tratou em 2004, principalmente, da ressocialização e profissionalização dos internos, do Sistema Penitenciário, proporcionando renda e redução da pena, em um dia para cada três dias trabalhados para perto de 10% da população carcerária do País.

Foram produzidos, em 2004, 878.465 itens de materiais esportivos (bandeiras, bolas, bolsas, calções, camisetas, mesas para tênis de mesa, piso para pista de atletismo, raquetes, redes etc.), atendendo 7.600 escolas públicas, 876 instituições não-governamentais e 34 países, funcionando em 65 núcleos de produção, a grande maioria em instituições carcerárias localizadas em todas as Unidades da Federação.

Entrou em operação, em Feira de Santana/BA, a primeira fábrica de pistas de atletismo com sobras de pneus. Será aberta, também, linha de microcrédito para famílias carentes produzirem material esportivo, além de fábricas de farinha e de produção de hortigranjeiros para os programas oficiais.

Em 2005 será ampliada consideravelmente a ação do Programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo, que passará a atuar de modo mais intenso fora dos presídios, através de cooperativas em comunidades carentes. Serão implantadas novas fábricas de material esportivo em locais com situação de vulnerabilidade social, gerando milhares de empregos. Algumas dessas unidades serão em parceria com o Programa Primeiro Emprego. A meta é produzir 15 milhões de uniformes para alunos da rede pública de ensino em todo o País.

e) Saneamento e modernização do futebol

Pela primeira vez, as atenções do Governo Federal voltam-se para o personagem mais importante do futebol: o torcedor. O Estatuto de Defesa do Torcedor, sancionado em 2003, representou o fortalecimento da cidadania, uma vez que criou uma nova ordem na relação entre o torcedor, o clube e os prestadores de serviços encarregados de administrar o espetáculo do esporte, particularmente o futebol. Na mesma linha, entrou em vigor, no dia 1º de janeiro de



2004, o novo Código de Justiça Desportiva, e foi criada comissão especial para propor plano de ação visando transformar 2005 em ano da segurança nos estádios.

Foi elaborado um amplo diagnóstico da situação dos clubes de futebol das 1ª, 2ª e 3ª Divisões. A partir daí foi proposto um conjunto de medidas de saneamento e de indução à modernização desse esporte no Brasil, nas áreas fiscal e financeira, assim como no campo da legislação civil e trabalhista. As medidas visam, sobretudo, proteger o clube formador, e com isso garantir a perpetuidade do Brasil como País-celeiro de craques de futebol.

f) Pan-Americano – Rio 2007

O País assumiu a responsabilidade de organização do evento esportivo mais importante das Américas, os XV Jogos Pan-Americanos, e pela primeira vez, os I Jogos Parapanamericanos, em 2007, no Rio de Janeiro. Para isso, o Governo Federal vem implementando ações descentralizadas, por meio da realização de convênios para o repasse dos recursos financeiros necessários às obras de infra-estrutura esportiva e o estabelecimento de parcerias com as entidades que compõem o Sistema Nacional de Desporto, órgãos e entidades federais, estaduais e municipais que administram diretamente as ações das áreas de educação e desporto.

Visando prover o acesso dos atletas e paraatletas nacionais às melhores condições de treinamento, sob os aspectos técnico, científico e laboratorial, o Governo Federal vem adiantando ações que visam à aquisição dos equipamentos esportivos. Em 2004 foram utilizados R\$ 11 milhões na importação de equipamentos e materiais esportivos, sem similares nacionais, para o treinamento e preparação das equipes brasileiras, beneficiando 6.000 atletas de 15 modalidades. O controle de dopagem dos Jogos Pan-Americanos também merece atenção, pela modernização dos equipamentos do Laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de convênio para a aquisição de equipamentos no valor de 4.500 milhões.

Uma comissão interministerial coordena as ações do Governo Federal em relação ao Pan, em articulação com o comitê organizador do evento, os comitês Olímpico e Paraolímpico e os governos do Município e do Estado.

Está sendo criada uma estrutura organizacional para apoiar o Comitê de Gestão das Ações Governamentais e realizar o acompanhamento das obras dos Jogos Pan-Americanos de 2007. A principal obra é a Vila Pan-Americana, que será construída com R\$ 290 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



A Vila conterà 25 edifícios, com 2.000 apartamentos, no bairro Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, e abrigará os 8.240 atletas. Após os jogos, os apartamentos serão vendidos a particulares, sistema usado com sucesso nas olimpíadas de Barcelona, em 1992, e de Sydney, em 2000. A obra vai gerar 5.400 empregos diretos e 16.200 indiretos.

g) Esporte de alto rendimento

No esporte de alto rendimento, os resultados em competições internacionais e olímpicas falam por si. O desempenho brasileiro nas Olimpíadas de Atenas, em 2004, superou todas as previsões. O Brasil bateu seu recorde de ouro em uma olimpíada, ficando em 18º lugar no ranking de medalhas, à frente de países como a Suécia, Espanha e Canadá.

Em 2004, foi também a melhor participação brasileira na história das Paraolimpíadas, com o 14º lugar no quadro de medalhas. O Brasil ultrapassou o México e passou a ser a terceira potência das Américas nos Jogos, atrás apenas de Estados Unidos e Canadá. O recorde de 33 medalhas supera em 50%, os números da última, em 2000, em Sydney.

A diversas linhas de ação estão sendo consolidadas na Política de Esporte de Alto Rendimento. Em 2005, entrarão em vigor a Lei de Incentivo à Formação de Atletas, com recursos de R\$ 200 milhões anuais e a Bolsa-Atleta, para atletas que não contam com patrocínio. Serão construídos mais centros regionais de alto rendimento, e o primeiro já foi inaugurado na região Norte, em Manaus. Será implantado o programa de Descoberta de Talentos, testado em 2004, e começará a implantação dos os núcleos de alto rendimento com parceiros.

h) Descoberta de talento desportivo

Como teste de modelo de atuação, em 2004, numa iniciativa inédita do Governo Federal, estudantes de todo o País tiveram suas capacidades esportivas avaliadas, visando a descoberta de prováveis talentos desportivos, com base em protocolos científicos. Professores e estudantes de educação física avaliaram 60.000 mil estudantes de ambos os sexos da rede pública e particular, com idades entre 10 e 14 anos, com aptidão física para a prática esportiva. Foram identificados 1.200 atletas potenciais, dentre os que demonstraram aptidão física para determinados esportes.

i) Jogos Nacionais

Os Jogos da Juventude vêm se firmando, a cada ano, como grande evento revelador de talentos,



cumprindo o objetivo para o qual foram criados, ou seja, alimentar as seleções brasileiras que representam o País no exterior. Em 2004 houve a participação de 3.000 jovens atletas, de 10 a 17 anos.

Os Jogos dos Povos Indígenas, que estão entre as mais importantes manifestações culturais do Brasil, têm por finalidade a integração, o incentivo, a valorização e o fortalecimento da prática de esportes tradicionais dos povos indígenas. Em 2004, em Porto Seguro, foi realizada a sétima edição, com a participação de 1.200 indígenas de 47 etnias.

Os Jogos Escolares Brasileiros (JEB) promovem ampla mobilização da juventude estudantil brasileira nas etapas estaduais e municipais dos jogos, alcançando a participação de cerca de um milhão de alunos das escolas públicas e privadas. Na etapa final de 2004, em Brasília, 1.200 jovens de 12 a 14 anos participaram das competições, representando as 27 Unidades da Federação.

Em 2004, em São Paulo, com a participação de 4.200 atletas de todo o País, os Jogos Universitários Brasileiros (JUB) confirmaram que a competição está entre os campeonatos multidesportivos mais importantes do Brasil.

Os jogos nacionais, principalmente JUB e JEB foram revitalizados e voltaram a ser parte do calendário estudantil com muita força em 2004. A partir de 2005, estes jogos serão reformulados e passarão a utilizar esquema de divulgação em rede de televisão.

j) Diagnóstico do esporte no Brasil

O Governo Federal iniciou em 2004 o Diagnóstico da Estrutura Esportiva e de Lazer. Há de se realçar que o último diagnóstico foi realizado em 1971, portanto há 33 anos, explicitando a urgente necessidade de atualização dos dados essenciais para a definição e gestão das políticas públicas de esporte e lazer.

A pesquisa – ação conjunta do Ministério do Esporte e do IBGE – procura conhecer a estrutura esportiva e de lazer na dimensão de espaços, equipamentos e instalações, recursos humanos, articulação institucional, financiamento, legislação, programas, projetos e ações, eventos e controle social em todos os Municípios brasileiros. As informações coletadas permitirão o desenvolvimento mais eficaz da Política Nacional de Esporte.

l) Diplomacia do esporte

O esporte passou a ser, também, parte da diplomacia brasileira. O Presidente da República, num



gesto de solidariedade pela paz mundial, propôs, incentivou e participou do Jogo da Paz, quando a seleção brasileira de futebol enfrentou a seleção do Haiti, em Porto Príncipe.

Por meio de acordos de cooperação técnica, em Moçambique e Angola estão sendo implantadas fábricas de material desportivo tendo como modelo o programa Pintando a Liberdade. A de Moçambique está mais avançada: produzirá 7 mil bolas por ano e empregará 400 pessoas. Em ambos os países, também em parceria com o Ministério do Esporte e o Ministério de Relações Exteriores, está sendo fornecido apoio técnico para implantação de programas nos moldes do Segundo Tempo.

Em 2005, também no Haiti e em Cuba serão implantadas fábricas de material esportivo. No Haiti, ela fará parte da ação da missão de paz brasileira. Em Cuba, é uma solicitação do ministério do esporte cubano, através da Embaixada do Brasil. Serão implementados acordos de cooperação com vários outros países e será realizado um jogo das seleções de futebol do MERCOSUL e da União Européia.

Devem ser destacadas outras ações nessa área, como a I Olimpíada de Coagolopatas (pessoas com problemas de coagulação do sangue) da América Latina, realizada em 2004, na cidade de Brasília, com a participação de cerca de 300 atletas de 5 países – Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e México.

10) Justiça e Segurança Pública

O Governo Federal focalizou sua ação na busca do fortalecimento das instituições brasileiras nas áreas policial, penitenciária e judiciária. As Secretarias e Departamentos do Ministério da Justiça atuaram de maneira integrada, de modo que o País começasse a sair de um cenário de intranquilidade generalizada, resultante dos altos índices de criminalidade, para um quadro que proporcione condições efetivas de segurança ao cidadão e o seu acesso à Justiça.

a) Sistema Único de Segurança Pública

O Governo estabeleceu um objetivo claro ao propor a valorização das instituições republicanas ligadas à justiça e à segurança segundo os paradigmas da impessoalidade e da transparência. Assim, foi implementado o Sistema Único de Segurança Pública nas 27 Unidades da Federação, objetivando a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal, tendo em vista a ineficácia das ações realizadas de maneira isolada.

Por esse sistema, o financiamento dos projetos dos governos estaduais e municipais, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), passou a seguir critérios específicos,

com prioridade para o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Em 2004 foram repassados cerca de R\$ 93 milhões aos Estados e Distrito Federal, referentes a 47 projetos de reaparelhamento das instituições. Além disso, o Governo Federal passou a realizar investimentos diretos em meios tecnológicos de alto valor agregado, como por exemplo na aquisição de laboratórios de DNA, implantação de laboratórios de entomologia forense e integração em rede (infolia) das áreas de segurança e justiça criminal, que permite a operação de um sistema integrado de segurança pública (INFOSEG).

De igual modo, o Governo Federal está procedendo à aquisição direta de equipamentos e viaturas, distribuídos aos Estados, de forma a maximizar o emprego dos recursos públicos. Em 2004 foram distribuídos cerca de 4.200 veículos.

Com o intuito de valorizar o princípio da gestão como ferramenta administrativa entre os formuladores de políticas públicas e as organizações policiais de um modo geral, foram disponibilizadas no sítio do Ministério da Justiça informações fundamentais a respeito da incidência da criminalidade e distribuição dos recursos das organizações policiais.

Outro avanço importante diz respeito às Ouvidorias de Polícia, instrumentos do cidadão para controle externo das atividades policiais. Foram criadas duas Ouvidorias em 2004 (MT e PE) e duas novas Ouvidorias estão em processo de criação (SE e AP). Com isso já são 13 Ouvidorias consolidadas (RS, SC, PR, SP, RJ, MG, GO, BA, MT, PE, CE, RN e PA), ou seja, Ouvidorias autônomas e independentes, com suporte legislativo (lei estadual ou decreto), Ouvidor nomeado e contando com uma infra-estrutura mínima para o recebimento de denúncias e encaminhamento dos processos.

O Governo Federal tem investido no desenvolvimento de uma política de segurança urbana voltada para a prevenção da violência e da criminalidade, na qual o Município é responsável pelo debate, articulação e implementação das ações. A União assinou, só em 2004, convênios com 57 Municípios onde há guardas municipais, conselhos de segurança e ações de policiamento comunitário implantados, com o objetivo de capacitar os profissionais das guardas municipais e reaparelhá-las, elaborar diagnósticos e realizar ações voltadas para prevenção da violência.

Em relação à formação e capacitação dos profissionais de Segurança Pública, o Governo Federal está implantando a Matriz Curricular Nacional. Essa Matriz irá proporcionar uma formação harmônica e integrada em todo o território nacional, baseada nos princípios do respeito aos Direitos Humanos e à cidadania; formação e capacitação, humana e profissional, continuadas;



construção democrática de saberes renovados; interdisciplinaridade; integração e articulação; continuidade e regularidade; e qualidade.

As Academias de Polícia estão adequando suas diretrizes em consonância com a política adotada pela Matriz. Até o fim de 2004, 14 Estados já tinham aderido à Matriz RR, PE, PA, RN, AL, PB, SE, BA, RS, AC, CE, MS, PR e SC).

Adicionalmente, buscando difundir entre os profissionais de segurança pública e, deste modo, entre as instituições em que trabalham, o conhecimento e capacidade crítica necessários à construção de um novo modo de fazer segurança pública, articulado com os avanços científicos e o saber acumulado, o Governo Federal está implementando a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (RENAESP), em parceria com as Instituições de Ensino Superior, visando empreender uma política de suporte a cursos de pós-graduação existentes nas universidades brasileiras. No ano de 2004 foram firmadas parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal da Bahia.

Outrossim, considerando-se que um dos objetivos mais importantes na difusão do conhecimento em Segurança Pública é torná-lo acessível e democrático, com qualidade, e que atinja de forma eficaz e efetiva todos os profissionais que atuam nesse segmento, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), está criando uma rede de Ensino a Distância no âmbito federal e estadual, voltado para os profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), visando atender cerca de duzentos mil profissionais em quatro anos. No ano de 2004 foi licitado todo o equipamento necessário à implantação dos Telecentros nos Estados, totalizando um investimento de mais de 2 milhões de reais.

Neste último ano, o Governo Federal colocou à disposição da sociedade civil e das organizações de segurança pública de todo o Brasil uma ferramenta para difusão de conhecimentos e valorização dos operadores de segurança pública: o Portal de Segurança Humana (www.segurancahumana.org.br). O conteúdo deste Portal envolve: um Banco Nacional de Talentos, um Banco Democrático de Experiências em Segurança Pública, um Banco de Experiências Certificadas em Segurança Pública, um Fórum permanente de debates sobre Segurança Pública e uma Biblioteca Virtual de teses e monografias em Segurança Pública.

O ano de 2004 também marcou o início da Jornada de Direitos Humanos, formando aproximadamente 540 policiais entre Policiais Cíveis, Militares, Bombeiros e representantes da Polícia Federal, objetivando a construção de uma nova polícia, consciente de seu papel de



promotora de Direitos Humanos e paz.

Em 2004 foram investidos, sem contar os gastos nos Estados com a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, cerca de R\$ 282 milhões, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública. Para 2005, consta como prioridade a integração dos órgãos de segurança pública, da esfera federal e estadual, a partir da expansão da base tecnológica adotada pela Polícia Federal para o sistema de telecomunicações (TELECOM), que propicia maior rapidez e segurança na transmissão de voz e dados, evitando, por conseguinte, a interferência de grupos criminosos nas comunicações pertinentes às operações de combate ao crime e à violência.

A partir do Sistema Automatizado de Identificação por Impressões Digitais (AFIS), será possível a padronização das áreas de telecomunicações e polícia científica, além da implementação do Registro Único de Identidade Civil, da modernização da polícia judiciária (polícia civil dos Estados) e da padronização de atendimento de ocorrências por parte da polícia ostensiva (Polícia Militar dos Estados).

De igual modo, há a perspectiva de integrar o Sistema AFIS com o Sistema de TELECOM, possibilitando prestar suporte às operações policiais com informações contidas nas bases de dados compartilhadas nas esferas federal e estadual.

b) Campanha do Desarmamento

Coordenada pela Polícia Federal, com apoio do Exército, das polícias estaduais e de entidades da sociedade civil, a Campanha do Desarmamento iniciou-se em setembro de 2004 com a expectativa inicial de recolher 80 mil armas até 23 de dezembro. O sucesso da iniciativa foi enorme e o resultado apurado superou todas as expectativas: o ano fechou com 218.847 armas entregues pela população, com o pagamento de cerca de R\$ 22 milhões em indenizações.

O sucesso da campanha é resultado do esforço conjunto dos Governos Federal e estaduais e, principalmente, de entidades da sociedade civil organizada, que deram impulso à Campanha do Desarmamento e garantiram os resultados positivos. Para atingir esse grau de colaboração, o Governo Federal iniciou, em outubro de 2004, a Caravana do Desarmamento, comandada pessoalmente pelo Ministro da Justiça, com o objetivo de conseguir a adesão de todos os Estados à campanha e ampliar a participação da sociedade, o número de postos de recolhimento e esclarecer à população sobre a importância desta ação nacional.



Para manter a população informada sobre a Campanha e sobre os procedimentos necessários para a devolução das armas, foi instalado um sistema de ligação interurbana gratuito do tipo 0800, o qual recebeu mais de 100 mil ligações até dezembro.

Destaca-se que a Campanha do Desarmamento recebeu o Prêmio Unesco 2004, na categoria Direitos Humanos e Cultura da Paz. A Unesco considerou a campanha uma das melhores estratégias de promoção da paz já desenvolvidas na história do Brasil.

Além de superar a meta, o País assistiu à redução do número de homicídios em função da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento. No Estado de São Paulo, os índices de homicídio recuaram 18%. Na Região Metropolitana de Curitiba, os dados mostram redução de 27%. Estudos recentes mostram que, exclusivamente por força do desarmamento, somente no Estado de São Paulo, houve redução de 5% dos homicídios, significando que 600 vidas foram poupadas.

Com a publicação da Medida Provisória nº 229 em 18 de dezembro de 2004, a Campanha do Desarmamento foi prorrogada por mais seis meses, e a expectativa agora é recolher 400 mil armas até 23 de junho de 2005. Serão destinados cerca de R\$ 20 milhões do Orçamento da União para as indenizações.

c) Força Nacional de Segurança Pública

Outra iniciativa que merece destaque refere-se à implantação da Força Nacional de Segurança Pública, integrada pelos órgãos de Inteligência de Segurança Pública dos Estados; grupos táticos e de forças especiais das Polícias Militares Estaduais; grupos especializados dos Corpos de Bombeiros Militares e profissionais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares especialmente selecionados.

Não se trata de um novo órgão policial, mas da estruturação de um grupo de elite, inspirado na atuação das forças de paz da ONU, controlado pelo Governo Federal, para atuar, quando acionado, em situações de calamidade, casos de crise aguda nos Estados ou em eventos que exijam reforço na segurança, desde que o emprego da Força seja requisitado pelos governos estaduais à União. Seus componentes são treinados para atuar de forma coordenada e integrada. O ano de 2004 terminou com 1.422 policiais e bombeiros instruídos na Academia Nacional de Polícia Federal, com financiamento total dos gastos pelo Ministério da Justiça. A estréia da Força Nacional ocorreu no começo de dezembro em Vitória/ES, quando o Governo do Estado detectou a urgência de reforço na área de segurança pública estadual e solicitou o apoio de 150

profissionais já capacitados. A intervenção foi um sucesso e mostrou a eficiência desse novo conceito de força integrada de segurança pública.

d) Combate à criminalidade, à lavagem de dinheiro e à corrupção

Ações concretas e objetivas de combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro foram desenvolvidas nos dois últimos anos, merecendo destaque as operações das Polícias Federal e Rodoviária Federal. Só em 2004 foram realizadas cerca de 300 prisões, além da apreensão de 120 toneladas de entorpecentes, entre cocaína e maconha. Outro destaque diz respeito à proporção de recuperação de cargas roubadas nas rodovias federais, em torno de 85%. Com indiciamentos de criminosos, apreensão de drogas e contrabando, a ação policial resultou, fundamentalmente, no estabelecimento da percepção de que a impunidade não será tolerada neste Governo. Dentre as operações lideradas pela Polícia Federal em 2004, destacam-se, dentre muitas:

- Operação Zumbi: força-tarefa composta por 100 policiais. Resultou na prisão de 16 membros de quadrilha especializada em fraudes previdenciárias, sendo dois servidores do INSS.
- Operação Pandora: prisão de vereador de São Paulo envolvido em extorsão de empresários.
- Operação Vampiro: apreensão de nove lanchas, 20 imóveis e cerca de R\$ 1,5 milhão em investigação de esquema de fraude em licitações do Ministério da Saúde na área de hemoderivados.
- Operação Farol da Colina: força-tarefa composta por 800 policiais destinada a investigar crimes financeiros, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. A operação é um desdobramento das investigações do caso Banestado, e já foram presas 62 pessoas.

Cabe ressaltar que o combate ao desvio de conduta de servidores públicos – incluindo servidores da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e membros do Poder Judiciário – serviu para aumentar a confiança da Sociedade na política de combate à corrupção, um dos objetivos centrais e permanentes do Governo Federal. A título de ilustração, somente no ano de 2004 foram demitidos 35 servidores da Polícia Rodoviária Federal e instaurados, aproximadamente, 280 procedimentos disciplinares para a apuração de supostas



irregularidades administrativas.

Para o ano de 2005, o ingresso de aproximadamente 1.600 novos policiais rodoviários federais promoverá um reforço considerável no quadro da instituição, permitindo maior e melhor prestação de serviço ao cidadão. Haverá a possibilidade do deslocamento de servidores policiais rodoviários federais, que estejam desempenhando funções administrativas, para ações finalísticas, em função da criação do quadro de apoio administrativo.

Outrossim, o Governo Federal deu novo enfoque ao combate à lavagem de dinheiro, tratando-o como ferramenta de combate ao crime organizado pelo lado patrimonial. O Ministério da Justiça assumiu a coordenação dessa iniciativa. Entre as ações está a organização da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, que passou a ser conhecida pela sigla ENCLA, baseada no princípio da articulação permanente dos órgãos públicos que cuidam do assunto. As ações coordenadas pela ENCLA visam desestruturar as organizações criminosas e desestimular o crime mediante recuperação dos ativos originados através dele, e utilizar os ativos recuperados como financiamento ao combate ao crime organizado.

Para permitir a efetiva recuperação de ativos desviados para o exterior, o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça articulou, em 2004, contatos com diversos países, tendo firmado seis acordos que foram encaminhados ao Ministério das Relações Exteriores. Com isso, o Brasil já firmou os seguintes acordos de cooperação jurídica internacional:

- Em vigor: Argentina, Uruguai, Paraguai, Colômbia, EUA, França, Itália, Peru e Portugal.
- Aguardando votação no Congresso Nacional: Coréia do Sul, Líbano, Ucrânia, Canadá e todos os países da Organização dos Estados Americanos (OEA).
- Já negociados, ainda sem tramitação no Congresso: Suíça, Cuba e China.

Ainda com respeito ao combate à corrupção e cooperação internacional, impõe-se destacar os trabalhos de implementação, no Brasil, da Convenção de Combate à Corrupção de Funcionário Público Estrangeiro, no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Convenção Anticorrupção da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Para 2005, o Governo Federal vai concentrar esforços para aumentar a efetividade e o número de acordos de cooperação jurídica internacional. Em outra frente, estão previstas ações para capacitar agentes públicos no combate à lavagem de dinheiro e aprimorar a ENCLA, com metas relevantes e mensuráveis. O objetivo é implantar um novo modelo de gestão de processos e projetos orientados a resultados, que permita aumentar a recuperação de ativos de origem criminosa ou que são utilizados para praticar crimes, garantindo que esses ativos são utilizados em prol da sociedade e/ou do combate ao crime.

e) Sistema Penitenciário

A questão penitenciária mereceu especial atenção do Governo Federal, sob o enfoque da Segurança Pública, na medida em que o plano de Governo estabeleceu dois desafios a serem enfrentados: a superlotação dos estabelecimentos penais nos Estados e Distrito Federal, inclusive a custódia indevida de presos em delegacias de Polícia, cadeias públicas e carceragens, e o controle que grupos criminosos organizados exercem sobre a população prisional, liderando rebeliões, motins e ações criminosas fora do Sistema Penitenciário.

Para tanto, em 2004, o Ministério da Justiça conviniu 2.761 novas vagas no Sistema Penitenciário, refletindo uma sólida política de financiamento às unidades federativas, baseada em critérios que consideram as realidades regionais. As construções de novos estabelecimentos penais possibilitam, ainda, a criação de novos postos de trabalho na construção civil e contribuem no desenvolvimento social e econômico do País.

Com o propósito de isolar presos de alta periculosidade e líderes de organizações criminosas, o Governo está consolidando o Sistema Penitenciário Federal. A primeira de cinco penitenciárias está sendo construída em Campo Grande/MS. Em 2004 foi concluída a licitação para a construção da Penitenciária Federal de Catanduvás/PR. As demais penitenciárias federais serão implantadas em Porto Velho/RO, em Mossoró/RN e, na Região Sudeste, no Rio de Janeiro/RJ ou Espírito Santo/ES.

Ainda sobre a modernização do Sistema Penitenciário, é importante ressaltar a adesão de todas as Unidades da Federação ao Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Trata-se de um programa de coleta de dados, com acesso via Internet, que será alimentado pelas Secretarias Estaduais com informações estratégicas sobre os estabelecimentos penais e a população prisional, e que permitirá o controle e a execução de ações articuladas para o desenvolvimento de uma política penitenciária nacional integrada.



O Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN) estará disponibilizando relatórios estatísticos sobre o perfil da população penitenciária, contribuindo de forma decisiva na formulação de políticas públicas de inclusão social e de financiamento de novas vagas. A expectativa é de que o módulo de Gestão Penitenciária esteja concluído no início do segundo semestre. Este módulo irá aperfeiçoar o tratamento dos dados de administração penitenciária, contribuindo para consolidar uma política penitenciária integrada.

Em 2005, o Ministério da Justiça intensificará os esforços para consolidar a Política Nacional para o Sistema Penitenciário, desenvolvendo atividades e adotando medidas que visem ao fortalecimento institucional do País.

Na tentativa de impor maior rigor na fiscalização das obras e mais transparência no uso dos recursos públicos, a Caixa Econômica Federal atuará como mandatária do Ministério da Justiça, firmando contratos de repasses com as Unidades da Federação que possibilitarão a contratação de cerca de 6.800 vagas nos sistemas penitenciários locais.

Estão previstas as conclusões das obras das Penitenciárias Federais de Campo Grande/MS e Catanduvas/PR no segundo semestre de 2005. As demais Unidades Federais terão suas obras iniciadas no decorrer do exercício de 2005. O concurso público para provimento de 368 vagas para o cargo de agente penitenciário federal será finalizado e homologado no segundo semestre. O edital para provimento de outras 492 vagas deverá ser publicado também no segundo semestre.

f) Democratização do acesso à Justiça e à Informação Legislativa

No que se refere à ampliação do acesso da população à Justiça, merecem menção os resultados decorrentes da atuação da Defensoria Pública da União, instituição esta essencial à função jurisdicional do Estado, cuja missão constitucional é a prestação de assistência jurídica gratuita ao cidadão.

Nesse diapasão, destaca-se que o número de atendimentos anuais feitos pela Defensoria Pública da União cresceu cerca de 23% em 2004, em relação ao total realizado em 2003, de 133 mil para mais de 163 mil.

Ainda em relação à Defensoria Pública da União, foi dado grande passo para sua melhor estruturação e reformulação de sua atuação em virtude da publicação do Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil, que fez um levantamento criterioso da assistência jurídica gratuita em todo o País.

Por seu turno, a democratização do acesso ao conhecimento é um dos caminhos para se promover a inclusão social e atende a um dos objetivos mais sensíveis do Governo Federal, que é o de promover a justiça social. Esse é o escopo do lançamento, no segundo semestre de 2004, do Sistema de Acompanhamento de Normas (SISNORMA), que colocou à disposição da população em geral, via Internet, todo o acervo das leis brasileiras, contendo, de forma sistematizada, o histórico legislativo completo da norma, que engloba desde as discussões havidas durante a tramitação no Congresso Nacional até a publicação da lei no Diário Oficial da União. A importância desse sistema fica patente em face do número de acessos desde o seu lançamento, cerca de 6.600 visitas.

Também no segundo semestre de 2004, foi apresentada à comunidade jurídica e à sociedade em geral a Rede Global de Informações Legislativas (GLIN), que permite o acesso à legislação de 52 países, o que representa um valioso instrumento de consulta e estudo para os operadores do Direito.

g) Defesa de direitos difusos

A gestão do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos foi dinamizada. Em 2004 foram liberados cerca de R\$ 4,5 milhões para 34 projetos de entidades civis e órgãos públicos estaduais e municipais nas áreas do meio ambiente, consumidor e patrimônio histórico. Apenas para critério de comparação, no quadriênio 1999/2002 foram apoiados 36 projetos, com um valor liberado de cerca de R\$ 3,6 milhões. Como resultado da implantação de uma política de democratização do acesso aos recursos públicos do Fundo, o número de projetos apresentados ao Conselho no biênio 2003/2004 (700) quase quadruplicou em relação ao número de projetos apresentados no quadriênio 1999/2002 (188). Outro importante avanço foi a adoção de um novo modelo de análise de projetos, que define previamente as prioridades que serão adotadas em cada exercício, dando à gestão do Fundo um caráter pró-ativo. Isso possibilitou o aumento da efetividade e da capacidade do atendimento aos interesses difusos da sociedade, devido à racionalização do fluxo de análise dos projetos, que possibilitou a redução do estoque de projetos, bem como a melhor seletividade destes.

h) Defesa econômica e da concorrência

O Governo Federal realizou uma verdadeira revolução na política de defesa da concorrência. No biênio 2003/2004, o combate aos cartéis mereceu significativo destaque, mediante sofisticação das análises econômicas, conjugadas com o emprego de técnicas avançadas de investigação e produção de provas inéditas no Brasil, como operações de busca e apreensão na sede das empresas investigadas, celebração dos primeiros acordos de leniência e investigações conjuntas



com o Ministério Público e a Polícia Federal que redundaram em interceptações telefônicas e pedidos de prisão. Inúmeros processos, inclusive criminais, foram instaurados contra cartéis em mercados importantes, como os da construção civil, de medicamentos, serviços de vigilância privada, telefonia, aviação civil, gases industriais e hospitalares e insumos químicos industriais.

Em 2004, mereceu destaque a realização de três operações de busca e apreensão para a investigação de cartéis; a implantação do Programa de Prevenção de Infrações à Ordem Econômica (PPI) e o envio, para julgamento no CADE, do primeiro caso de cartel em que foi feita busca e apreensão na fase de investigação (cartel das britas, em São Paulo).

Para 2005, o Governo projeta uma intensificação das atividades de advocacia da concorrência exercidas pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Neste exercício deverá também ser concluído o Centro de Métodos Quantitativos, que auxiliará a instrução de processos de apuração de condutas anticoncorrenciais e de atos de concentração.

i) Defesa dos direitos dos consumidores

No campo da defesa do consumidor, em 2004, o Governo Federal orientou sua política de ação no sentido de atingir dois objetivos principais: promover uma efetiva inclusão social, garantindo o acesso, por parte das populações de baixa renda, às informações sobre os seus direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, e promover a defesa dos interesses da sociedade, como consumidora de bens e serviços públicos e privados.

Nesse intuito, para garantir o acesso de todas as parcelas da população ao poder público, o Governo Federal desenvolveu uma política de capacitação e aprimoramento dos órgãos estaduais que atuam nessa área.

Para a disseminação das informações para populações de baixa renda, o Ministério da Justiça iniciou, por meio de convênio com o terceiro setor, o projeto piloto de capacitação de líderes comunitários das favelas e bairros de periferia de uma das maiores cidades do País, Fortaleza.

Também em 2004, iniciou-se a implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Defesa do Consumidor (SINDEC), informatizado que promoverá, de modo informatizado, a integração dos PROCON de todo o País, viabilizando a troca de informações e a edição do Cadastro Nacional de Reclamações contra empresas que violem os direitos dos consumidores. Nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, o SINDEC já está em pleno funcionamento. Tem-se

priorizado a promoção dos direitos do consumidor em mercados regulados (telefonia, planos de saúde, medicamentos, seguros, financeiro), mediante ações articuladas com PROCON de todo o País, como feito na fiscalização do cumprimento das normas de rotulagem de produtos que contêm transgênicos.

Para 2005, a ação governamental voltada para a defesa do consumidor terá como principais metas: a implantação do SINDEC em 12 estados; a celebração de convênios para implantar sistema de educação a distância, por meio da Internet, sobre direitos do consumidor; e a intensificação das atividades de advocacia do consumidor exercidas pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

j) Estrangeiros

O Governo brasileiro realiza diversas rodadas de negociação sobre regularização migratória, extradição e transferência de pessoas condenadas, dentre as quais destacam-se: Peru, China, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), MERCOSUL, Suriname, Alemanha, México, Guiana e Ucrânia, o que possibilitará maior celeridade em processos dessa natureza.

O Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça mantém contatos institucionais com as embaixadas brasileiras sediadas em países com tratados de transferência de pessoas condenadas com o Brasil, para que os brasileiros presos nesses países sejam informados sobre o direito de serem beneficiados para aqui cumprir a pena que lhes foi imposta.

O Brasil, referência mundial no tema Refúgio, por intermédio do Comitê Nacional para os Refugiados, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça, reassentou 118 refugiados em 2004. Ainda, o Representante brasileiro exerceu a Vice-Presidência dos Trabalhos da Conferência do México sobre Proteção Internacional para os Refugiados, reafirmando a atitude de vanguarda do Brasil em seu compromisso humanitário para com a proteção internacional dos refugiados, reconhecida pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

11) Inclusão digital

a) Programa Brasileiro de Inclusão Digital

Em 2004, criou-se o Programa Brasileiro de Inclusão Digital (PBID), composto de quatro eixos complementares. O primeiro é o Programa Casa Brasil, que contempla a instalação de unidades



físicas agregando um telecentro comunitário, uma rádio comunitária, um espaço multimídia, uma unidade bancária e módulos de presença de órgãos do Governo Federal. O envolvimento e a capacitação da comunidade local na gestão do espaço são os elementos decisivos para o sucesso do Casa Brasil, que visa a atender às classes D e E, por meio de acesso coletivo e gratuito à sociedade da informação.

O segundo eixo é o Programa Computador Conectado (PC Conectado), que facilitará, por meio de preços e condições de financiamento especiais, a compra de computadores conectados à Internet. Além de disponibilizar material para alfabetização digital, esse programa tem como meta a inclusão digital dos 7 milhões de domicílios da classe C. Espera-se obter já para o ano de 2005 os resultados favoráveis do Programa, ampliando a inclusão digital, bem como o fortalecimento do mercado interno produtor de microcomputadores. A meta é aumentar as vendas no mercado brasileiro em 1 milhão de computadores, ainda em 2005, além dos atuais 3 milhões de equipamentos/ano, por meio da concessão de subsídio à compra de computadores com acesso à Internet de custo reduzido.

O terceiro eixo contempla o Serviço de Comunicação Digital (SCD), que visa a incluir digitalmente instituições públicas do ensino básico, bibliotecas, hospitais, postos de saúde e redes ambulatoriais.

Para 2005, a perspectiva é que seja possível a aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) de forma descentralizada, utilizando-se convênios com Estados e Municípios, sem prejuízo da implantação de um novo serviço prestado em regime público. Por meio do Serviço de Comunicação Digital, o Governo pretende instalar 300.000 pontos de acesso à Internet em escolas, hospitais, bibliotecas, áreas de fronteira e instituições voltadas para portadores de deficiências, a um custo anual de R\$ 500 milhões. Dessa maneira, será ampliada a inclusão digital mediante a disponibilização de acessos à Internet em banda larga em pontos públicos específicos.

É necessária a atuação sinérgica das infra-estruturas de comunicação com programas pedagógicos, para recuperar deficiências educacionais e criar as bases efetivas rumo à inclusão digital. Só com essa integração será possível assegurar oportunidades para o indivíduo, permitindo, por extensão, que os cidadãos participem do processo dinâmico que atribui novas formas à sociedade atual.

Uma base educacional e uma ampla plataforma tecnológica de comunicação, providas por pólos de acesso coletivo, permitirão agregar comunidades excluídas, proliferar habilidades e estimular o crescimento regional, tendo como objetivo último o desenvolvimento humano em sua totalidade.

A aplicação dos recursos do FUST, em sintonia com essa nova visão, possibilitará promover a cidadania e garantir a participação de todos nessa sociedade em formação, buscando-se formas de contornar os obstáculos econômico-financeiros normalmente encontrados no provimento de serviços de telecomunicações a segmentos de baixa renda e a localidades de difícil acesso.

Finalmente, o quarto eixo traça uma estratégia de celebração de convênios com Estados e Municípios, que permitirá a implementação de políticas públicas de inclusão digital, por meio da adesão ao PBID, e a elaboração de planos estaduais ou municipais de inclusão digital.

Em 2005, deve-se aprofundar a atuação do PBID, ampliando seus quatro eixos de atuação complementares. No caso do Programa Casa Brasil, a meta é implementar pelo menos 1.000 unidades, beneficiando 4 milhões de brasileiros. Em relação ao Programa Computador Conectado, prevê-se a venda subsidiada de 1 milhão de novos computadores, beneficiando domicílios da classe C e também micros e pequenas empresas.

b) Programa GESAC

O Programa Governo Eletrônico/Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESA) também é essencial para o processo de inclusão digital. Em 2004, o programa ofereceu a 3.200 localidades o acesso à Internet via satélite em banda larga, e uma cesta de serviços a comunidades digitalmente excluídas.

Essa cesta inclui caixas postais eletrônicas, espaço para hospedagem de sítios (home pages), além de oito outros serviços que incentivam a colaboração em redes solidárias de conhecimento.

Criou-se em 2004 o portal www.idbrasil.gov.br, em software livre, contendo todas as informações sobre o Programa GESAC e a inclusão digital das comunidades atendidas. Também no ano passado, foram organizadas 217 comunidades beneficiadas para participação no I Projeto Comunitário Página da Comunidade na Internet. Houve ainda a capacitação de 130 multiplicadores, em 5 capitais, para a utilização dos serviços de informação e comunicação e sua aplicação na inclusão digital.

Cerca de 18 mil computadores estão conectados com a rede GESAC, em comunicação com a Internet. Assim, são atualmente atendidos 4 milhões de pessoas. Para 2005, o Programa GESAC prevê o acréscimo de pelo menos, 1.200 pontos de atendimento.